

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

KAREN EIDELWEIN

**ECONOMIA SOLIDÁRIA:
A PRODUÇÃO DOS SUJEITOS (DES)NECESSÁRIOS**

**Porto Alegre
2009**

KAREN EIDELWEIN

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: A PRODUÇÃO DOS SUJEITOS
(DES)NECESSÁRIOS**

Tese de Doutorado em Serviço Social
Para obtenção do título de Doutora em Serviço Social
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Faculdade de Serviço Social

Orientadora: Gleny Terezinha Duro Guimarães

Porto Alegre

2009

KAREN EIDELWEIN

ECONOMIA SOLIDÁRIA: A PRODUÇÃO DOS SUJEITOS (DES)NECESSÁRIOS

Tese de Doutorado apresentada como requisito final
para obtenção do título de Doutora em Serviço Social
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Faculdade de Serviço Social

DATA DA APROVAÇÃO: 27/11/2009

Banca Examinadora:

Profª Drª Gleny Terezinha D. Guimarães (orientadora) - PUCRS

Profª Drª Ana Lúcia S. Maciel - PUCRS

Profª Drª Helena Beatriz K. Scarparo - PUCRS

Prof. Dr. Luiz Inácio G. Gaiger – UNISINOS

Profª Drª Maria Cristina L. Ferreira – UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora orientadora Gleny Guimarães pelo apoio, confiança e parceria, e por ter me proposto o desafio de trabalhar com a Teoria da Análise do Discurso de Michel Pêcheux;

Agradeço às bolsistas de Iniciação Científica do GEPsTAS, em especial: Sibeli Diefenthaeler, Elisa Benedetto, Maria da Glória de Paula, Dalva Ribeiro e Anelise Gronitzki Adam, pelas discussões, inquietações e questionamentos que acompanharam a produção deste trabalho;

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela Bolsa Integral de Doutorado, que possibilitou a realização dos estudos;

Agradeço aos professores e colegas dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social/PUCRS, Psicologia/PUCRS e Letras/UFRGS, nos quais realizei disciplinas, pelos ricos momentos de aprendizagem;

Agradeço às colegas Keli Regina Dal Prá e Wanda Hirai pela parceria na sala de aula, assim como fora dela;

Agradeço à Juliana Cavalheiro e ao Antônio Dalpicol pela pronta atenção ao longo destes anos junto à Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social;

Agradeço a todos os participantes da I Conferência Nacional de Economia Solidária pelas discussões desenvolvidas e por acreditarem na possibilidade de construção de um mundo melhor;

Agradeço aos meus pais e irmã pelo apoio e incentivo de várias ordens, ao longo de todo o processo, principalmente nos momentos mais delicados e difíceis;

Agradeço aos amigos e amigas, próximos e distantes, que dentro das suas possibilidades me apoiaram, muitas vezes sem o saber, das mais variadas formas e nos mais diversos momentos;

Agradeço por todos os (des)encontros ao longo destes anos de Doutorado, pois significaram momentos ímpares de aprendizagem pessoal e profissional.

“[...] não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’.

Ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ‘ousar pensar por si mesmo’”.

Pêcheux (1995)

RESUMO

As mutações contemporâneas da relação capital-trabalho caracterizam-se por processo de acumulação cada vez maior pela via da mais-valia relativa. Tem-se a diminuição dos postos de emprego formal e o aumento do número de trabalhadores desempregados que podem ser considerados (des)necessários ao processo de produção. Nesse contexto, a Economia Solidária surge como uma estratégia de resistência e enfrentamento às expressões da questão social, reunindo ações de geração de trabalho e renda sustentadas na democracia, autogestão, cooperação e solidariedade. A partir da Teoria da Análise do Discurso de Michel Pêcheux, caracteriza-se a Formação Discursiva da Economia Solidária, organizada pela forma-sujeito indivíduo livre, de direitos e coletivo-solidário que é compreendida como a materialidade de formações ideológicas capitalistas e socialistas. Os discursos da referida formação discursiva são marcados pela contradição entre a reprodução e a transformação das relações sociais de produção. Discute-se como, a partir da formação discursiva em questão, ocorre o agenciamento de subjetividades singulares-coletivas capazes de dar sustentação simbólica à própria Economia Solidária. O *corpus* da pesquisa abarca a análise dos discursos enunciados pela I Conferência Nacional de Economia Solidária, a partir da qual se identificam quatro efeitos de sentido sobre a Economia Solidária: um modo de organização da produção, distribuição e consumo, baseado na propriedade e gestão coletiva dos meios de produção e dos bens e/ou serviços produzidos; um movimento social; uma estratégia de desenvolvimento social incluyente e uma política pública de Estado. A partir da articulação dos sentidos identificados, pode-se dizer que a I CONAES se apresenta como uma modalidade de posição-sujeito totalmente identificada com a forma-sujeito que caracteriza a Formação Discursiva da Economia Solidária. Os discursos da I CONAES centram-se nas possibilidades de transformação das relações sociais de produção, sem fazer referência aos aspectos relativos à reprodução de tais relações, o que pode ser compreendido como um efeito da própria interpelação ideológica sofrida pela Conferência. Dessa forma, considera-se que essa não apresenta possibilidade de ruptura com a Formação Discursiva na qual se encontra inserida. As possibilidades de transformação social presentes no discurso da I CONAES apontam para o agenciamento de subjetividades capazes de oferecer sustentação para a própria Economia Solidária. Porém, tais possibilidades de composições subjetivas não apontam para a constituição de outra forma-sujeito, representativa de outra formação discursiva que possa ser considerada materializadora de uma formação ideológica capaz de levar à superação da sociedade capitalista. O rompimento com a própria formação discursiva da economia solidária na direção de outra formação discursiva, representativa de outra formação ideológica, talvez só seja possível na medida em que os discursos da formação discursiva abarquem tanto a transformação quanto a reprodução das relações sociais de produção.

Palavras-chave: economia solidária, produção de subjetividade, discurso.

ABSTRACT

Contemporary changes in the work-capital relationship have been characterized by a process of increasing accumulation through relative surplus value. There have been a decrease in formal job positions and a rise in the number of unemployed workers, who can be regarded as (un)necessary in the production process. In this context, Solidary Economy has arisen as a strategy that both resists to and fights the social situation, combining actions of work and income generation grounded on democracy, self-management, cooperation and solidarity. The Discursive Formation of Solidary Economy has been here characterized from the perspective of the theory of Discourse Analysis of Michel Pêcheux. It is organized by means of the individual subject-form, one that is free, with rights, and solidary-collective, understood as the materiality of capitalist and socialist ideological formations. The discourses of this discursive formation are marked with a contradiction between the reproduction and the transformation of social relationships of production. We have discussed how, from that discursive formation, the agency of singular-collective subjectivities occurs, providing symbolic support to the very Solidary Economy. The research corpus comprehends the analysis of discourses produced by the First National Conference of Solidary Economy, from which four effects of meaning of Solidary Economy have been identified: a form of production organization, distribution and consumption, based on the collective ownership and management of production means, goods and/or services produced; a social movement; a strategy for social, inclusive development; and a public State policy. From the articulation of the meanings identified, one can say that the 1st CONAES is a modality of subject-position which is totally identified with the subject-form that characterizes the Discursive Formation of Solidary Economy. The discourses of the 1st CONAES have been centered on the possibilities of transformation of social relationships of production, without mentioning aspects related to the reproduction of such relations, what can be understood as an effect of the very ideological calling of the Conference. Thus, it is not possible to separate it from the Discursive Formation in which it has been located. The possibilities of social transformation that are present in the discourse of the 1st CONAES have pointed towards the agency of subjectivities able to offer support to the Solidary Economy. However, such possibilities of subjective compositions have not pointed towards the constitution of another subject-form, one that is representative of another ideological formation, capable of leading to the overcoming of the capitalist society. Maybe the disruption with the very discursive formation of Solidary Economy towards another discursive formation, representative of another ideological formation, is only possible to the extent that other discourses of the discursive formation comprehend both the transformation and the reproduction of social relationships of production.

Key Words: Solidary Economy, production of subjectivity, discourse.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1. “OSTRA FELIZ NÃO FAZ PÉROLA” | 12 |
| 2. MUTAÇÕES CAPITAL - TRABALHO | 25 |
| 2.1 A acumulação capitalista | 25 |
| 2.2 Os ciclos de transformação do capital e do trabalho | 29 |
| 2.3 Discursos sobre o (des)emprego | 37 |
| 2.4 A Economia Solidária | 41 |
| 3. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA FORMAÇÃO DISCURSIVA | 45 |
| 3.1 As condições de produção da Formação Discursiva da Economia Solidária no Brasil | 45 |
| 3.2 Os discursos sobre a Economia Solidária no Brasil | 51 |
| 3.3 A Formação Discursiva da Economia Solidária | 63 |
| 4. A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES | 68 |
| SINGULARES-COLETIVAS | 68 |
| 4.1 O processo de produção subjetiva | 68 |
| 4.1.1 A subjetividade privatizada | 70 |
| 4.1.2 A subjetividade social | 73 |
| 4.2 Subjetividade na língua e para além da língua | 81 |
| 5. A PRODUÇÃO DOS SUJEITOS (DES)NECESSÁRIOS | 87 |
| 5.1 A CONAES como <i>corpus</i> de análise | 87 |
| 5.2 Dispositivos para uma Política Pública de Economia Solidária | 92 |
| 5.2.1 Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) | 92 |
| 5.2.2 Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) | 93 |
| 5.2.3 Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) | 94 |
| 5.3 A produção de sentidos em torno da Economia Solidária | 95 |
| 5.3.1 Economia Solidária: um modo de organizar a produção, a distribuição e o consumo | 96 |
| 5.3.2 Economia Solidária: um movimento social | 98 |
| 5.3.3 Economia Solidária: uma perspectiva de desenvolvimento social incluyente | 100 |
| 5.3.4 Economia Solidária: uma política pública | 102 |
| 5.4 Os sujeitos da ECONOMIA SOLIDÁRIA | 118 |
| CERTEZAS PROVISÓRIAS DIANTE | 124 |
| DE DÚVIDAS PERMANENTES | 124 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 134 |
| APÊNDICE A | 143 |
| Informações sobre o texto dos Anais da I CONAES | 143 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABICRED – Associação Brasileira de Instituições de Micro-crédito
- AD – Teoria da Análise do Discurso
- ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
- ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão
- ARIE – Aparelhos Repressivos e Ideológicos do Estado
- BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
- CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária
- CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária
- COOESPERANÇA – Cooperativa Mista de Pequenos Produtores Rurais e Urbanos
- EAF – Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento
- EBES – Estado de Bem-Estar Social
- EES – Empreendimentos Econômicos Solidários
- ES – Economia Solidária
- FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
- FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
- FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- FD – Formação Discursiva
- FDES – Formação Discursiva da Economia Solidária
- FI – Formação Ideológica
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FS – Forma-sujeito
- GEPsTAS – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Assistência Social
- IBASE – Instituto Brasileiro de Análise Socioeconômica
- LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
- LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
- MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MTe – Ministério do Trabalho e Emprego
NEDEPS – Núcleo de Pesquisa em Demandas e Políticas Sociais
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PACS – Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul
PEQ – Programa Estadual de Qualificação
PPA – Plano Pluri-Anual
PS – Posição-sujeito
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
ITCP – Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
RBSES – Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
TFG – Trabalho Final de Graduação
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIFRA – Centro Universitário Franciscano
UNITRABALHO – Rede Universitária Nacional

1. “OSTRA FELIZ NÃO FAZ PÉROLA”¹

A produção de conhecimento, por meio da escrita de uma Tese de Doutorado, exige esforço físico e mental; dedicação de tempo; curiosidade de querer saber; inconformidade com a(s) realidade(s); (des)acomodação diante da (in)compreensão. Ou seja, é acompanhada por uma série de situações que carregam em si certo grau de sofrimento. Assim como a ostra só produz pérola em função da dor que a areia causa em seu interior, talvez se possa dizer que o sofrimento, traduzido em ansiedade, angústia, incerteza, dúvida que acompanha o pesquisador ao longo de sua trajetória de trabalho, acaba se tornando um elemento essencial para a produção de novas ou outras relações em torno de ideias preexistentes.

Diante disso, torna-se importante referir que as ideias aqui apresentadas decorrem de meu lugar social ocupado como profissional do campo da Psicologia, Doutoranda em Serviço Social, identificada com determinados referenciais teóricos, a partir de experiências de vida dentro e fora da academia. A graduação iniciada no final da década de 1980² e o lugar de trabalhadora em uma instituição bancária pública contribuíram para a produção do desejo de trabalhar em torno do campo social-comunitário³, das relações de trabalho e de ensino-aprendizagem, com base nos conhecimentos produzidos pela Psicologia Social Crítica. Esta denominação foi atribuída à Psicologia Social na América Latina no final da década de 1970, visando a demarcar diferenças teóricas e metodológicas em relação à Psicologia Social Tradicional Norte-Americana.

A opção foi e continua sendo desenvolver atividades profissionais a partir de uma compreensão socio-histórica das relações entre os sujeitos singulares e os coletivos por eles constituídos, buscando evitar posturas reducionistas, psicologizantes e descontextualizadas historicamente. Nessa direção, a realização

¹ Título do livro de Rubem Alves (2008).

² Graduação junto à Faculdade de Psicologia da PUCRS de 1988-1993.

³ De acordo com Freitas (1998).

do Curso de Psicologia-Licenciatura⁴ e o Mestrado em Psicologia Social e Institucional⁵ foram experiências acadêmicas que, através de estudos e pesquisas, possibilitaram problematizar e ampliar a compreensão sobre a inserção profissional no campo das relações sociais, mais especialmente, direcionadas à educação e ao trabalho.

As experiências de trabalho junto a projetos sociais de qualificação/educação profissional⁶ voltados para trabalhadores na iminência da perda do emprego e com baixa escolaridade, assim como para jovens que estavam em busca do primeiro emprego, e o exercício da docência junto aos Cursos de Psicologia e Serviço Social do Centro Universitário Franciscano/UNIFRA⁷ compõem o quadro histórico de minha trajetória profissional até o ingresso no Curso de Doutorado em Serviço Social da PUCRS. A opção por realizar o Doutorado em outra área de conhecimento que não a Psicologia decorre da compreensão em relação às limitações da área de origem em responder aos desafios que o trabalho

⁴ Junto ao Instituto de Psicologia da UFRGS, onde, de 1996 a 1997, fui bolsista de Iniciação Científica da FAPERGS, junto ao projeto de pesquisa intitulado: “Alfabetização, Letramento e Ecologia Informática”, coordenado pela Prof^a Dr^a Cleci Maraschin.

⁵ De 1999 a 2001. Dissertação de Mestrado: CIBERIDÉIAS construindo modos de conhecer-trabalhar. Orientação da Prof^a Dr^a Cleci Maraschin, junto à linha de pesquisa Sociedade do Conhecimento e Ecologia Social Cognitiva, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, defendida em março de 2001. Informações sobre a pesquisa em: EIDELWEIN, K., MARASCHIN, Cleci. O operar de um coletivo na WEB. *Psicologia Ciência e Profissão*, v.2003, p.48 - 55, 2004.

⁶ Projeto Integrar/RS-Alimentação dentro do PEQ RS-Emprego, de 1997 a 1998; Projeto Jovem em Busca do 1º Emprego dentro do PEQ Qualificar RS, de 1999 a 2000. Reflexões decorrentes da participação nos projetos de qualificação podem ser encontradas em: EIDELWEIN, K. A psicologia em projetos sociais de educação e trabalho. *Psicologia & Sociedade*, v.17, p.62 - 66, 2005.

⁷ Localizado na cidade de Santa Maria/RS, onde, além de disciplinas ministradas na graduação, desenvolvi as seguintes atividades: Supervisão de estágio curricular; Orientação de Projetos de Pesquisa de Iniciação Científica (com destaque para Projetos desenvolvidos junto à COOESPERANÇA – Cooperativa Mista de Pequenos Produtores Rurais e Urbanos – vinculada ao Projeto Esperança, um dos setores do Banco da Esperança da Diocese de Santa Maria/RS, durante os anos de 2003 e 2004. Informações em FAVERO, Eveline e EIDELWEIN, Karen. Psicologia e Cooperativismo Solidário: Possíveis (Des)Encontros. *Psicologia & Sociedade*, v.16, n.3, set./dez. 2004, p.35-40) e de Trabalhos Finais de Graduação (TFG); Coordenação de Projetos de Pesquisa (participação na equipe coordenadora do Projeto de Pesquisa: “Crianças e Adolescentes em situação de risco pessoal e social na cidade de Santa Maria/RS”, realizado em 2003, coordenado por uma equipe de professores de diferentes áreas do conhecimento (Psicologia, Educação, Serviço Social, Direito e Enfermagem), contando com a participação de alunos de graduação das áreas referidas. Outro projeto de pesquisa que merece destaque: “Economia Popular Solidária: Subjetividade e Geração de Trabalho e Renda”; este foi uma parceria com o Curso de Serviço Social, através da Prof^a Ms. Jane Cláudia Jardim Pedó, e contou com a participação de alunos de graduação dos dois cursos e Extensão (participação na equipe coordenadora do Projeto de Extensão: “Tecendo parcerias para a construção de políticas públicas e ações coletivas voltadas para crianças, adolescentes, jovens e suas famílias”, durante os anos de 2004 e 2005, coordenado por uma equipe de professores oriundos de diferentes cursos de graduação: Educação, Direito, Serviço Social, Psicologia e Enfermagem).

no campo social suscita. Isso porque, historicamente, a Psicologia se constituiu como ciência e profissão voltada à compreensão do indivíduo como uma instância separada do social, admitindo um processo de influência recíproco.

A escolha pelo Serviço Social procede da profícua relação estabelecida com profissionais da área; do reconhecimento de uma maior apropriação e produção de conhecimento do Serviço Social sobre o campo das políticas sociais; e da visibilidade que o sistema econômico adquire nos estudos e pesquisas que a área em questão desenvolve. Além disso, entende-se que seu objeto de estudo – a questão social – se encontra profundamente relacionado ao objeto de estudo da psicologia social – a produção social do fenômeno psicológico –, apesar da pouca articulação entre ambos nas práticas das diferentes profissões.

O *social* é compreendido aqui como resultado de uma construção histórica decorrente de lutas entre forças contraditórias. A partir do momento em que um conjunto de forças se sobrepõe a outro, surgem certos “disfuncionamentos”. Estes, ao não serem regulados de uma maneira relativamente informal no tecido da sociedade, geram um movimento de “problematização” do social e criação de alguns espaços institucionais onde um “corpo profissional especializado passará a se ocupar de tais ‘disfuncionamentos’”⁸.

Dessa forma, não se trata de um social que serve de pano de fundo para as ações profissionais, mas, sim, de um contexto a partir do qual as profissões – psicologia e serviço social – se constituem e são permanentemente tensionadas⁹.

Destaca-se, então, a importância de compreender as duas áreas do conhecimento em questão como frutos de construções históricas e ideológicas vinculadas às diferentes formas de acumulação do capital. Profissões constituintes de e constituídas por *formações discursivas* que, no seu operar, isto é, a partir dos discursos das diferentes *posições-sujeito* que as constituem, integram o processo

⁸ De acordo com Silva (2005, p.76) em seu livro: “A invenção da Psicologia Social”.

⁹ “[...] o atual quadro sócio-histórico não se reduz a *um pano de fundo* para que se possa, *depois*, discutir o trabalho profissional. Ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do Assistente Social [e do Psicólogo], afetando as suas condições e as relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais” (IAMAMOTO, 2006, p.19).

contraditório e inerente de reprodução e transformação das relações sociais de produção que caracterizam a sociedade capitalista, na medida em que buscam tornar funcionais as “disfunções” do social, sob termos como: ressocializar, reabilitar, incluir, dentre outros.

É importante ter em mente que os psicólogos e os assistentes sociais fazem parte da classe-que-vive-do-trabalho¹⁰ e, como trabalhadores, participam do processo de (re)produção¹¹ do capital em sua totalidade, ou seja, instaurando movimentos de sujeição e manutenção, assim como de resistência e enfrentamento às forças instituídas. Cabe destacar que esses profissionais se encontram submetidos a relações e condições de trabalho que são condicionantes de suas possibilidades e limitações.

Um dos desafios aqui colocados é produzir uma discussão orgânica, pela via dos *processos discursivos*, em torno das relações entre a economia solidária, como uma estratégia de enfrentamento e resistência frente às expressões da questão social no âmbito das relações de trabalho, e a produção social do fenômeno psicológico, ou seja, a produção de subjetividades. Faz-se necessário que o presente trabalho apresente contribuições para as duas áreas do conhecimento em questão, uma vez que surge da tentativa de estabelecer encontros teóricos que cada uma delas, por si só, dentro de suas composições teóricas e metodológicas, não se propõe a contemplar¹².

Ao olhar rapidamente para as mutações no campo da relação capital-trabalho, principalmente a partir do final dos anos 1980, no Brasil, diante do processo de reestruturação produtiva, pode-se dizer que os trabalhadores

¹⁰ Termo adotado por Antunes e Alves (2004).

¹¹ A expressão “(re)produção” será utilizada neste trabalho para se referir ao processo contraditório de reprodução e transformação das relações de produção que é inerente à sociedade de classes. A expressão é inspirada nas ideias de Gregório Barenblitt (1992) quando este apresenta a reprodução e a produção como forças contraditórias que caracterizam os movimentos instituído e instituinte existentes dentro das instituições sociais. A reprodução volta-se para a perpetuação do que já existe, para a reiteração do igual; já a produção volta-se para a geração do novo, persegue a utopia, apresentando-se como devir.

¹² Uma reflexão sobre a possibilidade de trabalho interdisciplinar entre a Psicologia Social e o Serviço Social é desenvolvida em: EIDELWEIN, Karen. Psicologia Social e Serviço Social: uma relação interdisciplinar na direção da produção de conhecimento. *Textos & Contextos (Online)*, v.8, p.01 - 16, 2007a.

desempregados não são mais necessários ao processo de acumulação capitalista. Isso vem se processando cada vez mais por meio da especulação financeira, passando a configurar um novo grupo de excluídos dentro do sistema: aquele das pessoas que tinham emprego formal e que, independentemente de faixa etária, sexo e nível de escolaridade, perderam seu emprego ou nem conseguiram chegar a conquistá-lo (situação dos jovens em busca do primeiro emprego).

Porém, um olhar mais atento permite compreender que a existência de trabalhadores desnecessários ao processo de produção intensivo em capital se apresenta, na verdade, como uma necessidade do próprio sistema, ou seja, estar excluído é uma forma de inclusão dentro do capitalismo. Trata-se de uma forma de inclusão perversa, através da qual o sistema também se (re)produz. A perversidade se dá na medida em que se produzem subjetividades singulares-coletivas desejanter de conquistar um posto de trabalho formal diante de uma realidade econômica que já não apresenta condições para tal. Promete-se algo que não poderá ser cumprido e, mesmo que o fosse, continuaria operando para a (re)produção da lógica capitalista, que se sustenta na contradição primordial entre aqueles que são os donos dos meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho. Sendo assim, pode-se dizer que querer tornar-se necessário, isto é, estar inserido nas relações formais de emprego, é a condição para a produção da própria descartabilidade do trabalhador.

Diante do exposto, nesta pesquisa, a expressão “(des)necessários” busca explicitar a contradição de que a existência de um número cada vez maior de trabalhadores desnecessários ao sistema – aqueles que não se encontram submetidos às relações de emprego formais – se apresenta como uma forma contemporânea de (re)produção do capitalismo. Considera-se que nesse grupo se situam os trabalhadores da Economia Solidária (ES). Esta pode ser compreendida como *um modo de organizar a produção, distribuição e o consumo; um movimento social; uma perspectiva de desenvolvimento econômico e social incluindo e uma política pública*¹³, decorrente de um conjunto de ações voltadas para a geração de trabalho e renda, baseadas na solidariedade, na democracia e na autogestão,

¹³ Cada um dos sentidos referidos é apresentado e discutido no Capítulo 5 da presente tese.

desenvolvidas não somente, mas também, por trabalhadores(as) desempregados(as) que, na sua maioria, se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Na medida em que a ES surge da auto-organização dos trabalhadores que necessitam garantir sua sobrevivência, pode-se compreender que atende à lógica contemporânea de (re)produção do capital, diante de um quadro de desemprego estrutural e flexibilização da produção e das relações de trabalho. Assim, vem ao encontro da perspectiva atual de que são os próprios trabalhadores que devem garantir as condições necessárias para sua reprodução como força de trabalho.

Porém, ao mesmo tempo, o fato de os trabalhadores estarem reunidos em pequenos e/ou grandes grupos, através de modos de organização e relações de trabalho diferentes dos instituídos ao longo da era industrial e pós-industrial, a ES pode ser compreendida como uma estratégia de resistência e enfrentamento às mutações contemporâneas da relação capital-trabalho. Pode-se dizer que se está diante de um fenômeno que vem se constituindo a partir da contradição entre a reprodução e a transformação das relações sociais de produção.

Nesse ponto, resgata-se uma reflexão de longa data: se o capitalismo dá conta de produzir os sujeitos necessários que garantam a (re)produção do próprio sistema, como a economia solidária, que surge da própria lógica contemporânea do capital, pode dar conta de produzir os sujeitos necessários que garantam a (re)produção da própria economia solidária? E mais: a produção subjetiva agenciada por meio da economia solidária tem potencialidade para transformar o *status quo* de dominação ideológica capitalista na direção de outra composição de forças dentro do “*todo complexo com dominante*”¹⁴ das formações ideológicas que caracterizam a formação social contemporânea?

¹⁴ “O *todo complexo com dominante*” diz respeito ao conjunto das formações ideológicas existentes dentro de uma formação social, sendo que uma das formações ideológicas predomina sobre as demais.

Tais questões podem ser consideradas fundadoras da tese que ora se apresenta, uma vez que decorrem da inquietação e contrariedade diante da observação de efeitos psicossociais oriundos da inter-relação entre as relações de produção e sociais instituídas na atual sociedade global, tais como: consumo desenfreado; busca pela eterna juventude; diagnósticos cada vez mais rápidos e comuns de depressão, transtorno bipolar e síndrome do déficit de atenção e hiperatividade; prescrição cada vez maior de medicamentos antidepressivos, antipsicóticos e ansiolíticos; relações interpessoais superficiais, fugazes, praticamente descartáveis. Esses efeitos são alguns dentre tantos outros fenômenos contemporâneos que desafiam a inteligência de seres que possuem o “telencéfalo altamente desenvolvido, o polegar opositor, são livres e não têm donos”¹⁵.

Parte-se da compreensão de que não é possível separar a constituição psicológica dos sujeitos e suas condições reais ou materiais de existência. Do mesmo modo, não é possível compreender as relações de produção e sociais sem considerar os indivíduos psicológicos que constituem tais relações, ao mesmo tempo em que por elas são constituídos.

A discussão, dessa forma, gira em torno de compreender como mudanças no modo de organização da produção e das relações de trabalho vão produzindo subjetividades capazes de ressignificar as relações sociais instituídas com potencialidade para transformar o modo de produção hegemônico. Cabe salientar que, quando se está falando de subjetividades, não se está fazendo referência somente ao sujeito singular diante do processo de (re)produção das próprias condições materiais e simbólicas de existência, mas também à existência de subjetividades coletivas, isto é, de diferentes modos de ser, pensar, se relacionar, consumir, etc. que caracterizam determinadas formas de organização da vida em sociedade.

¹⁵ Para fazer referência às características que distinguem os seres humanos dos demais animais, de acordo com o documentário *Ilha das Flores*, de Jorge Furtado, realizado pela Casa de Cinema – Porto Alegre/RS, em 1989, que (in)felizmente se apresenta extremamente fiel à realidade em que se vive.

Ao se considerar a formação social capitalista, conformada por diferentes modos de produção¹⁶ e formações ideológicas, onde o modo de produção e a ideologia capitalista se apresentam dominantes, pode-se fazer menção à existência de uma “subjetividade capitalística”¹⁷ que predomina sobre outras subjetividades coexistentes.

O processo de (re)produção da ideologia capitalista, por meio das relações de desigualdade e subordinação entre as formações ideológicas que caracterizam as diferentes instituições sociais materializadas em aparelhos repressivos e ideológicos do Estado, vai contribuindo para a (re)produção de subjetividades singulares e coletivas. Tais subjetividades colocam em funcionamento a maquinaria capitalística, na medida em que são os próprios sujeitos que (re)produzem as relações através das quais se tornam assujeitados.

Considerando o exposto, cabe referir que esta pesquisa¹⁸ aborda a produção de subjetividades a partir da formação discursiva da Economia Solidária (FDES). Tal abordagem ocorre pela via da Teoria da Análise do Discurso (AD), criada por Michel Pêcheux na década de 1960 na França, a qual se apresenta como uma teoria materialista do discurso. Pode-se dizer que a proposta de articular a Economia Solidária e o processo de produção de subjetividades a partir da teoria da AD se apresenta como o caráter inovador desta pesquisa.

A preocupação de Pêcheux em esclarecer os fundamentos de sua teoria materialista do discurso fez com que ele dedicasse especial atenção às condições ideológicas da reprodução e transformação das relações de produção de uma formação social, destacando as relações superestruturais, sem ignorar as determinações econômicas. Para tanto, recorreu a conceitos de diferentes campos de conhecimento, caracterizando a AD como uma teoria que se constitui “no espaço

¹⁶ De acordo com Singer (1999).

¹⁷ Expressão utilizada por Guattari e Rolnik (2000).

¹⁸ Estudo que se insere na linha de pesquisa “Serviço Social e Políticas Sociais” do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, que se encontra vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Assistência Social (GEPsTAS), coordenado pela Prof^a Dr^a Gleny Terezinha Duro Guimarães; o grupo integra o Núcleo de Pesquisa em Demandas e Políticas Sociais (NEDEPs) do PPGSS.

de questões criadas pela relação entre três domínios disciplinares [...]: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise”.¹⁹

A AD ocupa-se em estudar como os sentidos são produzidos pela via do discurso a partir de determinados contextos histórico-sociais.

[...] os sentidos são constituídos por sujeitos inscritos numa história, num processo simbólico duplamente afetado pelo inconsciente e pela ideologia [...] pensar na produção de sentidos como um processo simbólico (inconsciente) de produção de interpretações do real e do próprio sujeito, determinado por condições históricas (ideológicas) específicas, significa pensar que os sentidos podem mudar, pois as sociedades podem ser outras e as políticas são contingentes (CAZARIN, 2005, p.44).

Para a AD, a produção de sentidos se constrói a partir da materialização da Ideologia que ocorre através de formações discursivas, as quais, por meio da linguagem, refletem a ideologia que lhes dá sustentação. Cada *Formação Discursiva* (FD) comporta uma *Forma-Sujeito* (FS), isto é, um sujeito do saber que se identifica com e se constitui por sua inscrição na FD. A forma-sujeito regula o dizer das diferentes *Posições-Sujeito* (PS) que nela convivem. As posições-sujeito referem-se ao lugar social representado no discurso, não sendo equivalente nem à presença física, nem aos lugares objetivos da estrutura social. Trata-se de um “lugar” que a pessoa ocupa para ser sujeito do que diz.

O processo de produção de sentidos (re)produz determinadas visões de mundo decorrentes das formações ideológicas em disputa que se materializam através dos discursos formulados pelas diferentes posições-sujeito existentes dentro dos aparelhos repressores (governo, administração, exército, polícia, tribunais, prisões, etc.) e ideológicos (religião, família, direito, política, sindicato, cultura, informação) do Estado²⁰. A partir das formações discursivas decorrentes das diferentes formações ideológicas existentes nos aparelhos do Estado, os indivíduos vão se constituindo em sujeitos mediados pela linguagem.

¹⁹De acordo com Orlandi (2003, p.19).

²⁰ Conforme Brandão (2004).

Entende-se por *Formação Ideológica* (FI) “o conjunto complexo de atitudes e de representações, não individuais nem universais, que se relacionam às posições de classes em conflito umas com as outras”. A FI “é um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social”.²¹

É importante destacar que, ao abordar a materialidade da ideologia capitalista por meio das diversas formações ideológicas, não se está fazendo referência somente ao processo de (re)produção das relações de produção, mas também ao processo de (re)produção do indivíduo e de coletivos. À medida que as relações de produção são (re)produzidas, também se (re)produzem os sujeitos que dão sustentação a essas relações. Porém, tal (re)produção é dissimulada dentro dos Aparelhos Repressivos e Ideológicos do Estado (ARIE) a partir do principal funcionamento da ideologia: interpelar o indivíduo em sujeito.

Pêcheux, ao buscar esclarecer os fundamentos de sua teoria materialista do discurso, encontra as seguintes proposições de Althusser: 1) só há prática através de e sob *uma* ideologia e 2) só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos. Essas são as ideias que possibilitam “desvendar o mistério” do processo contraditório de reprodução e transformação das relações de produção²².

Dessa forma, a categoria sujeito é compreendida como sendo constitutiva de toda ideologia. Para que qualquer ideologia opere, é necessária a existência de um sujeito, e este não existe sem a operação ideológica. Assim, se está diante de um processo de causalidade circular de mútua determinação onde ideologia e sujeito se (re)produzem mutuamente.

Entretanto, a questão central é que o funcionamento ideológico de interpelação do indivíduo em sujeito acontece de modo inconsciente. O indivíduo desconhece sua sujeição em função daquilo que Pêcheux chama de uma teoria não-subjetivista da subjetividade “[...] que designa os processos de “imposição/dissimulação” que constituem o sujeito, “situando-o” (significando para

²¹ Ferreira (2001, p.16).

²² Pêcheux (1995, p. 148-149).

ele *o que ele é*) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa “situação” (esse *assujeitamento*) pela ilusão de autonomia constitutiva do sujeito, de modo que o sujeito “funcione por si mesmo”²³.

O ser humano, pelo fato de existir como espécie, inserido em uma série de redes de interação social, é considerado sujeito por natureza, capaz de desenvolver sua própria consciência a respeito das coisas do mundo, sendo autônomo e independente em suas escolhas e decisões. O indivíduo, interpelado em sujeito pela ideologia, não tem consciência da própria interpelação e age como se fosse senhor das próprias ideias, sem se dar conta de seu assujeitamento, participando ativamente do processo de (re)produção da ideologia que o (re)produz. Essa situação permite compreender que, para a análise do discurso, o “sujeito não é a fonte do sentido, nem senhor da língua; é historicamente situado e agente de práticas sociais e, desde sempre, um indivíduo interpelado em sujeito, pela ideologia”²⁴.

Desse modo, a AD faz referência a uma teoria não-subjetiva da subjetividade, compreendendo-a como efeito de uma construção decorrente do lugar social ocupado pelo sujeito, em determinado período histórico, sob determinada ideologia e sob a determinação do inconsciente. Isso porque, a partir do momento em que o *eu* se institui como senhor do pensamento, das ideias, emoções e ações do sujeito, cria a ilusão de liberdade diante da natureza inconsciente da determinação ideológica, que se reproduz por meio dos discursos materializados através da linguagem.

A AD apresenta-se, então, como uma teoria complexa que possibilita compreender o processo de formação e atribuição de sentidos para a experiência singular e coletiva da vida humana. Preocupa-se em elucidar como os sentidos são produzidos, em detrimento apenas do que eles significam. Na medida em que se propõe a analisar *como* os eventos se articulam, cria um processo de desnaturalização daquilo que, em um primeiro olhar, parece óbvio, natural, lógico, corriqueiro. Dessa maneira, talvez possa ser compreendida como uma visão de

²³ Pêcheux (1995, p.133).

²⁴ De acordo com Cazarin (2005, p.26).

mundo, como uma maneira de compreender as relações sociais, na tentativa de dar visibilidade ao funcionamento ideológico que constitui os diversos lugares sociais a partir dos quais os sujeitos estabelecem relações de (re)produção de modos de vida.

Considerando a perspectiva teórica referida, o problema de pesquisa que orientou este estudo foi: como a Formação Discursiva da Economia Solidária (FDES) participa do agenciamento de subjetividades capazes de romper ou não com a própria formação em questão?

Com vistas ao desenvolvimento do referido problema, foram elaboradas algumas questões norteadoras, a saber: quais os discursos que sustentam a FDES? Quais as posições-sujeito existentes dentro da FDES? Como as posições-sujeito existentes se relacionam com a forma-sujeito que caracteriza a FDES e participam do processo de produção de subjetividades? As subjetividades produzidas indicam outra forma-sujeito?

A partir do problema proposto e das questões norteadoras, buscou-se alcançar o objetivo geral de compreender o processo de produção subjetiva decorrente da FDES. Para isso, foram operacionalizados os seguintes objetivos específicos: caracterizar a FDES; apresentar as posições-sujeito existentes dentro da FDES; analisar o processo de produção de subjetividades decorrente das posições-sujeito existentes; e identificar a potencialidade de tais subjetividades apontarem para a constituição de outra formação discursiva que represente outra formação ideológica²⁵. Interessou identificar como a contradição entre a reprodução e a transformação das relações sociais de produção aparece no discurso da Economia Solidária e opera na direção do agenciamento de subjetividades singulares-coletivas com potencialidade ou não para transformar as relações sociais de produção das quais se originam.

²⁵ É importante mencionar que a Teoria da Análise do Discurso proposta por Michel Pêcheux não se apresenta como uma Metodologia de Pesquisa a ser aplicada diante de determinados contextos ou realidades sociais. Trata-se, antes de tudo, de uma perspectiva teórica de compreensão de fenômenos ou processos singulares-coletivos por meio dos conceitos que compõem seu quadro teórico. Os estudos através da AD dependem do modo como cada pesquisador analista de discurso estabelece relações entre os conceitos que caracterizam a Teoria e os fenômenos ou processos a serem compreendidos.

Considerando o exposto, o segundo capítulo aborda o processo contemporâneo de mutação da relação capital-trabalho decorrente de mudanças nas formas de acumulação capitalista e a partir do qual são criadas as condições de discursivização em torno da Economia Solidária.

O terceiro capítulo apresenta a constituição da formação discursiva da Economia Solidária diante do processo contraditório de reprodução e transformação das relações de produção da formação social capitalista.

O quarto capítulo volta-se para a compreensão do processo de agenciamento de subjetividades singulares e coletivas, isto é, de subjetividades sociais decorrentes da Economia Solidária, buscando articular a produção de subjetividade na língua proposta pela AD com a produção de uma subjetividade que se situa para além da linguagem.

Por fim, o quinto capítulo apresenta a discussão realizada a partir da análise do *corpus* da pesquisa, a saber: os discursos enunciados pela I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), através das deliberações que se encontram reproduzidas no texto dos Anais da Conferência.

2. MUTAÇÕES CAPITAL - TRABALHO

2.1 A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

A instituição do capitalismo como modo de produção e formação social (SINGER, 1999), a partir do século XVIII, possibilita apontar a existência da ideologia capitalista, que se tornou hegemônica praticamente na totalidade do globo terrestre após a queda do muro de Berlim e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no final dos anos 80 do século XX. Através da propriedade privada dos meios de produção, da extração da mais-valia e da divisão sociotécnica do trabalho, o capitalismo como modo de produção foi tornando-se hegemônico, configurando-se, ao mesmo tempo, em uma formação social capitalista, a qual comporta outros modos de produção²⁶ que “funcionam lado a lado, intercambiando produtos e competindo entre si” (SINGER, 1999, p.138).

Os modos de produção em conjunto formam a infra-estrutura econômica da formação social capitalista. As relações sociais que se estabelecem entre os produtores e os consumidores, inseridos nos diversos modos de produção, são reguladas por normas, leis e valores derivados de estruturas legais, políticas e culturais que formam a supra-estrutura (SINGER, 1999, p.139).

Assim, analisar somente a organização e administração das relações de trabalho dentro dos espaços de produção e as mudanças no processo de acumulação do capital, a partir do desenvolvimento e utilização de novas tecnologias, não parece ser condição suficiente para compreender a hegemonia

²⁶ Na formação social capitalista, há diversos outros modos de produção: a produção simples de mercadorias (produtores independentes que possuem os meios de produção); a produção pública estatal ou privada (emprega assalariados e oferece bens e serviços gratuitamente); a produção doméstica (autoconsumo); a produção cooperativa (empresa de propriedade de seus trabalhadores). O capitalismo, como modo de produção, “[...] organiza a produção em empresas, que são propriedade privada. Os seus detentores comandam a produção, visando maximizar o lucro. Para tanto, empregam trabalhadores, aos quais pagam salários por tempo de trabalho e/ou quantidade produzida”. O modo de produção capitalista depende da produção doméstica e da produção pública e transaciona com a produção simples de mercadorias e com a produção cooperativa (SINGER, 1999, p.137-138).

contemporânea do capitalismo. Inevitavelmente, é necessário também analisar as relações sociais que acontecem fora dos espaços instituídos de produção de mais-valia para compreender a maquinaria complexa a partir da qual os sujeitos empregados e não-empregados vão participando ativamente do processo de (re)produção do capital e de si como sujeitos singulares e coletivos. Desde sempre, até mesmo antes de seu nascimento, os sujeitos já se encontram condicionados por uma série de valores, regras, normas e leis decorrentes de sua inserção em diferentes instituições sociais (nas palavras de Baremlitt, 1992) ou do funcionamento dos aparelhos repressivos e ideológicos do Estado (conforme proposição de Althusser, 1985) existentes dentro da formação social capitalista.

Abre-se caminho para a discussão fundamental em torno das tensões ideológicas que caracterizam determinada formação social, considerando o predomínio da ideologia capitalista que se impõe às demais formações ideológicas existentes dentro do “todo complexo com dominante²⁷”, isto é, dentro do conjunto complexo dos aparelhos ideológicos do Estado que a formação social em questão comporta.

[...] em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado) que, ao mesmo tempo, possuem caráter “regional” e comportam posições de classe: os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a “maneira de se servir deles” – seu “sentido”, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem – o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia (Pêcheux, 1995, p.146).

A partir das ideias de Pêcheux (1995), referendado em Althusser, cabe destacar que a ideologia capitalista é reproduzida e transformada através dos Aparelhos Repressivos e Ideológicos do Estado - ARIE (Justiça, Educação, Família, Saúde, Religião, Mídia, etc.), que possuem objetos específicos a partir dos quais e

²⁷ A ideologia dominante é “[...] resultado de conjunto, forma histórica concreta resultante das relações de desigualdade-contradição-subordinação que caracterizam, numa formação social dada, o ‘todo complexo com dominante’ das formações ideológicas que nela funcionam” (PÉCHEUX, 1995, p.151).

para os quais orientam suas ações utilizando-se para tal de técnicas, tecnologias e dispositivos²⁸ diversos.

Os diferentes aparelhos repressivos e ideológicos do Estado encontram-se inter-relacionados de forma assimétrica no que tange ao processo de (re)produção das relações de produção. A partir do maior ou menor tensionamento decorrente dos diferentes interesses oriundos da luta de classes, ou seja, das diferentes posições que os sujeitos ocupam dentro do processo de (re)produção das condições materiais de existência da vida humana, pode-se encontrar dentro de determinados ARIE maior ou menor espaço para a (re)produção das relações sociais de produção.

Desde seu início, até os tempos atuais, o capitalismo vem passando por mutações decorrentes da necessidade de reorganização do sistema frente às possibilidades tecnológicas por ele engendradas e aos problemas sociais oriundos de sua forma de produção e organização do trabalho e de distribuição da riqueza socialmente produzida. Ao longo do desenvolvimento histórico do processo de acumulação do capital, é possível identificar fases – capitalismo concorrencial, monopolista²⁹ e financeiro³⁰ – a partir das quais às transformações nas formas de acumulação capitalista correspondem mudanças nos modos de organização e nas relações de trabalho que alteram as relações sociais como um todo.

²⁸ De acordo com Foucault (1990, p.244), o dispositivo pode ser compreendido como: 1) conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. O dito e o não dito são elementos do dispositivo. É a rede que se pode estabelecer entre esses elementos; 2) a natureza da relação que pode existir entre esses elementos heterogêneos – tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções que também podem ser muito diferentes; 3) um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem uma função estratégica dominante.

²⁹ De acordo com Netto (2007, p.20), “[...] a constituição da organização monopolística obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: *o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados*”.

³⁰ No padrão de acumulação do capital contemporâneo, “[...] decisiva é a propriedade, controle e gestão dos meios de produção do conhecimento científico, muito mais do que a propriedade dos meios materiais de produção (terra e máquinas), e no qual a matéria-prima é o saber e a inteligência, mais do que bens físicos e naturais. E é precisamente por estar sob controle monopolista do capital financeiro é que este é capaz de constituir-se não só em principal pólo do processo de acumulação, mas também ser a matriz do capital cognitivo (DEL ROIO. O capital além do imperialismo – Disponível em http://www.mhd.org/artigos/delroio_imperialismo.html acesso em 31 de out. 2007).

A acumulação é um processo de reprodução do capital em escala ampliada, progressiva, uma vez que uma parte ou a totalidade da mais-valia é acrescida ao capital original. Diferencia-se, desta forma, do processo de reprodução simples do capital – em que a produção de capital se processa sempre na mesma escala e toda a mais-valia é utilizada como desfrute individual do capitalista (COUTINHO, 1997; MARX, 2005).

A transformação do produto excedente – mais-valia, derivada de trabalho alheio não-pago – em capital possibilita a existência da acumulação. Entretanto, só se podem transformar em capital os meios de produção e os meios de subsistência. Dessa forma, parte do trabalho anual excedente tem que ser transformada para produzir meios adicionais de produção e subsistência acima da quantidade necessária para substituir o capital adiantado.

A acumulação depende das condições técnicas de produção e da concorrência nos diversos segmentos da produção industrial, comercial, empresarial, sendo determinada pelo grau de exploração da força de trabalho; pela produtividade do trabalho social; pela diferença entre capital empregado e consumido e pela magnitude do capital adiantado. Contemporaneamente, o processo de acumulação também vem ocorrendo pela via da especulação financeira nos mercados de valores nacionais e internacionais, proporcionando aumento da riqueza com concentração de renda a uma parcela ínfima da população mundial.

Dentre as estratégias utilizadas para a acumulação de capital, interessa destacar o grau de exploração da força de trabalho. Para tanto, cabe referir brevemente os ciclos de transformação do capital, decorrentes das Revoluções Industriais, que, para além de modificar as formas de acumulação, transformaram e vêm transformando o processo de exploração da força de trabalho.

2.2 OS CICLOS DE TRANSFORMAÇÃO DO CAPITAL E DO TRABALHO

O primeiro ciclo de transformação do capital, decorrente da 1ª Revolução Industrial (1760), cujo carro chefe foi a máquina a vapor, caracterizou-se pela ampliação da jornada de trabalho com manutenção da remuneração e/ou pelo aumento do número de trabalhadores, com manutenção da jornada de trabalho e da remuneração, constituindo-se por uma base produtiva intensiva em trabalho. A acumulação ocorria muito mais através da mais-valia absoluta como forma de obtenção do excedente do que através da mais-valia relativa, que já se fazia presente, porém em uma proporção menor.

O segundo ciclo de transformação do capital, oriundo da 2ª Revolução Industrial (1870), caracterizada pelo surgimento do motor a combustão, iniciou um processo em que a acumulação passou a ser obtida do excedente oriundo ainda do uso intensivo de trabalho, porém em menor escala que no 1º ciclo, ao mesmo tempo em que mais intensivo em tecnologia, isto é, na utilização de máquinas no processo produtivo. Desse modo, o excedente passou a ser obtido em proporção maior através da mais-valia relativa do que da absoluta.

São características desse período as ideias de Taylor e Ford no que tange ao modo de organização do trabalho. Tais ideias tiveram origem em suas experiências na fábrica metalúrgica e automotiva, respectivamente, que acabaram espraiando-se para uma série de atividades de trabalho, “[...] desde a industrial, passando pela agrícola, financeira, comercial, governamental etc.” (PINTO, 2007, p.27).

Considerando-se o 1º e o 2º ciclos de transformação produtiva do capital, acompanhados pelas ideias liberais iluministas e pelo Romantismo³¹, pelos efeitos da Revolução Industrial Inglesa (1760) e da Revolução Francesa (1789) e pelo fim do regime feudal, se está diante do período histórico que inaugura os

³¹ Conforme Figueiredo e Santi (1999, p.44), “de acordo com a ideologia Liberal, cujas principais idéias manifestaram-se na Revolução Francesa, os homens são iguais em capacidade e devem ser iguais em direitos. Sendo assim, todos devem ser livres. Contudo, para que essa liberdade não redunde em caos, todos devem ser solidários uns com os outros, sem renunciar a essa liberdade”. “No Romantismo do início do século XIX – [...] – reconhece-se a diferença entre os indivíduos, e a liberdade é exatamente a liberdade de ser diferente” (p.45).

fundamentos de um novo mundo em boa parte do Ocidente: o do “trabalhador livre”. Marco fundador da ideologia capitalista: um indivíduo livre, dono de si e não mais propriedade de outrem, como no escravismo ou no servilismo; igual a todos os demais em termos de capacidades e de direitos, tais como: à propriedade privada e à liberdade de escolha para quem vender sua força de trabalho – porém, ao mesmo tempo, diferente em termos biológicos, religiosos, sexuais, raciais, culturais, dentre outros.

O século XIX, em todas as suas manifestações, é filho legítimo da dupla revolução que se deu na Europa ocidental no final do século XVIII: a revolução política francesa (1789-1792) e a revolução industrial inglesa, que tem como marco a construção, em 1780 do primeiro sistema fabril do mundo moderno: as indústrias têxteis localizadas na região britânica de Lancashire. Ambas vêm coroar o surgimento de relações de produção inéditas na história, no seio das quais se elaboram justificativas para uma nova maneira de organizar a vida social (PATTO, 1990, p.10-11).

O ingresso do “trabalhador livre” em novos espaços de trabalho – não mais o campo, as fazendas ou os ofícios dentro dos grupos familiares – foi sendo acompanhado de exigências: necessidade de novos conhecimentos e habilidades e de adaptar-se às condições físicas dos locais de trabalho; à jornada extensa; ao ritmo da produção das tarefas; às novas ferramentas, máquinas e equipamentos; às relações hierárquicas com os colegas de trabalho; ao salário percebido pelo trabalho desempenhado; à falta de controle sobre o quê, como, onde e por que produzir³².

O surgimento de fábricas e indústrias com uma organização do trabalho Taylorista-Fordista foi acompanhado de transformações sociais e culturais

³² Nesse sentido, inúmeros são os estudos (DEJOURS, 1988; SELIGMANN-SILVA, 2000; CODO, 1993 e 1995; JACQUES e CODO, 2003) que evidenciam as consequências da divisão intelectual do trabalho e da linha de produção sobre a saúde física e mental dos trabalhadores, destacando a relação entre trabalho e produção de subjetividade, diante de sistemas de organização do trabalho em que o que importa é a execução precisa de um único e mínimo gesto, dentro de um conjunto de ações físicas que pouco exigem capacidade intelectual e muito menos afetiva. Importa bom comportamento para atender adequadamente às exigências de pontualidade, assiduidade, respeito pela hierarquia, cumprimento das ordens estabelecidas, evitando-se a necessidade de pensar e questionar as relações previamente instituídas. Cabe destacar que os “trabalhadores livres” desenvolvem estratégias de resistência e defesa coletivas e individuais diante de situações cotidianas de trabalho que não possibilitam espaços democráticos de participação e de tomadas de decisões, que não contemplam a criatividade e a possibilidade de gerenciamento das próprias tarefas. De acordo com Dejours (1988), a possibilidade de expressão criativa e de ingerência sobre o próprio trabalho são aspectos importantes para a manutenção da condição de saúde mental do trabalhador.

intensas dentro de um período histórico que ficou conhecido como a Era de Ouro do capital, entre o final da II Guerra Mundial e fins da década de 80 do século passado. A Era de Ouro foi marcada pelo crescimento da economia mundial a uma taxa explosiva e pela quadruplicação da produção mundial de manufaturas entre as décadas de 1950 e início de 1970. Neste período, o modelo de produção em massa de Ford espalhou-se para o Terceiro Mundo e, nos EUA, ampliou-se para novos tipos de produção, tais como a construção civil e *junk food*. A dominação econômica dos EUA e do dólar, que funcionou como estabilizador por estar ligado ao padrão-ouro até a quebra do sistema em fins da década de 1960, foi o que possibilitou o livre comércio, os livres movimentos de capital e a estabilização das moedas (HOBBSAWN, 1995).

Em termos de mudanças sociais e culturais decorrentes desse período, cabe mencionar: o grande desenvolvimento tecnológico que transformou a vida cotidiana de ricos e de pobres; o aumento vertiginoso da produção de alimentos, da poluição e deterioração ecológica; o crescimento em grande escala da população do Terceiro Mundo; o processo de morte do campesinato, com deslocamento de grande contingente populacional do campo para as cidades, provocando uma urbanização irregular e desorganizada; o ingresso das mulheres casadas no mercado de trabalho formal; o crescimento de ocupações que exigiam educação secundária e superior; as mudanças nas relações entre os sexos e gerações³³; a formação de uma cultura juvenil internacionalizada através do *blue jeans* e do *rock*, dentre outros aspectos.

Pode-se dizer que a Era de Ouro foi um período rico em transformações sociais e culturais que, vinculadas aos aspectos econômicos e políticos, geraram a desintegração de velhos sistemas de valores e costumes e das convenções que controlavam o comportamento humano até então, refletindo-se em uma “política da identidade” (HOBBSAWN, 1995). As transformações culturais e sociais referidas remetem à produção de uma subjetividade capitalística (GUATTARI e ROLNIK, 2000). As relações instituídas de produção e distribuição da riqueza vão

³³ Neste aspecto, vale destacar: o aumento dos divórcios; do número de pessoas vivendo sós; de famílias chefiadas por mulheres; de mães solteiras e do controle da natalidade; a legalização do aborto e liberalização para heterossexuais e homossexuais (HOBBSAWN, 1995, p.314-336).

produzindo agenciamentos na direção de modos coletivos de ser, pensar, sentir, viver, que operam (re)produzindo o próprio sistema³⁴.

Nesse sentido, ao retomar a indissociabilidade entre infra-estrutura e superestrutura, a lógica de produção e organização do trabalho extrapola as organizações produtivas, fazendo-se presente na educação, na família, na justiça, na ciência, na mídia, etc. Dessa forma, os processos de produção subjetiva decorrem de uma imbricada rede de relações institucionais que têm como função principal a garantia de determinado *status quo*. Tal função é permanentemente tensionada pela disputa de poder decorrente das diferentes formações ideológicas existentes dentro da formação social capitalista.

Talvez se possa dizer que, durante o período de crescimento econômico e desenvolvimento social que desembocou na Era de Ouro, comandado pelo modelo de organização do trabalho Taylorista-Fordista e articulado aos Estados de Bem-Estar Social em vários países da Europa e EUA e à constituição de grandes sindicatos de trabalhadores, foi sendo construída uma cultura subjetiva da estabilidade, da certeza, da garantia de que todos conseguiriam um lugar dentro do mercado de trabalho formal. Com isso, seria possível usufruir das benesses do crescimento econômico dos países e das garantias de sistemas de proteção social³⁵. Entretanto, diante da crise do petróleo de 1973-74³⁶, evitando reviver o pesadelo de

³⁴ De acordo com Guattari (1990, p.34) “[...] a subjetividade capitalística se esforça por gerar o mundo da infância, do amor, da arte, bem como tudo o que é da ordem da angústia, da loucura, da dor, da morte, do sentimento de estar perdido no cosmos... É a partir dos dados existenciais mais pessoais [...] que o CMI (capitalismo mundial integrado) constitui seus agregados subjetivos maciços, agarrados à raça, à nação, ao corpo profissional, à competição esportiva, à virilidade dominadora, à *star* mídia...”

³⁵ Proteção social oriunda de políticas públicas estatais sob a responsabilidade dos Estados de Bem-Estar Social, com vistas à promoção e garantia de direitos no que tange, principalmente, à saúde, assistência e seguridade social.

³⁶ De acordo com Pinto (2007, p.50), “O equilíbrio dessa articulação manteve-se até meados dos anos de 1970, quando sofreu o impacto de transformações de várias ordens. [...] no plano macroeconômico as contas externas da maioria dos países foram altamente desequilibradas em meio aos choques ocasionados pelo súbito aumento geral dos preços do petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 1973 e em 1979, bem como devido às sucessivas valorizações e desvalorizações do dólar, praticamente impostas pelos EUA a partir de então, como em 1978 e 1980. [...] iniciaram-se as primeiras grandes variações nas taxas de câmbio das economias nacionais, acentuando a internacionalização e o já crescente volume de investimentos em capitais financeiros, que, por meio da tecnologia microeletrônica aplicada à informação, passaram a especular sobre essas flutuações cambiais”.

1929, sob a liderança dos EUA e da Inglaterra, inicia-se a cruzada neoliberal na direção de garantir a (re)produção do capital.

O terceiro ciclo de transformação do capital, iniciado por volta dos anos 1980 como decorrência da 3ª Revolução Industrial³⁷, subsidiada nas novas tecnologias de informação e comunicação, tem-se caracterizado por um uso cada vez menos intensivo de trabalho. A acumulação ocorre não somente, mas em grande parte, a partir da obtenção de excedente pela via da mais-valia relativa. Vivencia-se um esgotamento do modo de organização do trabalho Taylorista-Fordista³⁸, em detrimento de formas de gestão baseadas em modelos de produção flexível que passam a ser incorporados nas organizações de trabalho como resposta à crise econômica do capital da década de 1970.

A passagem de um modelo Taylorista-Fordista para uma produção flexível, caracterizada pelo sistema de organização do trabalho desenvolvido na Toyota Motor Company, no Japão, a partir dos anos 1950, implicou novas formas de administrar a força de trabalho humana, diante de um quadro de mudanças estruturais e da falta de “motivação” dos trabalhadores dentro das organizações Tayloristas-Fordistas. A organização do trabalho através de sistemas como *kanban* e *kaizen*, dentro de um regime de encomenda-produção-entrega *just-in-time*, passou a exigir novas habilidades/competências/conhecimentos dos trabalhadores para a realização de um grande número de atividades no menor tempo possível, com eficiência e eficácia; com habilidade para trabalhar em equipe, criatividade e capacidade de resolver conflitos e suportar situações de pressão; com iniciativa e flexibilidade para atender às demandas do mercado.

Dentro desse modelo de organização do trabalho, observa-se a valorização da capacidade intelectual e afetiva dos trabalhadores, buscando seu maior comprometimento com os objetivos das organizações onde se encontram

³⁷ A 3ª Revolução Industrial também é conhecida como a Revolução da Tecnologia da Informação, impulsionada pelos desenvolvimentos tecnológicos das Revoluções precedentes e caracterizando-se como tal a partir do incremento da comunicação de base microeletrônica. Para alguns autores, demarca o surgimento da era pós-industrial na direção da sociedade do conhecimento (CASTELLS, 1999).

³⁸ Em que pese o fato de ele ainda continuar existindo, muitas vezes concomitantemente a uma produção flexível.

inseridos. Porém, apesar da mudança de um modelo de organização das relações de produção para outro, pode-se dizer que, na produção flexível, assim como no Taylorismo-Fordismo, o modo como as atividades são organizadas contribui para a instauração de processos de produção subjetiva direcionados para a manutenção do *status quo*. Isso porque as formas de organização do trabalho produzem modos de conhecer-trabalhar³⁹ que capturam os gestos, a capacidade intelectual e afetiva dos sujeitos, a partir de diferentes formas de lidar com o tempo, o espaço e o desejo.

Se o fordismo expropriou e transferiu o *savoir-faire* do operário para a esfera da gerência científica, para os níveis de elaboração, o toyotismo tende a retransferi-lo para a força de trabalho, mas o faz visando a apropriar-se crescentemente da sua dimensão intelectual, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária (ANTUNES e ALVES, 2004, p.347).

O processo de reestruturação produtiva e, com ele, a instituição de outros modos de organização do trabalho, diante do desemprego estrutural e do fenômeno da globalização econômica, em que a acumulação capitalista passa a sustentar-se cada vez mais através da especulação financeira, abre espaço para o questionamento da centralidade do trabalho como eixo responsável pela manutenção dos laços sociais.

A diminuição de postos de empregos formais como consequência do desemprego estrutural⁴⁰, em que máquinas de última geração passaram a realizar tarefas até então sob a responsabilidade de uma série de trabalhadores, e a adoção de um modelo de produção de pequena escala e no "tempo certo", de acordo com a demanda de consumo, e não mais em grande escala ou para produzir demanda de consumo⁴¹, têm diminuído a necessidade do trabalho – ou seja, da mão-de-obra

³⁹ “Entenda-se por modos de conhecer-trabalhar, as operações físico-mentais, ou seja, as relações entre as ações do corpo físico e as capacidades cognitivas dos sujeitos, que são acionadas-ativadas durante os processos de trabalho/emprego. Pode-se dizer que são as relações entre o saber-fazer dos trabalhadores, construídas a partir de ações referentes à própria experiência de viver, que são capturadas e virtualizadas por teorias administrativas, por tecnologias diversas e por uma gestão coletiva do conhecimento, com o objetivo de dar conta da manutenção material da vida humana dentro de um sistema de produção específico, no caso, o capitalista” (EIDELWEIN, 2001, p.26-27).

⁴⁰ O desemprego estrutural refere-se a postos de trabalho formal que foram totalmente extintos em função de terem sido automatizados.

⁴¹ Não se está querendo dizer com essa ideia que não há produção de demanda para o consumo dentro do modelo flexível, mas sim que, no modelo Taylorista-Fordista, se primava pela produção em

humana – em proporções vertiginosas, dependendo do setor econômico-produtivo⁴². Essa situação se reflete sobre a questão da produtividade do trabalho social, que diz respeito ao aumento da quantidade produzida sobre a qual se corporifica valor e, portanto, mais-valia.

O desenvolvimento tecnológico possibilita aumentar a quantidade de produção em escalas gigantescas, sendo que o capitalista vê seu fundo de consumo aumentar em detrimento da diminuição do fundo de subsistência dos trabalhadores. Estes passam a produzir mais, percebendo o mesmo salário e tendo a mesma jornada de trabalho, ou são excluídos do mercado de trabalho formal, denotando um peso menor do capital variável no custo da produção.

[...] O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego "estrutural" [...], rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical - uma das colunas políticas do regime fordista (HARVEY, 1993, p.141).

Diante dessas transformações no processo produtivo, talvez se possa dizer que a acumulação de capital através da mais-valia relativa vem aumentando a distância que separa os donos do capital e a classe-que-vive-do-trabalho⁴³, pois a obtenção do excedente que permitirá a reprodução ampliada do capital já não necessita de grande quantidade de força de trabalho humana⁴⁴. Assim, os trabalhadores em situação de desemprego são lançados à própria sorte na busca por alternativas que garantam suas condições de subsistência e reprodução.

grande escala à procura de mercado consumidor e que, no modelo atual, se prioriza a determinação do mercado para posterior organização da produção.

⁴² Podem-se citar como exemplos de redução de postos de emprego a partir de finais da década de 1980 no Brasil os setores da indústria metalúrgica e automotiva e o setor bancário.

⁴³ Conforme Antunes e Alves (2004), a classe-que-vive-do-trabalho compreende a totalidade dos assalariados, não só os trabalhadores manuais diretos, mas também a totalidade do trabalho social e coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. Incorporam o núcleo central do proletariado industrial: os trabalhadores dos setores produtivos nos serviços; os trabalhadores improdutivos; o proletariado rural; o proletariado precarizado; o proletariado moderno, fabril e de serviços *part-time*; a totalidade dos trabalhadores desempregados.

⁴⁴ Mesmo que se considere a migração do processo de exploração da força de trabalho para países como a Índia, a China e uma série de outros países asiáticos, em busca de mão-de-obra mais barata, gerando, com isso, um número maior de empregos nas localidades.

A partir dos anos 1980, em várias partes do globo terrestre, passa-se a viver outro período na história do processo de acumulação capitalista. É um período em que a “certeza” de inserção no mercado de trabalho formal, decorrente de políticas econômicas desenvolvidas como respostas à crise de 1929 e às consequências da II Guerra Mundial, sob as ideias keynesianas e os Estados de Bem-Estar Social (EBES), não encontra mais as garantias capazes de lhe dar sustentação.

A partir da metade dos anos de 1980 e com o fim da União Soviética, entramos em uma fase unipolar de domínio, a fase da globalização sob a liderança dos EUA [...] uma globalização na qual o modo de produção capitalista, as dinâmicas de acumulação, a estrutura perversa do mercado de trabalho, a completa liberação e desregulamentação dos movimentos de capitais (especulativos ou não), os níveis de concentração proprietária e de deslocamentos sem precedentes, representam a exportação forçada do modelo estadunidense, uma imposição ao mundo inteiro de um “Made in EUA” econômico e cultural (VASAPOLLO, 2007, p. 70).

As mudanças econômicas, políticas e culturais gestadas em torno da Era de Ouro do capital podem ser compreendidas como características de um movimento conhecido como pós-moderno. Novas formas de produzir, ser, pensar, se relacionar, viver, rompem com valores, certezas e verdades construídas ao longo da Modernidade.

Conforme Jameson, o pós-modernismo é a lógica cultural do capitalismo avançado. Seguindo Mandel, passamos para uma nova era a partir do início dos anos 60, quando a produção da cultura tornou-se integrada à produção de mercadorias em geral: a frenética urgência de produzir novas ondas de bens com aparência cada vez mais nova, em taxas de transferência cada vez maiores, agora atribui função estrutural cada vez mais essencial à inovação e à experimentação estéticas (HARVEY, 1993, p.65).

Inicia-se um processo de esgotamento de um modelo de acumulação capitalista que contribuiu para a produção de subjetividades singulares e coletivas

em torno da “estabilidade” no campo das relações de trabalho⁴⁵ e passa-se a viver relações constitutivas do que talvez possa se chamar de cultura da “instabilidade” ou “provisoriedade”. Vive-se um tempo de desregulamentação das leis trabalhistas em várias partes do mundo, com perdas de direitos resultantes da luta histórica da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho. Pode-se dizer que a adoção de um modelo flexível de produção é acompanhada de ações e propostas decorrentes de um processo de desconstituição dos EBES, na perspectiva do ideário neoliberal, a partir do qual o emprego formal vem perdendo força.

2.3 DISCURSOS SOBRE O (DES)EMPREGO

As mutações do capital e, conseqüentemente, da classe trabalhadora podem ser compreendidas como efeitos do funcionamento da ideologia capitalista e permitem identificar discursos em torno do emprego e do desemprego. Embora tais discursos refiram-se a posições diferentes dos sujeitos dentro da sociedade, encontram-se interligados, uma vez que os sentidos que deles se originam se entrecruzam e servem de sustentação para ambas. Isto é, tanto os trabalhadores empregados quanto os desempregados são afetados pelos discursos socialmente produzidos em torno do que é necessário em termos de qualificação pessoal e profissional para se conseguir e/ou manter um emprego, bem como para sair da situação de desemprego.

Os discursos em torno do emprego/desemprego têm produzido sentidos com relação à necessidade de qualificação do trabalhador para que ele possa (re)ingressar no mercado de trabalho formal, seja como empregado ou como empreendedor/empresário. Para tanto, depende de seu esforço, conhecimento e habilidades pessoais, dentro do princípio de que todos são livres e têm o direito de se inserir nas relações mercadológicas.

⁴⁵ Nas palavras de Singer (2002, p.10), “[...]. Surgiu uma classe operária que se acostumou ao pleno emprego (que vigorou nos países centrais entre as décadas de 1940 e 1970) e se acomodou no assalariamento”.

Nesta situação, temos um indivíduo livre e de direitos que, a partir de um processo de individualização feito pelo Estado, passa a ser responsável e responsabilizado por garantir suas próprias condições de reprodução material dentro de uma relação capital-trabalho desigual. Trata-se de uma relação que obscurece a desigualdade estrutural do sistema e reforça um dos marcos fundadores da ideologia capitalista: a ideia de que todos são iguais e podem alcançar as benesses decorrentes do trabalho coletivo.

Diante do obscurecimento das questões de ordem estrutural, os trabalhadores desempregados (assim como os empregados) passam a vivenciar processos de produção de uma subjetividade coletiva constituída pela (auto)culpabilização por sua condição social. Isso contribui para o aparecimento de sentimentos e vivências de baixa autoestima, desvalorização pessoal, afastamento das redes de interação familiar, comunitária e social, desenvolvimento de doenças físicas e sofrimento psíquico intenso.

É importante destacar que, de acordo com a ideologia dominante, a necessidade de (auto)qualificação se apresenta como uma ordem natural diante de um cenário dinâmico. Este é potencializado pelas novas tecnologias de informação e comunicação e pela descentralização dos processos de produção para os mais variados pontos do planeta.

Os discursos instituídos em torno da (auto)qualificação pessoal/profissional evitam trazer à tona a compreensão de que, por mais que os trabalhadores se qualifiquem através do desenvolvimento de habilidades pessoais e conhecimentos técnicos e científicos, não existem garantias de (re)inserção no mercado de trabalho formal. Isso porque o desemprego é uma questão social de ordem estrutural, atingindo trabalhadores independentemente de faixa etária, sexo e nível de escolaridade, e não uma fatalidade de ordem individual⁴⁶.

⁴⁶ Nesta direção, vale destacar a análise de Dejours (1999) em sua obra *A banalização da injustiça social*, onde discute o processo a partir do qual o desemprego passa a ser compreendido como uma fatalidade de ordem individual.

Os efeitos de sentidos produzidos pelos discursos instituídos em torno da necessidade de qualificação pessoal/profissional podem ser compreendidos como decorrentes da força ideológica dos discursos neoliberais que valorizam e reforçam o indivíduo individualista como potência máxima do capital. Nesse sentido, Fiori, ao perguntar “qual a originalidade do novo liberalismo deste fim de século XX, com relação ao velho liberalismo nascido e formulado primeiramente no século XVIII e depois reformulado em várias claves durante o século XIX”, destaca como uma das diferenças que singularizam o liberalismo atual a pretensão explícita deste de se formalizar como um “individualismo metodológico” (1998, p.212).

Vive-se um período histórico em que se busca potencializar o indivíduo ao máximo. Isso dentro de um modelo econômico, político, social e cultural no qual a pessoa é cada vez mais responsabilizada individualmente por seus sucessos ou fracassos; por manter-se empregada ou na condição de desemprego; por possuir maior ou menor escolaridade; por apresentar qualificação para o trabalho ou não. Afinal, de acordo com os discursos em voga, as oportunidades existem para todos que souberem aproveitá-las.

Dessa forma, os trabalhadores desempregados vivem entre a evidência de que seus esforços, na maioria das vezes, não são suficientes para lhes garantir uma posição socialmente reconhecida no mercado de trabalho e a produção cotidiana do desejo de alcançar uma possibilidade de inserção dentro das relações formais de trabalho e, com isso, adquirir reconhecimento, valorização, poder de consumo, utilidade social. Enfim, passar de uma condição de sujeito desnecessário econômica e socialmente (sem valor, sem utilidade social pelo fato de estar à margem das relações de troca sociais que o trabalho formal possibilita) para a condição de um sujeito necessário, isto é, reconhecido e valorizado econômica e socialmente em função de sua participação nas redes de trocas sociais, seja por seu poder de consumo e/ou por seu pertencimento a determinada organização de trabalho.

Os trabalhadores que se encontram fora do mercado formal de trabalho vivenciam processos de produção subjetiva a partir das inúmeras atividades

informais⁴⁷ e, muitas vezes, precárias, que exercem visando a garantir as condições materiais necessárias à sua sobrevivência e à de seus dependentes. Em que pese o fato de, em muitas situações, não se encontrarem subordinados a uma estrutura rígida de organização do trabalho, apresentando maior ingerência sobre os modos como administrarão o tempo e o espaço que necessitam para o desenvolvimento de sua atividade, o desejo de voltar a se inserir no campo das relações de trabalho formal ainda é grande diante das garantias materiais e de direitos trabalhistas e sociais conquistados coletivamente pelos trabalhadores, junto a uma vivência subjetiva baseada na estabilidade, no (auto)reconhecimento de si como uma pessoa produtiva e, por isso, de valor social.

O exercício do trabalho informal não possibilita acesso a direitos que são garantidos aos trabalhadores que se encontram amparados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no caso do Brasil. Em muitas situações, os trabalhadores informais encontram-se subordinados a condições de trabalho adversas (insalubridade e periculosidade), sem nenhum tipo de compensação; necessitam trabalhar um extenso número de horas para garantir a alimentação de cada dia, quando garantem; são considerados desqualificados para se inserirem no mercado formal, seja por não possuírem formação e conhecimentos suficientes e/ou não apresentarem características pessoais e habilidades de relacionamento interpessoal necessárias às exigências atuais. Junto a isso, muitas vezes são vistos pelos trabalhadores empregados como ameaça à sua condição, uma vez que ocupam o lugar de um exército de reserva sempre pronto a assumir seu posto diante de uma oportunidade.

Considerando o exposto, se está diante de uma relação capital-trabalho em que o trabalhador passa a ser convocado a resolver por conta própria a questão de sua (re)produção como força produtiva e a garantia das condições

⁴⁷ O exercício de atividades de trabalho baseadas na informalidade caracteriza o contexto de uma economia informal que abarca, de acordo com Icaza e Tiriba (2003, p.104-104), “[...] as atividades de produção e distribuição de bens e serviços promovidas pelos empresários, ou seja, por aqueles que buscam o enriquecimento próprio, mediado pela exploração da força de trabalho daqueles que não são os proprietários dos meios de produção”. De acordo com Filho e Laville (2004, p.162-163), a economia informal “[...] assume, na maioria dos casos, a forma de microprojetos individuais, conformando uma espécie de simulacro precário das práticas mercantis oficiais, não apresentando desse modo uma articulação com uma base social local precisa ou com um saber ancestral”.

materiais necessárias à sua subsistência não mais através do emprego formal. O emprego, instituído como sinônimo de trabalho ao longo da era industrial do capitalismo, já não existe mais. O capital já não precisa mais dessa forma de contrato de trabalho para garantir a sua (re)produção. Cabe aos trabalhadores, lançados à própria sorte, encontrar alternativas para dar continuidade às suas existências. Caso não encontrem, pouco importa para o sistema, que continuará se reproduzindo, apesar e em função dos não-trabalhadores.

Em realidade, tal contexto não se apresenta como novidade no cenário brasileiro, onde historicamente nunca se vivenciou o fenômeno de pleno emprego. Considerando-se a desigualdade social e a pobreza como fenômenos que desde sempre acompanharam a constituição da sociedade brasileira, criou-se um cenário propício ao desenvolvimento de uma economia popular sustentada em práticas associativas familiares e comunitárias que se constituíram e se constituem como estratégias de enfrentamento e resistência às expressões da questão social referidas.

A economia popular diz respeito a um conjunto de atividades de produção, comercialização ou prestação de serviços efetuadas coletivamente (sob diferentes modalidades do trabalho associado) pelos grupos populares, principalmente no interior de bairros pobres e marginais das grandes cidades latino-americanas. Tais grupos se estruturam, em geral, de modo bastante informal e encontram nas relações de reciprocidade tecidas no cotidiano de suas formas de vida (ou seja, nos próprios laços comunitários) os fundamentos para tais práticas (FILHO, 2006, p.58).

2.4 A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Nesse contexto, a Economia Solidária (ES), que no Brasil se encontra ancorada na tradição de uma economia popular⁴⁸, vem se configurando, principalmente a partir dos últimos 20 anos do século XX, em um conjunto de

⁴⁸ De acordo com Icaza e Tiriba (2003, p.102), “a partir das duas últimas décadas do século XX, o termo economia popular vem sendo utilizado [...] para fazer referência às atividades desenvolvidas por aqueles que foram excluídos ou nunca conseguiram ingressar no mundo do trabalho assalariado, como também por aqueles trabalhadores que, devido aos baixos salários, buscam no trabalho por conta própria (individual ou associativo) a complementação de sua renda”. Filho e Laville (2004, p.178), ao abordarem a economia solidária no contexto brasileiro, referem que “o fenômeno da emergência de uma economia solidária compreende-se principalmente em razão do peso de uma tradição de economia popular na vida de amplas parcelas da população”.

iniciativas de geração de trabalho e renda que reúnem não somente, mas também, trabalhadores desempregados e em situação de vulnerabilidade social. A diversidade das iniciativas no que tange: a formas de organização/estruturação; nível de institucionalização; setores de atividades; origens e contextos territoriais (locais e regionais) e formas de organização política (FILHO, 2006) torna complexa a proposição de uma definição conceitual capaz de dar conta das diferentes realidades⁴⁹.

Tal situação torna-se evidente através de diferentes discursos em torno da ES, a partir dos quais diferentes efeitos de sentidos são produzidos com relação aos seus objetivos e potencialidades dentro de uma formação social capitalista. Ao se percorrer a literatura existente sobre ES, encontram-se discursos que a compreendem como uma alternativa de sustentabilidade dentro do capitalismo, sem a pretensão de que, a partir dessas experiências, possa se instituir outra ordem de produção das condições materiais para além do capital.

Porém, concomitantemente, existem discursos que produzem sentidos na direção de compreender a ES para além de uma forma de sustentabilidade dentro do sistema capitalista, considerando-a como um conjunto de experiências que podem levar à instituição de outra ordem social. Isso porque o trabalho dentro da ES busca organizar-se de forma cooperativa ou associativa, sob princípios como democracia participativa, autogestão e solidariedade, na perspectiva de alcançar uma reprodução ampliada das condições de vida.

Talvez se possa dizer que os diferentes sentidos produzidos pelos discursos enunciados por trabalhadores da ES, por seus apoiadores/parceiros, por diversas instâncias do poder público e diferentes áreas do conhecimento científico atualizam a contradição inerente à relação capital-trabalho em torno da reprodução e transformação das relações sociais de produção.

Ao se discursivisar, por exemplo, sobre a ES no Brasil como decorrente de um processo de exclusão social, como se esta fosse um fenômeno novo, há que

⁴⁹ Segundo Filho e Laville (2004, p.149), “[...] as profundas diferenças regionais, seja no plano econômico, político ou cultural, dificultam a tarefa de pensar uma economia solidária brasileira”.

se chamar a atenção para o fato de que “[...] a exclusão participa de forma ativa da própria constituição e desenvolvimento da sociedade brasileira, sendo inerente a sua formação econômica” (FILHO e LAVILLE, 2004, p.158). Junto a isso, é importante lembrar que o processo de exclusão é inerente à lógica do sistema capitalista e que historicamente sempre existiram pessoas que estiveram fora de uma série de redes sociais: educação, saúde, lazer, moradia, dentre outras. Sendo assim, ao se referir que as pessoas se encontram excluídas ou que se trabalha pela inclusão dos excluídos, deve-se ter o cuidado de especificar a que exclusão se está fazendo referência e qual o conceito utilizado. Compartilha-se da ideia de que a exclusão é uma forma perversa de inclusão dentro do sistema capitalista de produção.

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico (SAWAIA, 1999, p.8).

As pessoas podem estar fora de algumas redes de interação e troca sociais, mas estão dentro do sistema que produz tais redes, assim como produz essas pessoas como sujeitos, da mesma forma que por elas é produzido. Estar fora é uma forma de estar dentro, ou seja, estar excluído é uma condição produzida pelo próprio sistema, em um processo de causalidade circular de mútua determinação. Como condição do sistema, significa que se faz parte dele, participando do processo de sua (re)produção.

Sendo assim, cabe compreender como vão sendo produzidos sentidos dentro da formação social capitalista sobre as (im)possibilidades de sua própria transformação e, quem sabe, superação. O conceito de formação social aqui utilizado refere-se ao “espaço a partir do qual se pode prever os efeitos de sentido a serem produzidos”, considerando-se que “as posições que os sujeitos ocupam em uma dada formação social condicionam as condições de produção discursivas, definindo o lugar por eles ocupados no discurso” (FERREIRA, 2001, p.16) – sem esquecer que o funcionamento da formação social se articula ao funcionamento da ideologia que está relacionada à luta de classes.

No caso em questão, apresenta-se como vão sendo produzidos sentidos a partir dos discursos sobre a ES, a qual vem procurando instituir-se dentro da formação social capitalista brasileira como uma política pública. Para tanto, destacam-se os diferentes discursos existentes no interior da formação discursiva da ES (FDES), na direção de compreender os processos de produção subjetiva deles decorrentes.

Os sentidos produzidos por meio da linguagem participam da rede de produção subjetiva de determinada sociedade. Tal rede constitui-se por modos de ser, sentir, desejar, viver e se relacionar que, embora diversos e vinculados a diferentes formações ideológicas, ao se considerar a hegemonia da ideologia capitalista, sofrem um processo de captura subjetiva na direção da reprodução da lógica da liberdade individual para se inserir no mercado e do direito à propriedade privada. Essa situação, ao se voltar para as relações de trabalho, contribui para o “descarte” do trabalhador, simplesmente porque no mercado não há nem nunca houve lugar para todos. Pode-se dizer que o modo de produção capitalista, perversamente, produz subjetividades desejantes de inserção dentro de determinadas relações produtivas em uma estrutura social que se reproduz à medida que exclui.

3. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA FORMAÇÃO DISCURSIVA

3.1 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA FORMAÇÃO DISCURSIVA DA ECONOMIA SÓLIDÁRIA NO BRASIL

Os processos de mutação na relação capital-trabalho a partir da década de 1970 constituem as condições de produção da Formação Discursiva da Economia Solidária (FDES), conforme descrito no Capítulo 2. Diante dos efeitos econômicos e sociais da crise salarial dos Estados, do ideário neoliberal, dos processos de reestruturação produtiva, do fim da URSS, de um desenvolvimento tecnológico cada vez mais avançado e veloz, enfim, do predomínio da ideologia capitalista na quase totalidade do globo terrestre, observa-se o (re)aparecimento de discursos produtores de sentidos que apontam para formas de organização econômica e social alternativas à Economia de Mercado,⁵⁰ instituída contemporaneamente dentro do modo de produção capitalista.

Fala-se em (re)aparecimento, uma vez que as raízes históricas da ES se encontram no “cooperativismo revolucionário” do século XVIII, o qual pode ser compreendido como uma prática social e política que nasceu como efeito do processo de instituição do capitalismo industrial na Inglaterra. Apresenta-se como uma forma de resistência e enfrentamento dos trabalhadores diante das transformações sociais e econômicas decorrentes do novo modo de produção.

⁵⁰ A Economia de Mercado é um sistema autorregulável de mercados em que “todas as transações se transformam em transações monetárias e estas, por sua vez, exigem que seja introduzido um meio de intercâmbio em cada articulação da vida industrial. Todas as rendas devem derivar da venda de alguma coisa e, qualquer que seja a verdadeira fonte de renda de uma pessoa, ela deve ser vista como resultante de uma venda. [...] Mas a peculiaridade mais surpreendente do sistema repousa no fato de que, uma vez estabelecido, tem que se lhe permitir funcionar sem qualquer referência externa. Os lucros não são mais garantidos e o mercador tem que auferir seus lucros no mercado. Os preços devem ter a liberdade de se auto-regularem” (POLANYI, 2000, p.60). O interessante, no entanto, é que, a qualquer sinal de problema no sistema, o Estado, que não deve intervir para que o sistema funcione bem, é chamado a auxiliar as empresas com vistas a evitar o desemprego e queda nas taxas de consumo, o que atualmente se apresenta como uma das estratégias mais qualificadas de (re)produção do capital.

[...] observa-se a ressurgência de outra alternativa que, em verdade, foi acionada pelos trabalhadores desde os primórdios de sua luta contra a submissão ao capital e que a rigor jamais arrefeceu de todo, embora tenha conhecido duras derrotas e desvirtuamentos, além de períodos de perda de força e quase hibernação (GAIGER, 2004a, p.07).

De acordo com Singer (2002), as consequências da 1ª Revolução Industrial na Grã-Bretanha – êxodo do campo para a cidade, formação do proletariado moderno e exploração sem limites legais do trabalho nas fábricas –, junto ao longo ciclo de guerras provocado pela Revolução Francesa e à depressão econômica que se abateu sobre o país logo após esse período, contribuíram para o fortalecimento das ideias de Owen: limitar a jornada de trabalho; proibir o emprego de crianças, construindo escolas para elas; e construir aldeias cooperativas. Cabe destacar que tais ideias não visavam apenas a encontrar alternativas para melhorar as condições de trabalho dentro das fábricas ou para (re)inserir os trabalhadores na produção, possibilitando-lhes ganhos e, através desses, poder de consumo, mas propunham “uma mudança completa no sistema social e uma abolição da empresa lucrativa capitalista” (Cole apud SINGER, 2002, p.26).

O referido autor sustenta, ainda, que o cooperativismo, mesmo em estado incipiente, já se apresentava como um modo de produção⁵¹ alternativo ao capitalismo e que a fase inicial de sua história, conhecida como “cooperativismo revolucionário”, pode ser considerada a origem histórica da ES⁵².

⁵¹ Para Singer (1999), um modo de produção é uma forma específica de organizar a atividade produtiva e repartir o resultado entre os participantes; dessa forma, o autor entende o cooperativismo como um modo de produção, ideia que não é compartilhada por todos os pensadores do campo da economia solidária.

⁵² Se fosse o caso de um trabalho sobre a história do movimento cooperativista, muito provavelmente remontaríamos a formas de organização e relações comunitárias da antiguidade para compreender as origens dos princípios que norteiam a organização do trabalho e as relações de produção dentro do cooperativismo. Interessaria, também, compreender o processo de (re)produção deste ao longo da história como constitutivo da formação social capitalista. Porém, o propósito deste trabalho não é investigar o universo do cooperativismo, em que pese o fato de este ser o regime de organização do trabalho que vem sustentando, em muitos casos, os empreendimentos dentro da ES. A discussão, aqui, centra-se nos sentidos produzidos pelos discursos sobre a ES como um modo de organização da produção, comercialização e consumo; um movimento social, uma perspectiva de desenvolvimento social incluyente e uma política pública (sentidos apresentados e discutidos no Capítulo 5 da presente tese), que tem como pano de fundo histórico ideários do “cooperativismo revolucionário” dentro de um contexto contemporâneo de predomínio dos ideários neoliberais, em uma economia de mercado caracterizada pela (re)produção financeira do capital.

Os efeitos da crise dos anos 1970 passaram a ser sentidos no Brasil a partir do final dos anos 1980, diante do processo de reestruturação produtiva. No mesmo período, ações de geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária passaram a ser desenvolvidas mais intensamente, ampliando o número de empreendimentos econômicos solidários⁵³ e de trabalhadores envolvidos, bem como de organizações apoiadoras.

O contexto de reestruturação produtiva, em um cenário mundial comandado por uma política neoliberal e uma economia globalizada sob a liderança dos países do Primeiro Mundo, em especial os EUA, refletiu-se no enfraquecimento do praticamente inexistente Estado de Bem-Estar Social Brasileiro. Pode-se dizer que “nunca na história deste País”⁵⁴ foi possível a constituição de um Estado promotor de políticas públicas capazes de garantir proteção social a todos que delas necessitam com a perspectiva de emancipação social.

O fortalecimento e discussão em torno do desenvolvimento de ações por parte do poder público estatal voltadas para a promoção e garantia de direitos sociais à população que não é contemplada por aspectos que contribuem para condições de vida dignas, tais como educação, saúde, trabalho, habitação, lazer, dentre outros, só adquiriram maior visibilidade no cenário nacional com o fim de 20 anos de regime militar, praticamente na metade dos anos 1980.

O Brasil historicamente caracteriza-se por ser um país com limitadas possibilidades de participação democrática⁵⁵ da população em torno da discussão, elaboração, decisão e acompanhamento de ações desenvolvidas na perspectiva de atender às necessidades daqueles que desde sempre se encontraram em situação

⁵³ Dados do Relatório SIES 2005/2007, da Secretaria Nacional de Economia Solidária, registram a existência de 21.859 empreendimentos econômicos solidários no Brasil, sendo que desses 8.554 iniciaram suas atividades no período de 1991-2000 e 10.653 no período de 2001-2003. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorios/EmpreendimentoResumoNacional.asp?Numero=> > acesso em 14 de ago. de 2009.

⁵⁴ Expressão comumente utilizada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

⁵⁵ Paulo Freire aborda a inexperiência democrática do povo brasileiro, a qual se refere à ausência, na nossa formação como sociedade brasileira, “[...] daquelas condições necessárias à criação de um comportamento participante, que nos tivesse levado à feitura de nossa sociedade, com ‘nossas próprias mãos’ [...] Teria sido a experiência de autogoverno, de que sempre, realmente, nos distanciamos e quase nunca experimentamos, que nos teria propiciado um melhor exercício da democracia” (FREIRE, 1980a, p.66).

de vulnerabilidade social. Desde sua constituição como colônia e, posteriormente, como país independente de Portugal,⁵⁶ sempre houve segmentos populacionais colocados à margem de uma série de espaços de trocas sociais devido à sua condição de raça, sexo, religião, opção política, etc.

A Constituição de 1988 inaugurou um novo período na história brasileira de criação e ampliação de possibilidades de organização e participação social em torno da formulação de políticas públicas comprometidas com a garantia de direitos⁵⁷ e a promoção de condições de vida dignas à população como um todo. O Sistema Único de Saúde (SUS) é um exemplo das articulações iniciadas nesse período. De lá para cá, tem-se, ainda, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que abriu a discussão para a formulação do atual Sistema Único de Assistência Social (SUAS); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), de 1996; as Políticas/Programas de Geração de Emprego, Trabalho e Renda, em que se situa a discussão atual sobre a criação de uma Política Pública de Economia Solidária, dentre outras.

Ao mesmo tempo, é justamente a partir desse período que o País passa a viver o processo de reestruturação produtiva, cujas consequências⁵⁸ não se diferenciam muito daquelas ocorridas nos países do Primeiro Mundo, evidenciando-se: o aumento do número de pessoas desempregadas; a flexibilização/precarização das relações de trabalho; o aumento ou a diminuição do tempo livre (seja por redução de carga horária, pela perda do emprego, pela falta de opções de trabalho

⁵⁶ O livro *1808*, de Laurentino Gomes, é leitura interessantíssima para auxiliar na compreensão socio-histórica do País em que vivemos.

⁵⁷ “[...] Em 1824, foi promulgada a 1ª Constituição brasileira, em consonância com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, introduzindo o país no campo dos direitos civis e políticos [...]. O reconhecimento de direitos sociais só começou a se estruturar a partir do trabalho dos imigrantes europeus, sendo administrados pela elite dominante como concessões. Em 1891 uma nova Constituição foi elaborada, destacando algumas condições indicativas da presença de direitos civis, políticos e sociais. [...] o Brasil teve seis Constituições Nacionais que entre avanços e retrocessos democráticos ampliaram em seus textos o campo dos direitos civis, políticos e sociais. Neste ponto questionam-se as formas de participação da sociedade civil na construção dos referidos direitos. Quais mecanismos foram disponibilizados e/ou construídos e de que modo foram apropriados pela população na perspectiva de discutir sobre seus interesses, necessidades e desejos a serem contemplados nos textos constitucionais?” (EIDELWEIN, 2007b, p.14-15).

⁵⁸ Embora as consequências da reestruturação produtiva possam ser consideradas as mesmas em nível mundial, em países do terceiro mundo como o Brasil, atingem um número maior de pessoas e precarizam ainda mais as condições de vida da população, diante de um Estado de Bem-Estar Social fraco, voltado aos interesses da classe dominante e comprometido com as políticas financeiras e de desenvolvimento social do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BIRD).

ou pela necessidade de desenvolver mais de uma atividade com vistas à obtenção/manutenção do poder aquisitivo); a necessidade de qualificação/formação profissional e transformações nas relações interpessoais dentro e fora dos espaços de produção.

Diante das exigências de habilidades e conhecimentos por parte dos trabalhadores, o que, até então, dentro do sistema Taylorista-Fordista, não tinha relevância, iniciou-se um processo voltado para a qualificação⁵⁹ dos sujeitos desempregados, a partir de iniciativas do poder público em parceria com organizações representativas de trabalhadores empregados. Através do Ministério do Trabalho e Emprego, com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), foram desenvolvidos em todo o País inúmeros Projetos Estaduais de Qualificação Profissional como estratégias de enfrentamento ao desemprego, com vistas à (re)inserção do trabalhador desempregado no mercado formal de trabalho.

Apesar dos esforços para promover qualificação para trabalhadores desempregados ou não, estudos (RIFKIN,1995) apontam que o número de pessoas empregadas tende a diminuir cada vez mais. Isso torna evidente que emprego não depende apenas de qualificação pessoal/profissional, mas de políticas públicas (SOARES, 1998), implicando a necessidade de se planejarem e implementarem políticas públicas voltadas para a geração de trabalho e renda a partir de projetos coletivos alternativos de trabalho, e não necessariamente de emprego.

Junto aos programas de qualificação profissional, alternativas de inserção nas relações mercadológicas passaram a instituir-se. Conforme Oliveira (2007), a sociedade civil organizada, as universidades e os movimentos sociais das mais variadas ordens uniram-se em busca de alternativas para o enfrentamento da questão, desembocando no desenvolvimento de projetos de geração de trabalho e renda na perspectiva da Economia Solidária.

⁵⁹ Necessidade que também incide sobre os que se encontram empregados, visando à garantia de seus postos de trabalho/emprego.

[...] numa expectativa de ser uma proposta de organização, inicialmente econômica, que consiga ser apresentada como alternativa à matriz de desenvolvimento econômico adotada no Brasil. [...] está conectada com um tipo de desenvolvimento que considera a solidariedade e a cooperação como seus princípios estruturantes, em negação aos princípios da competitividade e da busca do lucro, que são adotados pelas empresas capitalistas. [...] deve ser incluyente, distribuidora de renda e poder e terá o papel fundamental de promover inclusão social, diminuição da pobreza e do desemprego/desocupação. Trata-se de uma economia que, observando práticas e ações estruturantes, visa a organizar um sistema econômico que não ameace os povos nem a natureza. Por isso, vai requerer, para sua sustentação, elementos de crédito, mercado e tecnologias, diferentes daquelas de que dispõem as empresas capitalistas (OLIVEIRA, 2007, p.8).

Os efeitos das mutações na relação capital-trabalho referidos no Capítulo 2 e com relação ao cenário nacional podem ser considerados como as condições de produção em sentido amplo (ORLANDI, 2003), isto é, o contexto socio-histórico e ideológico, que favoreceram o surgimento de discursos em torno da Economia Solidária. Vale destacar que se está diante de um contexto socio-histórico e ideológico marcado pela instituição do sujeito livre e de direitos, o sujeito jurídico (ORLANDI, 2007) do capitalismo, que passa a ser submetido a um individualismo metodológico pelo Estado e pelo Mercado, na perspectiva da (re)produção da lógica capitalista.

A formação social capitalista contemporânea caracteriza-se pela dominação do modo de produção capitalista. Este se (re)produz através da (des)articulação entre as relações econômicas e sociais que ocorre, principalmente, mas não exclusivamente, por meio das instituições sociais que operam como aparelhos ideológicos do Estado.

Apesar da dominação da formação ideológica capitalista, a formação social também comporta outras formações ideológicas, que dizem respeito a “[...] práticas associadas a lugares ou a relações de lugares que remetem às relações de classes sem, no entanto, decalcá-las exatamente”, em função do próprio funcionamento de interpelação ideológica do indivíduo em sujeito “[...] de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, *a ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas

classes sociais antagonistas do modo de produção” (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p.166).

Conforme os autores referidos, as diferentes formações ideológicas existentes dentro da formação social capitalista adquirem materialidade pela via do discursivo. Isto quer dizer que as formações ideológicas

[...] comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, uma certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÊCHEUX E FUCHS, 1997, p. 166-167).

Dessa forma, pode-se compreender uma Formação Discursiva (FD) como “[...] um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia⁶⁰ vigente [...]” (INDURSKY, 2007, p. 165-166).

3.2 OS DISCURSOS SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Os discursos sobre a ES podem ser compreendidos como efeitos do confronto ideológico que marca a luta de classes capitalista desde seu princípio. Tais discursos vêm contribuindo para a produção de sentidos em torno da ES como forma de resistência e enfrentamento às desigualdades sociais decorrentes do capitalismo maduro na perspectiva da transformação social e/ou estratégia de sobrevivência.

⁶⁰ Ideologia aqui compreendida como “visão social de mundo”, isto é: “[...] todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas. [...] unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas. [...] poderiam ser de dois tipos: visões ideológicas, quando servissem para legitimar, justificar, defender ou manter a ordem social do mundo; visões sociais utópicas, quando tivessem uma função crítica, negativa, subversiva, quando apontassem para uma realidade ainda não existente” (LÖWY, 1989, p.13-14).

Essa situação possibilita pensar que a ES pode vir a se constituir como um dispositivo⁶¹ de enfrentamento da pobreza e do desemprego, os quais se apresentam como expressões da questão social⁶², que se refere à

[...] questão da divisão da sociedade em classes, cuja apropriação da riqueza socialmente gerada é extremamente diferenciada [...] portanto, a luta pela apropriação da riqueza social. Questão que se reformula e se redefine, mas permanece substantivamente a mesma por se tratar de uma questão estrutural, que não se resolve numa formação econômico social por natureza excludente. Questão que, na contraditória conjuntura atual, com seus impactos devastadores sobre o trabalho, assume novas configurações e expressões entre as quais destacamos: 1 – as transformações das relações de trabalho; 2 – a perda dos padrões de proteção social dos trabalhadores e dos setores mais vulnerabilizados da sociedade que vêem seus apoios, suas conquistas e direitos ameaçados (YAZBEK, 2001, p.33-34).

A Formação Discursiva da Economia Solidária (FDES) constitui-se, então, como um conjunto de discursos que se relacionam com a ideologia capitalista dominante. Ela produz sentidos sobre a própria ES como uma estratégia de enfrentamento e resistência a expressões da questão social e, como tal, constituída pela contradição entre a reprodução e a transformação das relações sociais de produção.

É interessante compreender como o discurso sobre a ES vai produzindo sentidos com relação ao universo do trabalho, ao mundo onde se vive ou se gostaria de viver. Dessa maneira, contribui para o agenciamento de subjetividades singulares-coletivas capazes de dar sustentação simbólica à própria ES.

No Brasil, as primeiras referências na literatura brasileira sobre experiências no campo da Economia Solidária datam do início da década de 1990 (LECHAT, 2002⁶³; ICAZA, 2004⁶⁴). De acordo com Silva (2007), a organização

⁶¹ Ver nota de rodapé nº 24.

⁶² De acordo com Yamamoto (2006, p.27), “questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

⁶³ Palestra intitulada: “As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil”, 2002, Disponível em: < http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc2.doc> Acesso em: 21 set. 2006.

política da ES avançou a partir da constituição de fóruns e redes que ganharam impulso no final da década de 1990 e se consolidaram com a criação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária⁶⁵ em 2001, durante o I Fórum Social Mundial, composto por redes e organizações de diferentes práticas associativas do segmento popular solidário: rural, urbano, estudantes, igrejas, bases sindicais, universidades, práticas governamentais de políticas sociais, práticas de apoio ao crédito, redes de informação e vínculo às redes internacionais⁶⁶.

Considerando-se o exposto até aqui, pode-se dizer que, a partir dos últimos 10 anos do século XX, a discursivização em torno de experiências de geração de trabalho e renda, oriundas da organização de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social, dentro de um contexto de reestruturação produtiva e de ampliação da participação social em torno da garantia e promoção de direitos, passou a produzir sentidos cada vez mais veiculados sobre o que é a ES, qual seu

⁶⁴ Icaza (2004), ao relatar pesquisa sobre Economia Solidária no RS, destaca que a denominação “economia solidária” passou a se generalizar no Estado nos anos 1990, tendo como referência um conjunto de experiências oriundas dos meios populares, urbanos e rurais a partir dos anos 1980.

⁶⁵ Algumas entidades nacionais, juntamente com o Governo do Rio Grande do Sul, decidiram constituir um Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária para organizar as atividades da economia solidária no II e III Fórum Social Mundial. O Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária acabou se tornando uma referência nacional e internacional para as atividades ligadas ao Fórum Social Mundial e até mesmo para outras atividades. Durante a organização das atividades do III Fórum Social Mundial, tendo uma conjuntura que apontava para a eleição do candidato do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República, o Grupo programou uma reunião nacional ampliada para discutir o papel da economia solidária no futuro governo. Na reunião, realizada em novembro de 2002, decidiu-se elaborar uma Carta para o Presidente eleito, sugerindo a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, e realizar em dezembro a 1ª Plenária Nacional de Economia Solidária. A 1ª Plenária referendou a Carta produzida em novembro e decidiu realizar a 2ª Plenária Nacional durante o III Fórum Social Mundial para discutir a criação de um Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES. Além disso, possibilitou o início do debate e aprofundamento de uma plataforma política para o fortalecimento da Economia Solidária no Brasil. A 2ª Plenária Nacional foi realizada em janeiro de 2003 e contou com a participação de mais de 1.000 pessoas, possibilitando o aprofundamento da plataforma política da Economia Solidária. Nessa plenária, foi tomada a decisão de constituir o FBES em uma outra Plenária Nacional, sendo que esta deveria ser antecedida de encontros estaduais que preparariam a discussão nacional e elegeriam delegados para a mesma. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_historico.asp> acesso em 22/01/2009

⁶⁶ As doze entidades e redes nacionais que, em momentos e níveis diferentes, participaram do GT-Brasileiro foram: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57> acesso em 22/01/2009.

objetivo, quem dela participa, como se organiza, qual seu papel e potencialidade diante de uma economia de mercado e um mundo globalizado.

Inúmeras experiências desenvolvidas no campo da ES têm sido relatadas através de estudos e pesquisas,⁶⁷ o que contribui para pensar sobre a importância, as limitações e dificuldades e as conquistas e possibilidades das organizações de trabalhadores nessa perspectiva econômica e social.

A concretização de um trabalho cooperativo dentro de uma nova racionalidade da troca solidária (ABDALLA, 2002), que busca a cooperação⁶⁸ para a emancipação dos sujeitos, e não para sua submissão aos interesses econômicos das grandes corporações e do mercado financeiro, apresenta-se como um grande e constante desafio. O trabalho dentro dessa perspectiva implica (des)construir relações interpessoais, educativas, sociais e econômicas em uma lógica diferente das relações instituídas na sociedade capitalista.

Um grupo de Economia Solidária deve ser formado por pessoas comprometidas, autônomas, participativas. O conhecimento de seus membros deve ser partilhado em benefício de todos. As decisões devem ser democráticas, os negócios e a prestação de contas devem ser transparentes, e não deve haver muita diferença na remuneração. Trato igualitário entre homens e mulheres também é importante. Levar em conta as questões ambientais, se engajar na comunidade e ter compromisso na construção de um mundo mais justo são questões fundamentais. Valores como solidariedade, entre-ajuda e cooperação devem estar sempre presentes (SPIES, 2007, p.25).

⁶⁷Relatos de experiências, estudos e pesquisas podem ser encontrados em: MANCE, 1999; BENTO e CASTELAR, 2001; BONAMIGO, 2002; DILL, 2001; SINGER, 2002; SINGER e SOUZA, 2003; FAVERO e EIDELWEIN, 2004 e 2007; GAIGER, 2004a e 2004b; RIBEIRO, 2002; VERONESE, 2004; ICAZA e FREITAS, 2006; OLIVEIRA, 2004; MARQUES, 2006; CUNHA, 2002; CRUZ, 2006; BEATRIZ, 2007; BARFKNECHT, 2005; ALENCAR, 2005; PEDÓ, 2003; GOERCK, 2006; GUIMARÃES, MACIEL E EIDELWEIN, 2007.

⁶⁸ De acordo com Jesus e Tiriba (2003, p.49), “cooperação tem o significado semântico de ato de cooperar, ou operar simultaneamente, trabalhar em comum, colaborar, sinalizando para um sentido de ação e de movimento coletivo, sempre em oposição à perspectiva individual e individualista”. Nesse sentido, “é preciso distinguir a cooperação que se fundamenta na propriedade comum dos meios de produção da que se baseia em relações diretas de domínio e servidão e da que pressupõe o assalariamento” (p.51).

São vários os sujeitos envolvidos nas experiências associativas de organizações populares de geração de trabalho e renda dentro da ES: trabalhadores dos empreendimentos; intelectuais da academia que participam da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e da UNITRABALHO; representantes do poder público, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES); apoiadores oriundos de organizações não-governamentais; integrantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FEBES), dentre outros. Seus discursos vêm produzindo sentidos em torno da compreensão e idealização das experiências como formas possíveis de enfrentamento à situação de desemprego, resistência à desigualdade social e sustentabilidade dentro do sistema capitalista, a partir de outra lógica de produção, comercialização e consumo; de divisão da riqueza socialmente produzida e de desenvolvimento econômico e social.

Um estudo comparativo entre as políticas de Economia Solidária do Estado do Rio Grande do Sul a partir de 1999 e do Município de São Paulo a partir de 2001 refere que: “para uns, a economia solidária é uma estratégia de transformação; para outros, uma política emergencial em meio a uma situação econômica conjunturalmente desfavorável” (CRUZ, 2002, p.12).⁶⁹ Já os discursos de Singer, Laville e Coraggio, apresentados por Pinto (2006), denotam diferentes perspectivas de compreensão com relação ao papel/função da Economia Solidária no contexto econômico e social contemporâneo.

Pode-se dizer que Singer acredita na possibilidade de a Economia Solidária promover uma transformação social, com superação do modo de produção capitalista, na direção de um modo de produção socialista que deve se desenvolver por dentro da própria formação social capitalista. O autor acredita no potencial de transformação da ES em função de essa surgir como efeito da organização dos trabalhadores, em um movimento que parte “de baixo para cima”, constituindo-se em um processo lento a partir do qual se trabalha a consciência de classe. Não se trata do poder do Estado determinando o que pode ou deve ser feito, mas sim dos

⁶⁹ CRUZ, Antônio. Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à Economia Solidária. (jan.2002). Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc4.doc> Acesso em: 27 set. 2006.

trabalhadores convocando o Estado a se comprometer com sua luta pela (re)produção das condições materiais de existência.

Com relação ao discurso de Coraggio, segundo Pinto (2006, p.52), a concepção de economia popular se encontra relacionada ao “[...] fundo de trabalho⁷⁰ voltado para a reprodução ampliada da vida, na ‘unidade doméstica’, entendida como a família, nuclear ou extensa, e com base em relações de consangüinidade e afinidade”. Para Coraggio, não se trata de a economia popular substituir a economia capitalista. É possível dizer que o autor compreende a economia popular como um subsistema dentro da economia “cujo desenvolvimento depende de sua articulação com os outros dois subsistemas (da economia empresarial e pública), constituindo um sistema misto que assegure as condições de reprodução ampliada dos trabalhadores” (Ibidem, p. 52).

Na mesma direção de Coraggio, Laville propõe que seja pensada uma nova regulação das relações econômicas e sociais, na medida em que a promessa autorreguladora do mercado não se cumpriu ao longo do século XIX, agravando a questão social e deslocando para a esfera do Estado a responsabilidade por sua resolução. O autor parte do contexto europeu francês, em que a economia solidária se configura de forma diferenciada com relação ao contexto brasileiro, uma vez que aparece intimamente ligada à questão da exclusão social, principalmente como um fenômeno urbano relacionado à crise do Estado-providência⁷¹. Laville compreende, então, a ES como uma possibilidade de democratização da economia, sem ignorar a assimetria entre sistemas econômicos representada pelo domínio do mercado e muito menos pretender revertê-la.

Laville propõe que se leve em conta uma possível complementaridade entre os aspectos redistributivos (economia não mercantil)⁷² e os aspectos de

⁷⁰ Conforme Pinto (2006, p.51), o fundo de trabalho é definido por Coraggio como “a soma dos recursos monetários e não-monetários, os conhecimentos e práticas de reprodução dos indivíduos e das famílias”.

⁷¹ Filho e Laville (2004).

⁷² “La economía no mercantil, corresponde a la economía en la cual la asignación de los bienes y servicios se confía prioritariamente a la redistribución. Se ejerce ampliamente por medio del servicio público cuyas normas se decretan por una autoridad pública sujeta al control democrático”. In: LAVILLE, Jean-Louis. Economía Solidaria, Economía Social, Tercer Sector: Las Apuestas Europeas.

reciprocidade (economia não monetária)⁷³ que caracterizam diferentes formas econômicas. Sendo assim, de acordo com ele, a ES pode ser definida como

[...] el conjunto de las actividades que contribuyen a la democratización de la economía, a partir de compromisos ciudadanos sabiendo que algunas de la entre ellas, como el comercio equitativo, tienen una dimensión internacional. Tal movimiento multiforme de economía solidaria no tiene por objeto sustituir la acción estatal; tiene, al contrario, por objeto proponer formas de regulación política que buscan, en articulación con las regulaciones públicas, una reinserción de la economía en un proyecto de integración social y cultural.⁷⁴

Os diferentes discursos em torno da Economia Solidária fazem parte do conjunto de saberes que caracterizam a Formação Discursiva da Economia Solidária. Eles servem para indicar que se trata de um campo heterogêneo e ainda em construção, seja na França ou no Brasil, a partir das diferentes atividades/ações/empreendimentos que o constituem, os quais se encontram relacionados às formações ideológicas existentes dentro da formação social capitalista.

No contexto brasileiro, importa destacar a conceituação de Economia Solidária apresentada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que vem buscando desenvolver um trabalho na direção de criar e fortalecer políticas públicas para a ES.

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. [...] vem

Biblioteca Virtual TOP sobre Gestión Pública - Disponível em: < <http://www.top.org.ar/publicac.htm> > Acesso em: 15 set. 2006. p.1-14.

⁷³ “La economía no monetaria, corresponde a la economía en la cual la distribución de los bienes y servicios se confía prioritariamente a la reciprocidad. La reciprocidad corresponde a la relación establecida entre grupos o personas gracias a prestaciones que solo toman sentido en la voluntad de manifestar un vínculo social entre las partes involucradas. El ciclo de la reciprocidad se opone al intercambio comercial, por que es indisoluble de las relaciones humanas que ponen en juego deseos de reconocimiento y de poder, y se distingue del intercambio redistributivo, en la medida en que no es impuesto por un poder central”. In: LAVIILE, Jean-Louis. Economía Solidaria, Economía Social, Tercer Sector: Las Apuestas Europeas. Biblioteca Virtual TOP sobre Gestión Pública - Disponível em: < <http://www.top.org.ar/publicac.htm> > Acesso em: 15 set. 2006. p.1-14.

⁷⁴ LAVIILE, Jean-Louis. Economía Solidaria, Economía Social, Tercer Sector: Las Apuestas Europeas. Biblioteca Virtual TOP sobre Gestión Pública - Disponível em: < <http://www.top.org.ar/publicac.htm> > Acesso em: 15 set. 2006. p.1-14.

se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. [...] possui as seguintes características: cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade. [...] aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.⁷⁵

Ao considerar o conjunto das ideias até aqui apresentadas, é possível dizer que a FDES é constituída por discursos que produzem sentidos na direção de compreender a Economia Solidária como um campo capaz de transformar a realidade estrutural do sistema capitalista e/ou promover um reequilíbrio entre as forças de uma economia de mercado, de uma economia não-mercantil e de uma economia não-monetária, sem visar à superação do sistema em questão. Apontando ou não para a superação do sistema capitalista, pode-se dizer que ambos os discursos se encontram fundamentados na necessidade de se criarem outras formas

⁷⁵ **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares. **Autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação. **Dimensão Econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais. **Solidariedade:** O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. (Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp> Acesso em: 24 out. 2008).

de produção e organização do trabalho, baseadas na democracia, solidariedade, cooperação e autogestão; de se construir relações econômicas e sociais voltadas para o desenvolvimento sustentável e a valorização do ser humano; de reduzir a pobreza e promover inclusão social.

Para Oliveira, este tipo de economia requer uma nova ação e estrutura do Estado, ou seja, a existência de um Estado democrático e “com uma proposta clara de desenvolvimento que contemple teses como as do desenvolvimento endógeno e sustentável, e a necessidade da distribuição de renda e de oportunidades” (2007, p.8). A ideia da necessidade de um Estado democrático, voltado para a distribuição de renda e oportunidades, é referendada por Singer:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. Em outras palavras, mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável (SINGER, 2002, p.10-11).

Diante do exposto, cabe questionar qual o Estado brasileiro que temos e qual o Estado que queremos, bem como qual o papel das políticas públicas estatais que vêm se constituindo desde o final dos anos 80 do século XX. Ao se pensar sobre o processo de (re)democratização do Estado brasileiro, o campo das políticas públicas estatais tem se apresentado como um território de intensas disputas ideológicas representativas da relação capital-trabalho.

Na medida em que o capital vai passando por mutações, novas necessidades de (re)ajustes vão surgindo diante do aumento da exclusão de um número cada vez maior de pessoas de uma série de benefícios, serviços e oportunidades, aprofundando a desigualdade social. Dentro desse contexto, as políticas públicas estatais têm se constituído em dispositivos de enfrentamento e

resistência à exclusão social, ao mesmo tempo em que reproduzem a lógica excludente, pois em seu operar cotidiano enfrentam uma série de desafios e limitações que dificultam a plena realização dos objetivos que se propõem. Pode-se dizer que representam a disputa em torno da democratização de um Estado heterogêneo em termos ideológicos, onde a ideologia capitalista tem prevalecido.

A ES também se insere no campo contraditório das políticas públicas estatais. A partir da organização e pressão de um número cada vez maior de trabalhadores em ES, em junho de 2003 o Governo Federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES),⁷⁶ que, durante os anos seguintes, realizou o mapeamento⁷⁷ da ES no Brasil, com o “objetivo de proporcionar a visibilidade, a articulação da economia solidária e oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas”.

[...] Quanto mais avançarmos na concretização de políticas públicas para ES, na criação de redes, teias, cadeias, consórcios, de empreendimentos econômicos solidários, tanto mais estaremos próximos de ter uma proposta clara de organização econômica e de uma nova matriz de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2007, p.09-10).

Desde 2004, cerca de 2.500 empreendimentos receberam apoio do Governo Federal e agentes de desenvolvimento local passaram a atuar em cerca de 500 comunidades, “propiciando o apoio e assessoria para constituição de empreendimentos econômicos solidários e beneficiando milhares de trabalhadores” (SILVA, 2007, p.14). O mapeamento da ES no país contribuiu para conhecer mais de perto a realidade dos milhares de empreendimentos solidários. Dados do Relatório do Sistema de Informações sobre Economia Solidária (SIES) 2005/2007⁷⁸

⁷⁶ Com o objetivo de promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/empregador/EconomiaSolidaria/default>> Acesso em: set. 2006.

⁷⁷ Para o trabalho de mapeamento, foi desenvolvido o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF). Atualmente, os resultados do mapeamento podem ser visualizados no Atlas da Economia Solidária no Brasil. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/empregador/EconomiaSolidaria/default.asp>> Acesso em: set. 2006.

⁷⁸ Relatório disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorios/EmpreendimentoResumoNacional.asp?Numero=>> acesso em 14 de ago. 2009.

apresentam informações interessantes, dentre as quais, destaca-se a existência de 21.859 empreendimentos cadastrados, sendo que, destes, 8.554 iniciaram suas atividades no período de 1991 a 2000 e 10.653 no período de 2001 a 2007. Portanto, mais de 80% dos empreendimentos econômicos solidários iniciaram suas atividades a partir do período em que se passou a viver um intenso processo de reestruturação produtiva e mudanças nas relações de trabalho.

Quanto à forma de organização dos empreendimentos, do universo de 21.859 cadastrados, 11.326 encontram-se organizados como associação; 7.978 como grupo informal; e 2.115 como cooperativa. A quantidade de empreendimentos que possuem CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) é de 10.896, correspondendo praticamente a 50% do número total de empreendimentos registrados. Tal situação aponta para um processo de busca pelo registro e formalização do empreendimento perante as instâncias burocráticas do poder público estatal.

Outra informação bastante relevante diz respeito aos motivos que levaram à criação do empreendimento, dentre os quais, cabe referir: como alternativa ao desemprego para 9.945 empreendimentos; fonte complementar de renda, 9.635; obtenção de maiores ganhos através de empreendimento associativo, 7.974; desenvolvimento de atividade onde todos são donos, 6.090; e condição exigida para acesso a financiamento/apoio, 5.502.

Com relação a dificuldades para comercialização de produtos e/ou serviços, 13.392 empreendimentos referiram apresentá-las. Da relação de dificuldades apontadas, destacam-se: falta de capital de giro; número insuficiente de clientes; regularidade de fornecimento; preço inadequado; transporte; estrutura e falta de registro legal para comercialização; prazo para pagamento por parte do cliente; agentes no mercado, dentre outras.

Ainda conforme dados do SIES (2005/2007), a necessidade de financiamento/crédito também aparece como um aspecto importante, sendo que 16.698 empreendimentos referiram possuir tal necessidade, contra 5.161 que não a apresentam. No que tange à dificuldade para obtenção de crédito, 10.304

empreendimentos mencionaram enfrentar dificuldade, contra 11.555 que referiram não ter dificuldade.

De acordo com Silva (2007), considerando os dados do SIES, foi constatado que 61% dos empreendimentos de ES afirmaram ter dificuldades na comercialização, 49% para acesso ao crédito, e 27% não tiveram acesso a apoio ou assistência técnica. Cabe destacar, com relação aos motivos que levaram à criação de empreendimentos solidários: a alternativa ao desemprego para 45%; o complemento da renda dos sócios para 44%; e a obtenção de maiores ganhos em uma iniciativa associativa para 41% dos empreendimentos.

Diante das informações apresentadas, cabe reconhecer o crescimento da Economia Solidária em todo o País, em que pesem as diversidades regionais e culturais, nos últimos 20 anos. Porém, os desafios a serem enfrentados pelos empreendimentos econômicos solidários ainda são muitos, uma vez que

O desafio da construção do desenvolvimento solidário sustentável passa por mudanças estruturais, na transformação dos atuais modelos socioeconômicos de produção e de distribuição das riquezas, e por mudanças culturais profundas, superando as concepções e práticas predominantes de exploração da natureza e do trabalho humano (SILVA, 2007, p.16).

Conforme Oliveira, quando se fala sobre as experiências de Economia Solidária e suas estratégias, “as pessoas tendem a acreditar que se trata de um apêndice da economia liberal, criada para amortecer os conflitos gerados pela crise do desemprego, da exclusão social, da fome e da miséria. Muitos teimam em enxergar a ES como uma ‘coisa’ de pobre para pobre” (2007, p.9). Entretanto, salienta-se que o trabalho dentro da ES se volta para o desenvolvimento de valores e práticas emancipatórias não só para as pessoas que estão diretamente envolvidas nos empreendimentos, mas para a sociedade como um todo.

Ao democratizar as relações sociais de produção, supera a subalternidade do trabalho em relação ao capital, desenvolve as capacidades do trabalhador, valorizando o trabalho familiar, das mulheres e de outros setores excluídos da sociedade. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes. Implica na reversão da lógica capitalista, ao se opor à exploração do trabalho e dos

recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica. Considerando essas características, a Economia Solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável (SILVA, 2007, p.15).

Os discursos aqui apresentados configuram um conjunto de saberes que caracterizam a Formação Discursiva da Economia Solidária. Trata-se de saberes que buscam materializar o desafio de conciliar interesses coletivos sem anular os sujeitos singulares, a partir de relações de reciprocidade e mutualidade, implicando o agenciamento de subjetividades singulares-coletivas voltadas para a (re)produção de uma sociedade mais justa.

3.3 A FORMAÇÃO DISCURSIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

De acordo com a Teoria da Análise do Discurso de Michel Pêcheux, uma formação discursiva apresenta-se como materialidade da ideologia na língua, ou seja,

[...] o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. Dito de outro modo, a *espécie* discursiva pertence, assim pensamos, ao *gênero* ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas [...] “comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura”, isto é, uma certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. Diremos, então, que toda formação discursiva deriva de condições de produção específicas [...] (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p.166-167).

As condições de produção da FDES encontram-se relacionadas aos efeitos de transformação no processo de acumulação capitalista a partir dos últimos 20 anos do século XX no Brasil. Isto significa dizer que, a partir desse período histórico, foi se constituindo um conjunto de saberes, organizado em torno de uma *forma-sujeito* do discurso que caracteriza a FDES.

Para a AD, o sujeito do discurso não é a fonte de sentido nem o senhor da língua, ele “[...] é historicamente situado e agente de práticas sociais e, desde sempre, um indivíduo interpelado em sujeito, pela ideologia” (CAZARIN, 2005, p.26). Nesse sentido é que surge a noção de *forma-sujeito* como um sujeito histórico, ao mesmo tempo abstrato e vazio, que tem a função de regular o dizer de diferentes posições-sujeito que convivem em uma FD. Trata-se de uma *forma-sujeito* abstrata e vazia, na medida em que tem como pano de fundo a interpelação inconsciente da ideologia, que faz com que o sujeito se julgue dono de seu saber, uma vez que desconhece seu próprio assujeitamento.

O processo de interpelação ideológica do indivíduo em sujeito ocorre por meio de dois processos, que, embora sejam diferentes em termos de função, se encontram relacionados: a zona de esquecimento nº1 e a zona de esquecimento nº2. O esquecimento nº1 é também chamado de esquecimento ideológico: “ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes” (ORLANDI, 2003, p.35). Conforme a referida autora, é “submetendo o sujeito, mas ao mesmo tempo apresentando-o como livre e responsável, [que] o assujeitamento se faz de modo a que o discurso apareça como instrumento (límpido) do pensamento e um reflexo (justo) da realidade” (p.51).

Já a zona de esquecimento nº 2 caracteriza-se por um funcionamento pré-consciente/consciente e refere-se à “[...] ordem da enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra e, ao longo de nosso dizer formam-se famílias parafrásicas que indicam que o dizer sempre podia ser outro” (ORLANDI, 2003, p. 34-35). Por meio desse “esquecimento”, o sujeito pode retomar o discurso que julga ser seu, reconfigurando-o; com isso, pode assumir diferentes posições com relação à forma-sujeito que sustenta a FD.

As posições-sujeito resultam da relação estabelecida entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito que caracteriza determinada FD. Conforme Ferreira (2001, p.21), “uma posição-sujeito não é uma realidade física, mas um objeto

imaginário, representando no processo discursivo os lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura de uma formação social”.

Apesar de as posições-sujeito não dizerem respeito a lugares empíricos existentes dentro da sociedade, cabe deixar claro que a eles se encontram vinculadas. Nessa direção, as argumentações de Grigoletto (2007) auxiliam a compreender como ocorre a relação de constituição mútua e complementar entre o lugar de sujeito do discurso (lugar discursivo) e o lugar de sujeito empírico (lugar social).

O sujeito sempre fala de um determinado lugar social, o qual é afetado por diferentes relações de poder, e isso é constitutivo do seu discurso. Então, é pela prática discursiva que se estabiliza um determinado lugar social/empírico. [...] o sujeito, ao ser interpelado pela ideologia e afetado pelas relações de poder, sobretudo as institucionais, já está inscrito num determinado lugar social/empírico (GRIGOLETTO, 2007, p.128).

Dessa forma, a partir do lugar social/empírico que ocupa, o sujeito inscreve-se em determinada formação discursiva, passando a ocupar não mais o lugar de sujeito empírico, mas de sujeito do discurso. Pode-se dizer, então, que o lugar social/empírico vai sendo legitimado pela prática discursiva, ao mesmo tempo em que “[...] o lugar discursivo, por sua vez, só existe discursivamente porque há uma determinação do lugar social que impõe a sua inscrição em determinado discurso” (GRIGOLETTO, 2007, p.129).

Pensar a relação entre lugar social e lugar discursivo remete à relação entre formação ideológica e formação discursiva. Isso no sentido de reafirmar a ideia de que as práticas oriundas das diferentes formações ideológicas existentes dentro da formação social capitalista se materializam por meio de diferentes formações discursivas; estas, por sua vez, só adquirem sentido na medida em que se encontram vinculadas a determinadas formações ideológicas. Trata-se da relação entre a *práxis* social e a prática discursiva.

Nesse sentido, a definição de uma Formação Discursiva da Economia Solidária (FDES) parte do reconhecimento da existência de uma *praxis*⁷⁹ em torno das condições de produção da vida material. A partir dela, um conjunto de discursos vai produzindo efeitos de sentidos sobre o fazer oriundo da organização de trabalhadores rurais e urbanos em torno de ações de geração de trabalho e renda, fundamentadas em princípios como: cooperação, autogestão, democracia, solidariedade, dentre outros.

O conjunto de discursos que caracteriza a FDES pode ser compreendido como efeito da materialidade da ideologia capitalista dominante, uma vez que se organiza em torno de uma forma-sujeito *indivíduo livre e de direitos* que pode ser compreendida como constituinte, também, de uma Formação Discursiva da Economia de Mercado. Porém, ao mesmo tempo em que a forma-sujeito da FDES se encontra fundamentada em valores que sustentam a ideologia capitalista, contrapõe-se a ela, voltando-se para a valorização dos interesses coletivos na perspectiva de um desenvolvimento econômico que esteja a serviço da sociedade, e não vice-versa, como no caso da Economia de Mercado.

Desse modo, compreende-se que a FDES se apresenta como uma FD heterogênea. Isso porque, sem negar o *indivíduo livre e de direitos* instituído ao longo do capitalismo, busca organizar-se em torno de um novo sujeito do discurso, o *indivíduo livre, de direitos, coletivo-solidário*, representativo de outra ordem social, baseada em uma ideologia socialista.

Os discursos da FDES materializam uma formação ideológica socialista quando propõem a compreensão da Economia Solidária como um modo de organização da produção, comercialização e consumo baseado na propriedade, controle e gestão coletiva dos meios de produção e da produção de bens e/ou serviços, com vistas à superação do capitalismo, seja no sentido de sua eliminação, ou de que este deixe de ser o modo de produção dominante. Entretanto, ao mesmo tempo, os discursos da FDES também materializam uma formação ideológica

⁷⁹ *Práxis* aqui compreendida, de acordo com Vázquez (1977, p. 5), como toda “[...] a atividade humana que produz objetos, sem que por outro lado essa atividade seja concebida com o caráter estritamente utilitário que se infere do significado do ‘prático’ na linguagem comum”. *Práxis* como atividade material do homem social, interpretação do mundo e guia de transformação.

capitalista, na medida em que a Economia Solidária é compreendida como uma possibilidade de sustentabilidade dentro do sistema, sem almejar a superação do capitalismo como modo de produção dominante.

Considerando-se o exposto, pode-se dizer que se está diante do processo de produção dos sujeitos (des)necessários, isto é, do agenciamento de subjetividades singulares-coletivas que não são mais necessárias para a relação de emprego formal, tornando-se necessárias para a criação de alternativas de geração de trabalho e renda. Trata-se de uma situação que permite aventar a passagem de uma subjetividade coletiva, baseada na estabilidade, no emprego certo e na carteira de trabalho assinada (como condição para a proteção social), para a produção de uma subjetividade coletiva em uma cultura da instabilidade, da incerteza e da transitoriedade.

A questão que se apresenta, então, gira em torno do processo de produção subjetiva a partir do questionamento da potencialidade de as composições subjetivas decorrentes da FDES se articularem na (re)produção da Economia Solidária como uma possibilidade que aponte para a superação do capitalismo ou como uma estratégia de sobrevivência dentro do sistema.

4. A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES SINGULARES-COLETIVAS

4.1 O PROCESSO DE PRODUÇÃO SUBJETIVA

O presente capítulo propõe pensar os agenciamentos⁸⁰ subjetivos decorrentes do campo da Economia Solidária na direção da produção de subjetividades singulares-coletivas capazes de se contrapor à produção subjetiva capitalística e de servir de sustentação para a própria ES. Parte-se da compreensão de que o capitalismo produz os sujeitos necessários à sua sustentação – isto é, para que o modo de produção e a formação social capitalista sejam reproduzidos, é necessária a existência de modos de ser, pensar, se relacionar, falar, viver, que garantam a (re)produção da lógica dominante.

Dessa forma, ao se considerar a visibilidade que a Economia Solidária vem adquirindo no Brasil, a partir de mutações na relação capital-trabalho, e que o processo de produção de subjetividades não se encontra descolado das condições de (re)produção da vida material, importa pensar os agenciamentos subjetivos decorrentes das formas de organizar as relações de produção, comercialização e consumo dentro da ES. Esses agenciamentos sustentam-se em valores como: solidariedade, cooperação, democracia e autogestão, com vistas à emancipação do sujeito trabalhador e a uma perspectiva de desenvolvimento social incluyente.

A noção de subjetividade que tem se apresentado como objeto de estudo da Psicologia, no que tange à perspectiva de uma psicologia social crítica,

⁸⁰ *Agenciamento(s)* é aqui utilizado a partir do sentido proposto por Guattari (1992, p.47) de agenciamento maquínico, que se refere ao funcionamento de uma máquina abstrata que atravessa as demais máquinas semióticas, possibilitando-lhes a constituição de sua “consistência enunciativa específica”. “É um Agenciamento de campo de possíveis, de virtuais tanto quanto de elementos constituídos sem noção de relação genérica ou de espécie”. Trata-se de encontros, de formas de composições subjetivas que talvez possam ser comparadas às inúmeras composições possíveis de um mosaico, as quais não existem previamente, mas somente a partir do momento em que cada peça é unida, passando a configurar um todo que desperta o sentimento de unicidade.

refere-se à produção social do fenômeno psicológico, que se apresenta, assim, a partir da articulação de duas instâncias: o indivíduo e o coletivo. O fenômeno psicológico, para a psicologia socio-histórica⁸¹, desenvolve-se ao longo do tempo, não pertencendo à natureza humana e não sendo preexistente ao homem, mas refletindo a condição social, econômica e cultural em que vivem os homens.

[...] falar do fenômeno psicológico é obrigatoriamente falar da sociedade. Falar da subjetividade humana é falar da objetividade em que vivem os homens. A compreensão do “mundo interno” exige a compreensão do “mundo externo”, pois são dois aspectos de um mesmo movimento, de um processo no qual o homem atua e constrói/modifica o mundo e este, por sua vez, propicia os elementos para a constituição psicológica do homem. [...] O fenômeno psicológico deve ser entendido como construção no nível individual do mundo simbólico que é social. [...] deve ser visto como subjetividade, concebida como algo que se constitui na relação com o mundo material e social [...] (BOCK, 2007, p. 22-23).

Ao se compreender o fenômeno psicológico como uma construção individual do mundo simbólico, que é social, busca-se romper com a noção de uma subjetividade que é somente da ordem do indivíduo, passando-se a compreendê-la como um fenômeno que é ao mesmo tempo individual e social, singular e coletivo. Aquilo que é considerado o “mundo interno” dos sujeitos apresenta-se como expressão/configuração de sentidos particulares atribuídos a experiências vividas na coletividade, assim como o “mundo externo” apresenta-se como configuração/expressão de sentidos coletivos para experiências construídas coletivamente por sujeitos singulares.

Na perspectiva referida de compreensão do fenômeno psicológico, cabe destacar uma “definição provisória mais englobante” de subjetividade como sendo: “[...] o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial auto-

⁸¹ A Psicologia Socio-Histórica apresenta-se como uma perspectiva teórica dentro do campo da Psicologia Social Crítica, tendo como base a Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky. “Fundamenta-se no marxismo e adota o materialismo histórico e dialético como filosofia, teoria e método. Nesse sentido, concebe o homem como ativo, social e histórico; a sociedade, como produção histórica dos homens que, através do trabalho, produzem sua vida material; as ideias, como representações da realidade material; a realidade material, como fundada em contradições que se expressam nas ideias; e a história, como o movimento contraditório constante do fazer humano, no qual, a partir da base material, deve ser compreendida toda a produção de ideias, incluindo a ciência e a psicologia” (BOCK, 2007, p.17-18).

referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva” (GUATTARI, 1992, p. 19).

A definição apresentada abre espaço para que se pense, diante da formação social capitalista, sobre as condições que contribuíram para que o processo de produção de subjetividades fosse adquirindo sentido como um processo individual, da ordem do privado, distanciando-se de seus condicionantes sociais e, portanto, de um entendimento de que se trata de um processo que é, ao mesmo tempo, decorrente de uma relação de causalidade circular de mútua determinação entre sujeito e coletivo.

4.1.1 A subjetividade privatizada

A noção de subjetividade privatizada como sendo algo da ordem do individual, do privado, em contraposição ao social, ao coletivo, pode ser considerada fruto do período histórico inaugurado com o *indivíduo livre e de direitos* do capitalismo. Refere-se à constituição de modos de falar, pensar, sentir, viver, relacionar-se, que os sujeitos atribuem como sendo fruto de uma experiência íntima, à qual só a pessoa que a vive tem acesso, reconhecendo-a como resultado da existência de um EU (como indivíduo) autônomo, livre, consciente e singular. Essa é a noção de EU instituída a partir da Modernidade, tendo como marco inicial o racionalismo moderno de Descartes. Diante disso, destaca-se que as formas de pensar e sentir a própria existência (assim como a produção de sentido em torno do que é ser um indivíduo) não são universais, mas decorrentes de determinadas características da sociedade na qual as pessoas se encontram inseridas⁸² (FIGUEIREDO e SANTI, 1999).

Figueiredo, ao abordar a formação do espaço psicológico (ou seja, a produção de subjetividade) no século XIX, considera que este é fruto da “articulação conflitiva de três formas de pensar e praticar a vida em sociedade” que perduram até

⁸² A elucidação da presença do Regime Disciplinar em todas as formas de organização social com o objetivo de disciplinarização, domesticação e docilização dos corpos (FOUCAULT, 1999) abre espaço para a crise da subjetividade privatizada.

os dias atuais, a saber: o liberalismo, o romantismo e as práticas disciplinares (1999, p.129). O referido autor considera que, a partir das

[...] relações de complementaridade e conflito que unem e separam cada um desses pólos dos outros dois, podemos conceber a formação de um novo território no qual as experiências individuais e coletivas se estabelecem, constroem e ganham sentido (p.146).

Partindo do entendimento de que cada um dos polos se sustenta em valores e práticas distintos, que se traduzem em diferentes formas identitárias e modos de relação entre as esferas do público e do privado⁸³, pensar as (des)articulações entre eles implica fazer referência ao processo histórico de instituição do capitalismo como modo de produção e formação social. O processo histórico de transição de um modelo econômico baseado no servilismo para o capitalismo, caracterizando o fim do regime feudal, fez nascer, junto às ideias filosóficas dos séculos XVII e XVIII,⁸⁴ a noção de sujeito jurídico como representativa da era moderna. Dentro dessa perspectiva, é possível observar o desenvolvimento do processo de subordinação dos homens às leis, as quais passam cada vez mais a reger a vida em sociedade, a partir da compreensão de que os sujeitos são iguais em capacidades, devendo ser iguais em direitos e, portanto, todos livres, inclusive para serem diferentes.

Vê-se o “nascimento” de um sujeito considerado livre em suas escolhas: o sujeito do capitalismo, sustentado em um modo de produção econômico

⁸³ De acordo com Figueiredo (1999, p.147), o liberalismo abarca “os valores e práticas do individualismo ilustrado” que tem como ideal “o reinado do ‘eu’ soberano com identidades nitidamente delimitadas, autocontidas, autodominadas e autoconhecidas, capazes de se contrastarem umas em relação às outras, capazes de permanência e invariância ao longo do tempo e das condições”. Há, ainda, uma “clara separação entre as esferas da privacidade e da publicidade”. O romantismo fundamenta-se em “valores da espontaneidade impulsiva, com identidades debilmente delimitadas, porque atravessadas pelas forças da natureza, da coletividade e da história, que se fazem ouvir de ‘dentro’ e não são impostas pelos hábitos e pelas conveniências civilizadas”. A disciplina envolve as “novas tecnologias de poder, tanto as que se exercem sobre identidades reconhecíveis e manipuláveis [...] como as que se abatem sobre identidades debilmente estruturadas e passíveis de manipulação”.

⁸⁴ Conforme Figueiredo e Santi (1999, p.44-45), nos séculos XVIII e XIX, “desenvolveram-se na cultura ocidental duas formas de pensamento que refletem muito as experiências da subjetividade privatizada: a ideologia Liberal Iluminista e o Romantismo”. Já as ideias do Regime Disciplinar, embora contribuam para reduzir “[...] o campo de exercício das subjetividades privatizadas, impondo padrões e controles muito fortes às condutas, à imaginação, aos sentimentos, aos desejos e às emoções individuais, faz parte de seu modo de funcionamento dissimular-se, esconder-se, deixando-nos crer que somos cada vez mais livres, profundos e singulares” (p.46).

baseado na propriedade privada e na livre iniciativa, dentro de um processo ideológico que obscurece a relação de assujeitamento a uma série de condicionantes sociais. Isto não significa considerar que os sujeitos se encontram determinados linearmente por tais condicionantes, mas que participam da rede de produção subjetiva que envolve instâncias individuais, coletivas e institucionais.

Os diferentes registros semióticos que concorrem para o engendramento da subjetividade não mantêm relações hierárquicas obrigatórias, fixadas definitivamente. [...] A subjetividade, de fato, é plural, polifônica. Não conhece nenhuma instância dominante de determinação que guie as outras instâncias segundo uma causalidade unívoca (GUATTARI, 1992, p.11).

É possível pensar que, com o modo de produção capitalista, as ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, assim como as de diferença entre os sujeitos, decorrentes de teorias biológicas e psicológicas, têm sido articuladas via formação ideológica capitalista, por meio de uma série de dispositivos disciplinares, na direção de garantir a (re)produção do próprio sistema.

O processo de constituição do indivíduo livre e de direitos que vem se operando ao longo da história de mais de duzentos anos de modo de produção e formação social capitalista tem se caracterizado distintamente, na medida em que o capital necessita (re)ajustar-se para continuar existindo. Em períodos de predomínio de ideologias (neo)liberais, vivencia-se a sobreposição e acirramento de composições subjetivas individualistas e competitivas, em detrimento de composições coletivas e solidárias capazes de transformação da lógica dominante. Isto não quer dizer que inexistam composições subjetivas singulares e coletivas solidárias, mas que tais composições, em que pese o fato de operarem como estratégias de enfrentamento e resistência à lógica instituída, em sua maioria, acabam sendo capturadas por tal lógica na direção de estratégias adaptativas de sobrevivência.

Ao se considerar a coexistência dos ideários liberais, românticos e das práticas disciplinares, é possível compreender a existência de sentidos distintos para o processo de produção subjetiva – isto é, pode-se considerá-lo como sendo algo da

ordem do privado, bem como oriundo da inter-relação indissociável entre indivíduo e coletivo.

Diante do desenvolvimento e predomínio de uma ideologia capitalista, sustentada em um modo de produção e formação social capitalista, pode-se dizer que compreender a subjetividade como sendo da ordem do privado, do individual, é muito mais conveniente. Isso porque obscurece para os sujeitos todo um conjunto de condicionantes materiais e simbólicos que colaboram para o desenvolvimento de determinadas formas de organização social e comportamentos individuais.

Nesse sentido, pode-se identificar um processo de produção subjetiva social. Ao mesmo tempo singular e coletiva, captura cada um e a todos, na direção da reprodução do *indivíduo livre, de direitos e individualista* do capitalismo.

4.1.2 A subjetividade social

A noção de subjetividade social é desenvolvida por González Rey (2005) como uma categoria teórica que possibilita pensar a relação entre indivíduo e sociedade de modo indissociável, buscando romper com a concepção dominante, tanto em estudos no campo da Psicologia, quanto em outras áreas do conhecimento, de que indivíduo e sociedade são instâncias separadas e dicotômicas da realidade.

As concepções de indivíduo e de sociedade foram – e ainda têm sido – perpassadas por uma visão dicotômica da realidade, onde o natural opõe-se ao social, o biológico ao psicológico, o animal ao espiritual. Tal visão do mundo não somente referendava a tentativa de legitimar a dominação do homem sobre a natureza, como a de certos grupos humanos sobre outros grupos humanos. [...] A manutenção do poder por determinados grupos, reforçando as desigualdades sociais, portanto, era respaldada por diversos campos do saber (JURBERG, 2000, p.118).

As referidas concepções são oriundas de um modelo de racionalidade a partir do qual se instituiu a ciência moderna. Calcado em ideias filosóficas

positivistas, prega “[...] que a sociedade humana é regulada por leis naturais que atingem o funcionamento da vida social, econômica, política e cultural de seus membros” (MINAYO, 2006, p.81). Seria necessário conhecer tais leis de forma objetiva e neutra, evitando-se ao máximo qualquer tipo de interpretação subjetiva.

González Rey propõe a categoria de subjetividade social para tratar da relação indivíduo-sociedade, definindo-a como:

[...] um sistema complexo produzido de forma simultânea no nível social e individual, independentemente de que em ambos os momentos de sua produção reconheçamos sua gênese histórico-social, isto é, não associada somente às experiências atuais de um sujeito ou instância social, mas à forma em que uma experiência atual adquire sentido e significação dentro da constituição subjetiva da história do agente de significação, que pode ser tanto social como individual (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 202).

A partir da definição proposta pelo autor, é possível pensar que a contradição entre a reprodução e a transformação das relações sociais de produção que aparece nos discursos constituintes da FDES contribui para o processo de produção de uma subjetividade social, ou seja, singular-coletiva, capaz de dar sustentação à própria Economia Solidária.

Porém, cabe destacar que a produção de uma subjetividade social constituída por valores diferentes dos que se encontram instituídos na atual sociedade capitalista decorre do próprio processo contraditório de produção de uma subjetividade capitalística que se apresenta como materialidade da ideologia dominante, uma vez que

Tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística – tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam – não é apenas uma questão de idéia, não é apenas uma transmissão de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modelos de identidade, ou a identificações como pólos maternos, paternos, etc. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo (GUATTARI e ROLNIK, 2000, p.27).

As ideias de Guattari e Rolnik permitem compreender o processo de produção de uma subjetividade capitalística como oriundo de uma rede de instituições sociais que, ao operarem como aparelhos ideológicos do Estado, são conformadas pela luta de classes que caracteriza o capitalismo. Considerando-se as palavras de Althusser (1985), de que os aparelhos ideológicos não surgem como decorrência da ideologia dominante, mas sim para que esta possa ser colocada em movimento, pode-se dizer que é a partir do funcionamento daqueles que processos de produção subjetiva se constituem com vistas à (re)produção da lógica dominante.

Na tentativa de melhor compreender o processo de constituição de agenciamentos subjetivos singulares-coletivos sustentados por valores diferentes daqueles que sustentam subjetividades capitalísticas, cabe recorrer às ideias de Baremlitt (1992) quando ele analisa as instituições sociais. De acordo com o autor, as instituições sociais podem ser compreendidas como

[...] lógicas, são árvores de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser *leis*, podem ser *normas* e, quando não estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser *pautas*, regularidades de comportamentos (BAREMLITT, 1992, p.27).

Dessa forma, a sociedade é constituída por uma rede de instituições sociais que têm a função de articularem-se entre si para garantir a regulação da vida humana, isto é, a produção e a reprodução das condições materiais e simbólicas de existência da humanidade. É importante destacar que, através das instituições sociais, vão sendo desenvolvidas as funções psicológicas superiores⁸⁵ que permitem aos sujeitos atribuírem sentidos particulares para experiências que partem do coletivo.

De acordo com Baremlitt (1992), as instituições sociais são constituídas por uma composição de forças contraditórias por meio de dois movimentos: um *instituinte* e outro *instituído*. Trata-se de movimentos que, embora

⁸⁵ De acordo com Vygotsky (1998), podem-se referir como funções psicológicas superiores: a linguagem, o pensamento, a consciência, a imaginação e a atividade voluntária, dentre outras.

operem de maneira contrária – o primeiro visando à transformação, e o segundo, à reprodução –, se encontram profundamente relacionados, na medida em que um só existe em função do outro, pois todo instituído um dia já foi instituinte, e todo instituinte parte da problematização do instituído.

Com vistas ao cumprimento de suas funções, as instituições sociais atualizam-se em *organizações* de pequeno ou grande porte, as quais comportam unidades menores, os *estabelecimentos*⁸⁶. Dentro dos estabelecimentos, encontram-se os dispositivos técnicos ou *equipamentos*; os seres humanos, nomeados como *agentes*; e suas *práticas* (BAREMBLITT, 1992).

Assim como nas instituições, as organizações também apresentam movimentos contrários, que se encontram interligados e que operam para a transformação e para a reprodução: respectivamente, o *organizante* e o *organizado*. A *função* e o *funcionamento* caracterizam todas as instituições e organizações, sendo que a primeira está a serviço da dominação, exploração e mistificação, fazendo-as parecer algo “natural”; já o funcionamento está a serviço da transformação e da utopia.

Pode-se dizer que a característica principal do instituinte, do organizante e do funcionamento é a geração da *produção*, isto é, daquilo que é novo, que persegue a utopia⁸⁷, enquanto a característica do instituído, do organizado e da função é a *reprodução*, ou seja, a manutenção e propagação do que já existe. Uma vez que as instituições se encontram interligadas, a interpenetração entre elas pode ocorrer em nível da reprodução ou em nível da produção. No primeiro caso, chama-se *atravessamento*; no segundo, *transversalidade*.

Buscando-se compreender o processo de agenciamento de subjetividades singulares-coletivas a partir das ideias de Barembritt, pode-se pensar que é por meio da disputa entre composições de forças contraditórias, oriundas das

⁸⁶ Como exemplo de instituição social, pode-se pensar a Educação, que através da LDB 9394/96 é operacionalizada pelo Ministério da Educação, pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e pelas Escolas/Universidades/Projetos/Programas de Educação nos diferentes níveis (infantil, fundamental, médio, técnico e superior).

⁸⁷ Conforme Cattani (2003, p.269), “utopia é desejo de alteridade, é convite para a transformação que constrói o novo, é a busca da emancipação social, é a conquista da liberdade”.

diferentes formações ideológicas que constituem a formação social capitalista, que modos de ser, pensar, viver, se relacionar, falar, etc. vão sendo produzidos na direção da (re)produção do sistema – isto é, na direção da manutenção da ordem dominante, assim como de seu tensionamento e transformação.

Está se falando de possibilidades de composições subjetivas que se constituem a partir do encontro de dois registros: um coletivo e outro individual. A partir de todo um universo simbólico construído coletivamente, cada indivíduo vai atribuindo sentidos diferentes para as experiências vividas no coletivo, em função de composições biológicas, psicológicas e socioculturais particulares que o constituem desde seu nascimento.

A disputa de poder entre as diferentes instituições sociais existentes é caracterizada pela função social que cada uma possui diante do processo de (re)produção das relações sociais de produção. É por meio do funcionamento, ou seja, do operar cotidiano de tais instituições que as possibilidades de transformação se (des)articulam, uma vez que tal funcionamento é operado por um conjunto de dispositivos técnicos, agentes e práticas, articulados por meio de formações ideológicas distintas que estabelecem relações de poder desiguais entre si.

A Economia Solidária, como um modo de organização da produção, da distribuição e do consumo, na perspectiva de um desenvolvimento econômico e social incluyente, como um movimento social e uma política pública, fundamentada em valores diferentes dos que fundamentam uma Economia de Mercado, pode apresentar-se como um dispositivo que contribui para o agenciamento de uma subjetividade social na direção da (re)produção de modos de vida mais justos e solidários⁸⁸.

⁸⁸ “Solidários” filia-se aos sentidos atribuídos pela Secretaria Nacional de Economia Solidária ao termo “solidariedade”, os quais se referem: à justa distribuição dos resultados alcançados pelos empreendimentos econômicos solidários; às oportunidades de desenvolvimento de capacidades e de melhoria das condições de vida dos participantes; ao compromisso com um meio ambiente saudável; às relações que se estabelecem com a comunidade local; à participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; às relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; à preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores e o respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp> conforme Nota n.70

Assim como uma formação social comporta diferentes modos de organizar os processos produtivos, sendo um deles o dominante, também comporta diferentes subjetividades singulares-coletivas, sendo que algumas predominam sobre outras. Isso porque, a partir dos diferentes modos de organização do trabalho, diferentes modos de pensar, viver, relacionar-se e sentir vão sendo produzidos.

Uma vez que, dentro da formação social capitalista, se tem a hegemonia do modo de produção e da ideologia capitalista, pode-se dizer que há também uma hegemonia de uma subjetividade social capitalística por meio da qual se (re)produz a lógica de sobreposição dos interesses privados em relação aos coletivos. Tal lógica é articulada através das relações de contradição existentes dentro das instituições sociais e entre elas na perspectiva do atravessamento e/ou da transversalidade. Porém, cabe ressaltar que a subjetividade social capitalística não é a única expressão subjetiva existente.

A produção ideológica de composições subjetivas a partir do contexto das relações de trabalho dentro da perspectiva da Economia Solidária gira em torno da articulação de agenciamentos subjetivos que ofereçam sustentação para atividades de geração de trabalho e renda calcadas em valores como: cooperação, democracia, solidariedade e autogestão. Esses conceitos também são referidos dentro das relações de trabalho no contexto atual de produção flexível, mas adquirem sentidos diferentes⁸⁹ quando praticados e pensados em contextos de Economia Solidária.

Como aparelhos ideológicos do Estado, as instituições sociais (Educação, Saúde, Divisão do Trabalho, Mídia, dentre outras) configuram-se em espaços de disputa de projetos societários antagônicos a partir das diferentes posições sociais que os sujeitos ocupam dentro da sociedade de classes e das

⁸⁹ Como exemplo de conceito que pode apresentar sentidos diferentes, dependendo das formações discursivas em que é utilizado, cabe destacar a autogestão: “a idéia de autogestão ressurgiu em função das mutações da relação capital-trabalho, principalmente considerando-se o processo de reestruturação produtiva. Sendo que adquire dimensão econômica voltada para a necessidade gerencial de salvar empresas da falência e evitar o desemprego em massa; ao mesmo tempo em que retoma lutas políticas e ideológicas que deram origem ao conceito, associada com um ideal utópico de transformação social” (ALBUQUERQUE, 2003, p.22).

composições subjetivas resultantes do assujeitamento dos indivíduos às diferentes formações ideológicas existentes na formação social capitalista.

A produção de subjetividades singulares-coletivas a partir dos valores que sustentam as práticas de ES decorre da luta contraditória entre a reprodução e a transformação das relações sociais de produção. A criação de alternativas de geração de trabalho e renda que não se pautem pela relação de emprego formal faz parte da nova ordem do capital. Ao mesmo tempo, diferencia-se dela, uma vez que busca pautar-se por valores distintos daqueles que sustentam a lógica do modo de produção capitalista, isto é, da propriedade privada, da concentração de riqueza, da (re)produção de um *indivíduo livre, de direitos, individualista*.

Ao se considerarem os efeitos da interpelação do indivíduo em *sujeito livre, de direitos e individualista* pela ideologia capitalista dominante, talvez se possa dizer que o poder de interpelação tem sido eficaz em sua máxima potência de individualismo e protagonismo. A classe-que-vive-do-trabalho não tem conseguido reconhecer-se mais como tal diante de dispositivos cada vez mais individualizantes, alienantes e produtores do desejo de participar e usufruir das possibilidades e prazeres que o consumo das mais diversas mercadorias proporciona, nem que para isso o próprio trabalhador tenha que se tornar uma delas.

A sociedade fica, dessa forma, atomizada, quer dizer, em vez de comunidades produtivas, temos indivíduos livres produzindo ou vendendo sua força de trabalho a proprietários privados. Mas esse indivíduo livre é um desamparado. Ele pode escolher (até certo ponto), mas, mesmo que a escolha seja real, ele passa a conviver com a indecisão: seu destino, pelo menos teoricamente, passa a depender dele, de sua capacidade, de sua determinação, de sua força de vontade, de sua inteligência e, também, de sua esperteza, de sua arte de vencer, de passar por cima dos concorrentes, de chegar primeiro – e de sua sorte (FIGUEIREDO e SANTI, 1999, p.43).

Dessa maneira, a ideia de Guattari e Rolnik (2000, p.26) sobre a produção de subjetividade como “[...] sendo a matéria-prima da evolução das forças produtivas em suas formas mais desenvolvidas (os setores ‘de ponta’ da indústria)” vem ao encontro do processo de interpelação ideológica a que todos estamos assujeitados pela via do discurso.

É a partir da produção de sentidos sobre a noção de EU como um indivíduo livre e de direitos que determinados modos de ser e viver funcionam como dispositivos capazes de garantir o domínio de um tipo de modelo econômico em detrimento de outro. Então, quando se está discutindo a questão da (re)produção das condições materiais de existência de determinada comunidade, sociedade ou planeta globalizado, não se pode reduzir a discussão somente aos bens materiais produzidos e às formas de sua distribuição e repartição. Precisa-se estar atento ao processo de (re)produção subjetiva, isto é, compreender quais sujeitos e coletivos estão sendo produzidos junto a esse processo e como ocorre tal produção, pois são esses que servem de combustível para o funcionamento, no caso em questão, da máquina capitalista.

[...] quando mudam as condições objetivas da realidade humana, mudam também os sujeitos que nela se inserem. [...] Pois as condições objetivas que afirmamos mudar os sujeitos são também produzidas e modificadas por sujeitos que, por sua vez, são formados dentro de determinadas condições objetivas, e assim sucessivamente. [...] Por esta razão, estudar os mecanismos econômicos, políticos, sociais e jurídicos do novo ordenamento global **é tão importante como estudar os sujeitos que o estão produzindo e sendo por eles produzidos**⁹⁰ (ABDALLA e BARROS, 2004, p.13).

Dentro da formação social capitalista, o sujeito é submetido a uma estrutura legal ao mesmo tempo em que é considerado livre e autônomo através de processos de individualização por parte do Estado, os quais são fundamentais para que o capitalismo possa governar (ORLANDI, 2003).

É obscurecendo a relação de submissão a todo um sistema legal, por meio da produção de discursos sobre a existência, valorização e reconhecimento de indivíduos únicos, com desejos e necessidades particulares que devem ser respeitadas e acolhidas, que a maquinaria capitalística se reproduz. Porém, tal reprodução não se dá de forma natural, pacífica e tranquila.

Cabe lembrar que a constituição de todo um sistema legal para reger a vida em sociedade é fruto do confronto ideológico, materializado em discursos e práticas sociais que caracterizam a relação capital-trabalho. Assim, o que se vê ao

⁹⁰ Grifo da autora.

se observar o processo de desenvolvimento do capitalismo ao longo da história é uma eterna luta pela reprodução e transformação do próprio modo de produção em função dos diferentes interesses materiais e simbólicos que constituem a vida em sociedade, em que pese o predomínio contemporâneo de subjetividades capitalísticas em relação às demais composições subjetivas existentes.

Desde o momento do nascimento – ou quem sabe até antes –, a criança é introduzida na “máquina” de produção subjetiva, com suas línguas dominantes e modelos imaginários e técnicos, participando ativamente do processo de (re)produção da formação ideológica capitalista a partir da (re)produção de discursos por meio dos quais os indivíduos são interpelados em sujeitos.

[...] o indivíduo se constitui sujeito nas relações histórico-sociais, que são particularmente permeadas pela luta de classes e, por conseguinte, pela ideologia. A constituição do sujeito se efetua na relação desse sujeito com as formações ideológicas que estão em permanente confronto no processo sócio-histórico. A ideologia interpela o sujeito por meio da formação discursiva, que é impregnada por um universo de conceitos, de definições, de elaborações teóricas acerca das coisas, da estrutura da realidade, das formas como essa realidade se apresenta (AMARAL, 2005, p.49).

A inserção em determinadas formações discursivas possibilita ao sujeito assumir um lugar na sociedade, participando da luta ideológica, seja aceitando o *status quo* ou posicionando-se contrário a ele, mas sem com isso deixar de reproduzi-lo. Dentro do processo de participação na luta ideológica, o sujeito passa a (re)produzir valores, formas de comportamento, ideias, pensamentos, modos de se relacionar e de viver que (re)produzem a formação ideológica na qual se encontra inserido, como se ele fosse a origem dos sentidos produzidos.

4.2 SUBJETIVIDADE NA LÍNGUA E PARA ALÉM DA LÍNGUA

De acordo com a Teoria da AD proposta por Pêcheux, a linguagem é um dispositivo através do qual vão sendo produzidos sentidos sobre o viver humano.

Para além da estrutura formal,⁹¹ ela é constituída pelo funcionamento inconsciente da ideologia, que se materializa nos discursos das diferentes posições-sujeito que caracterizam uma FD.

Conforme Indursky (2007), partindo da noção de modalidades de posição presente na obra de Pêcheux, podem-se identificar três tipos de posições-sujeito dentro de uma FD que dizem respeito à forma como o sujeito se relaciona com os saberes que estão inscritos na FD em que se encontra inserido. A primeira corresponde à identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD; a segunda diz respeito à contraposição do sujeito do discurso com a forma-sujeito, levando a um processo de contra-identificação com os saberes da FD; e a terceira refere-se à desidentificação do sujeito do discurso para com a FD e sua forma-sujeito, passando a identificar-se com outra FD e sua forma-sujeito respectiva.

As diferenças de modalidades de posição das posições-sujeito dentro da FD podem ser compreendidas como posições subjetivas na língua, decorrentes dos

[...] processos de 'imposição/dissimulação' que constituem o sujeito, 'situando-o' (significando para ele o que ele é) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa 'situação' (esse assujeitamento) pela ilusão de autonomia constitutiva do sujeito, de modo que o sujeito 'funcione por si mesmo' (Pêcheux, 1995, p.133).

Os sujeitos, inconscientemente, reproduzem os diferentes discursos existentes a partir das posições-sujeito que assumem no seu viver cotidiano como se fossem os autores de seus enunciados dentro de formações discursivas que

⁹¹ Baremlitt enumera alguns exemplos de instituições, dentre os quais se destaca a referência feita à linguagem que, como gramática, pode ser considerada uma instituição social, na medida em que: "a gramática não é nada mais que um conjunto de leis, de normas que regem a combinatoria de elementos fônicos, de unidades de significação da linguagem. Com a combinação de elementos, conforme indicado por essas leis, pode construir-se um infinito número de mensagens, de tal modo que estas mensagens são compreensíveis para qualquer falante ou ouvinte da língua" (1992, p.28). Em que pese a ideia da linguagem como gramática poder ser considerada uma instituição social, uma vez que, a partir de um conjunto de regras e normas, possibilita a comunicação entre pessoas que compartilham da mesma língua, permitindo a (re)produção da vida em sociedade, no caso da Teoria da AD, a linguagem é muito mais do que um conjunto de regras formais gramaticais que possibilitam a construção de textos, a organização da fala e a transmissão de informações.

materializam a existência de indivíduos autônomos, livres, donos de si e de suas próprias ações, escolhas e decisões. Estas (aparentemente) se encontrariam desvinculadas do modo de organização e produção da vida material.

A interpelação do indivíduo em sujeito produz o efeito de o indivíduo achar que é a origem do seu dizer. Assim, o discurso enunciado pelo sujeito, o intradiscurso, pode ser compreendido como “[...] um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal ‘do exterior’” (PÊCHEUX, 1995, p.167).

O interdiscurso é formado pelo “todo complexo com dominante” das formações discursivas, que também se encontra submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que caracteriza o complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 1995, p.162). Em seu interior, é possível encontrar o pré-construído e a articulação.

[...] o *pré-construído* [...] remete simultaneamente “àquilo que todo mundo sabe”, isto é, aos conteúdos de pensamento do “sujeito universal” suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma “situação” dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do “conteúdo situacional”. Da mesma maneira, a *articulação* (e o discurso transversal, que [...] é o seu funcionamento) correspondem, ao mesmo tempo, a: “como dissemos” (evocação intradiscursiva); “como todo mundo sabe” (retorno do Universal no sujeito); e “como todo mundo pode ver” (universalidade implícita de toda situação “humana”). Em suma, todo sujeito é assujeitado no universal como singular “insubstituível” [...] (PÊCHEUX, 1995, p.171).

A determinação do exterior é revertida pela forma-sujeito, que “[...] tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, *ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso *aparece* como o puro ‘já-dito’ do intradiscurso, no qual ele se articula por ‘co-referência’” (PÊCHEUX, 1995, p.167).

Apesar, então, de tudo o que é dito já ter sido enunciado em algum outro momento, cada vez que se produzem reformulações sobre o já dito, produzem-se novos sentidos. Isso ocorre porque o contexto histórico não é o mesmo, as formações discursivas não são fechadas em si, entrecruzando-se e

sendo constituídas por posições-sujeito distintas que circulam entre as diferentes formações discursivas existentes dentro da formação social capitalista.

A tentativa de relacionar o processo de subjetividade na língua e o processo de produção de subjetividades singulares-coletivas para além da língua parte do reconhecimento da importância que a linguagem ocupa como um dispositivo de mediação. Como tal, a linguagem possibilita a construção no nível individual do mundo simbólico, que é social, e a construção de sentidos pessoais para experiências vividas no coletivo.

A psicologia socio-histórica fundamenta o estudo da subjetividade nas ideias de Vygotsky, para quem o desenvolvimento das funções psicológicas superiores não é inato, mas sim dependente do contexto histórico-cultural dos sujeitos. Considerando tal interdependência, o autor ressalta a importância do uso de instrumentos/objetos ao longo do processo de desenvolvimento infantil, através dos quais a criança vai explorando o mundo onde se encontra inserida, reconstruindo internamente operações inicialmente externas. Dentre os objetos mediadores que são disponibilizados pelo contexto histórico-cultural, o autor destaca a linguagem como um dispositivo que, ao longo do desenvolvimento da fala e da escrita, participa do processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

[...] a linguagem é a que melhor representa a síntese entre objetividade e subjetividade. Isso porque o signo é, ao mesmo tempo, produto social que designa a realidade objetiva; construção subjetiva partilhada por diferentes indivíduos através da atribuição de significados; e construção subjetiva individual, que se dá através do processo de apropriação do significado social e da atribuição de sentidos pessoais (GONÇALVES, 2007, p.50).

Sendo assim, a linguagem, como um conjunto de signos socialmente compartilhados, vai possibilitando a construção de significados para o viver coletivo, bem como para a existência pessoal de cada ser. Desse modo, a psicologia socio-histórica também reconhece a linguagem como um dispositivo produtor de subjetividade, embora não se restrinja somente a ela, levando em conta outros

elementos, tais como: os afetos, as instituições sociais, os dispositivos materiais tecnológicos, as relações de poder.

Considerando a importância da linguagem como um dos dispositivos produtores de subjetividades singulares-coletivas, pode-se dizer que se está diante de dois níveis de produção subjetiva a serem inter-relacionados: a subjetividade que aparece na língua e a subjetividade social que se expressa através de modos de pensar, viver, comunicar-se, relacionar-se, sentir, etc. que caracterizam as formas de organização econômica, política, social e cultural de determinada sociedade. Na medida em que a subjetividade na língua pode ser identificada através das diferentes posições-sujeito que se relacionam com a forma-sujeito que dá sustentação a uma FD e que uma FD é compreendida como a expressão material de uma formação ideológica, é pela via ideológica que se discute a possibilidade de agenciamentos subjetivos decorrentes da Economia Solidária.

A subjetividade, tanto para a AD quanto para a psicologia socio-histórica, decorre de uma produção social, coletiva e histórica. Os efeitos de sentidos produzidos através dos discursos que se apresentam como materialidade da ideologia na língua, em um processo marcado pelo inconsciente, em função do efeito ideológico da existência do *indivíduo livre, de direitos e individualista*, contribuem para a produção de subjetividades singulares-coletivas. Tais subjetividades participam da luta contraditória entre a reprodução e a transformação das relações sociais de produção em função dos diferentes lugares que ocupam na estrutura social.

Aquilo que é dito por meio das *posições-sujeito* existentes dentro da FDES pode articular agenciamentos subjetivos na direção de outros modos de relação entre as pessoas; de organizar a produção, a comercialização e o consumo; de viver, etc. Esses modos podem ser compreendidos como a materialização de outra perspectiva ideológica, uma vez que apontam para uma reconfiguração da relação indivíduo-sociedade, buscando reverter a lógica de sobreposição do primeiro em relação à segunda, lógica essa que caracteriza a formação social capitalista.

Ao se discutir a produção de subjetividade social, também se discute como os discursos da Formação Discursiva da Economia Solidária contribuem para o processo de produção subjetiva que se apresenta para além da subjetividade na língua. Pensar a produção de subjetividade a partir da AD é compreender que “[...] o sujeito do discurso não é portador de escolhas e/ou de intenções e a subjetividade não é nele centrada”, pois “[...] uma subjetividade não-subjetiva se dá porque a mesma se constrói a partir de um lugar social e porque é ofertada pela história, pela ideologia e pelo inconsciente [...]” (CAZARIN, 2005, p.27-28).

Considerando-se que o efeito de toda ideologia é interpelar o indivíduo em sujeito e que a presente pesquisa tem como questão central compreender o processo de agenciamento de subjetividades singulares-coletivas a partir dos discursos que caracterizam a FDES, com sua respectiva forma-sujeito *indivíduo livre, de direitos e coletivo-solidário*, é possível dizer que se está diante de um processo complexo e contraditório de produção subjetiva. A FDES organiza-se em torno de uma forma-sujeito que também pode servir de sustentação para formações discursivas com relação à Economia de Mercado. Entretanto, diferencia-se dessas em função dos sentidos do caráter *coletivo-solidário* que caracteriza sua forma-sujeito. Assim, é atravessada por formações ideológicas capitalistas, sustentando o indivíduo livre e de direitos, mas também é representativa de formações ideológicas socialistas diante do caráter coletivo e solidário que propõe agregar a esse.

5. A PRODUÇÃO DOS SUJEITOS (DES)NECESSÁRIOS

5.1 A CONAES COMO *CORPUS* DE ANÁLISE

O presente capítulo apresenta a análise do discurso da I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), tomada como um sujeito político, possuidor de poder e representatividade social. Seu discurso manifesto em suas deliberações produz sentidos sobre o que é a ES; quem dela participa; como se organiza; quais os valores e ações que a sustentam; quais os desafios, dificuldades, limites e potencialidades existentes; a importância/necessidade de uma política pública de ou para a ES, dentre outras questões.

De acordo com Orlandi (2003), a delimitação do *corpus* não segue critérios empíricos (positivistas), mas sim teóricos. Dessa maneira, a constituição do *corpus* e a análise encontram-se profundamente relacionadas, uma vez que, ao se decidir o que faz parte do *corpus*, está se decidindo sobre as propriedades dos discursos que se quer analisar.

[...] considera-se que a melhor maneira de atender à questão da constituição do corpus é construir montagens discursivas que obedeçam critérios que decorrem de princípios teóricos da análise do discurso, face aos objetivos da análise e que permitam chegar à sua compreensão (ORLANDI, 2003, p.63).

A opção por analisar os discursos da I CONAES é consequência da construção teórica até aqui desenvolvida. Considerando-se o estudo da Economia Solidária, este sempre foi acompanhado de questões-reflexões recorrentes: o que é Economia Solidária? O que caracteriza um empreendimento de ES? Como os empreendimentos dentro da ES se organizam? Quais os princípios/valores que sustentam as práticas de ES? Quais os desafios, dificuldades e limites enfrentados pela ES? Quais as potencialidades e possibilidades da ES? Qual a necessidade e importância de a Economia Solidária instituir-se como uma Política Pública de

Estado? E, por fim, como a ES participa da produção dos sujeitos necessários à sua (re)produção?

A partir da análise dos discursos enunciados pela I CONAES, compreende-se como os sentidos em torno da ES vão sendo produzidos, haja vista a contradição entre a reprodução e a transformação das relações sociais de produção.

A Formação Discursiva da Economia Solidária (FDES) apresenta-se contraditória em função de a forma-sujeito *indivíduo livre, de direitos, coletivo-solidário* que a constitui estar sendo considerada como efeito da materialização de formações ideológicas capitalistas e socialistas. Desse modo, apresenta-se como uma FD heterogênea, dividida entre discursos que compreendem a Economia Solidária como possibilidade de contribuir para a instauração de uma sociedade socialista e discursos que propõem pensá-la como uma possibilidade de instauração de outra forma de regulação social, quem sabe, pode-se dizer, de gestão social⁹² dentro do capitalismo.

A I CONAES, como uma *posição-sujeito* identificada com a *forma-sujeito* da FDES, reproduz internamente a diferença dos discursos em torno da compreensão das possibilidades advindas da Economia Solidária. Pode-se dizer, considerando a ideia de Grigoletto⁹³ com relação às imagens que os interlocutores de um discurso atribuem a si, que a I CONAES enuncia efeitos de sentido sobre a ES que decorrem da relação imaginária⁹⁴ que estabelece com o objeto de seu discurso, ou seja, a própria ES; com a imagem que faz de si como uma Conferência

⁹² Ao se falar em gestão social, se está fazendo referência à gestão do social compreendido como resultado de uma construção histórica decorrente de lutas entre forças contraditórias no que tange às relações entre sujeitos singulares-coletivos em torno da (re)produção de suas condições materiais e simbólicas de existência.

⁹³ “As imagens que os interlocutores de um discurso atribuem a si e ao outro são determinadas por lugares empíricos/institucionais construídos no interior de uma formação social” (GRIGOLETTO, 2007, p.126).

⁹⁴ A relação imaginária que permeia os processos discursivos diz respeito ao conceito de Formação Imaginária proposto por Pêcheux, a partir do conceito lacaniano de imaginário. Para Pêcheux, “[...] as formações imaginárias sempre resultam de processos discursivos anteriores [...] se manifestam no processo discursivo, através da antecipação, das relações de força e de sentido. Na antecipação, o emissor projeta uma representação imaginária do receptor e, a partir dela, estabelece suas estratégias discursivas. [...] O que ocorre é um jogo de imagens: dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam na formação social e dos discursos já-ditos com os possíveis e imaginados” (FERREIRA, 2001, p.16).

Nacional e com a imagem que faz do efeito do seu discurso sobre os diferentes segmentos da sociedade. Levando-se em consideração esse processo, identificam-se as possibilidades de agenciamento de composições subjetivas capazes ou não de romper com a própria FD.

Ressalta-se que os agenciamentos subjetivos aqui referidos não dizem respeito somente a diferentes *posições-sujeito* existentes no discurso, mas também às possibilidades de constituição de subjetividades singulares-coletivas capazes de oferecer sustentação para a institucionalização de outros modos de organização das condições materiais de (re)produção da vida em sociedade. Afinal, se o sujeito do discurso encontra-se relacionado ao sujeito empírico, ou seja, se “o lugar que o sujeito ocupa na sociedade é determinante do/no seu dizer” (GRIGOLETTO, 2007, p.126), pode-se pensar que a I CONAES, como uma *posição-sujeito* dentro da FDES, tem seu discurso determinado pelo lugar empírico que uma Conferência Nacional possui dentro da sociedade brasileira contemporânea.

A I CONAES foi realizada em Brasília, de 26 a 29 de junho de 2006, e teve como tema: “*Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento*”. A convocação para sua realização partiu do Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária, em parceria com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A idéia de se realizar a Conferência começou a germinar no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), bem antes, sem dúvida inspirada nas numerosas conferências nacionais, dos mais diversos setores, realizadas durante o governo do Presidente Lula⁹⁵.

Para a realização da I CONAES, a partir de abril de 2006, iniciaram-se as pré-conferências municipais e/ou intermunicipais, seguidas pelas Conferências Estaduais, nas quais foram eleitos os delegados para a Conferência Nacional. A I CONAES contou com a participação de 1.112 delegados, sendo 50% representantes

⁹⁵ Singer In: Anais da I CONES, 2006, p.08.

dos empreendimentos de ES, 25% dos órgãos do poder público e 25% de entidades da sociedade civil.

Analisando-se o documento dos Anais da I CONAES,⁹⁶ pode-se pensar sobre os discursos dos diferentes atores presentes na conferência – poder público, empreendimentos, organizações apoiadoras da ES –, bem como sobre o discurso da Conferência como ator dentro do processo de instituição da Economia Solidária como política pública de Estado. A análise do discurso de cada um dos segmentos constituintes da I CONAES implicaria reconhecer os representantes do poder público, dos empreendimentos e das organizações apoiadoras como *posições-sujeito* dentro da Formação Discursiva da Economia Solidária e, como tais, mais ou menos identificadas com o *indivíduo livre, de direitos, coletivo-solidário* que caracteriza a *forma-sujeito* da FD em questão.

A partir da compreensão de que são as deliberações de uma conferência nacional que servem de norte para orientar as ações de uma política pública de Estado e de que estas resultam de um processo de discussão em que as manifestações de cada segmento perdem o seu caráter como tais, passando a compor um conjunto de ideias expressas coletivamente, optou-se por analisar os discursos presentes no item “Documento Final” dos Anais da I CONAES. O “Documento Final” apresenta as deliberações da Conferência com relação aos seus três eixos norteadores, totalizando cento e doze proposições⁹⁷. A partir da leitura repetida e exaustiva do texto dos Anais, entende-se que os discursos transcritos que antecedem o conjunto das deliberações se encontram contemplados nestas, uma vez que serviram de orientação para o desenvolvimento das discussões nos grupos de trabalho de cada eixo temático.

As deliberações da I CONAES foram organizadas e apresentadas em torno dos três eixos de discussão, a saber: *I – Os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo; II – O balanço do acúmulo da Economia Solidária e das políticas públicas implementadas; III – Os desafios e prioridades para a*

⁹⁶ Ver Apêndice A – Informações sobre o texto dos Anais da I CONAES

⁹⁷ Ver Apêndice A – Informações sobre o texto dos Anais da I CONAES.

construção de políticas públicas da Economia Solidária e mecanismos de participação e controle social. Na análise aqui proposta, os eixos encontram-se interligados por meio de discursos ora complementares, ora contraditórios.

Na medida em que se escolheram como *corpus* de análise os discursos enunciados pela I CONAES e que se reconhece que esta representa um esforço para a instituição e fortalecimento da ES como uma política pública perene de Estado, ou seja, que persista ao longo do tempo, independentemente de quem estiver ocupando o governo, é mister direcionar a discussão/reflexão para o campo das políticas públicas. Isso se faz necessário no sentido de pensar qual o significado, papel ou função dessas políticas de modo geral dentro de uma formação social capitalista, dominada por um modo de produção e ideologia capitalistas, que se (re)produz a partir dos diferentes aparelhos repressivos e ideológicos do Estado ou das diferentes instituições sociais que configuram a sociedade contemporânea.

A análise dos discursos da I CONAES apresenta uma forma de compreensão de como a contradição que caracteriza a Economia Solidária como uma estratégia de enfrentamento e resistência a expressões da questão social aparece no discurso da Conferência. Tal discurso confere à CONAES uma subjetividade na língua a partir da *posição-sujeito* por ela ocupada em relação à Formação Discursiva à que pertence e que também participa do processo de produção subjetiva singular-coletiva para além da língua. O que ela enuncia passa a ser (re)elaborado pelos sujeitos e coletivos empíricos na direção da (re)produção de modos de ser, pensar, viver, se relacionar, sentir, que caracterizam a vida em sociedade.

Antes de iniciar a apresentação da análise dos discursos da Conferência, torna-se importante fazer referência à Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ao Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Essas organizações, que reúnem representantes do poder público, dos trabalhadores e de organizações da sociedade civil que apoiam a ES, podem ser consideradas marcos históricos que contribuíram para a realização da própria Conferência, dentro de um processo que

visa a dar visibilidade e credibilidade para a Economia Solidária instituir-se como uma política pública de Estado.

5.2 DISPOSITIVOS PARA UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A realização da I CONAES pode ser considerada como efeito do trabalho desenvolvido pelas organizações referidas. Em seu conjunto, elas podem ser compreendidas como dispositivos que operam para a instituição da ES como uma política pública, constituindo todo um aparato legal que visa a garantir recursos administrativos, financeiros e materiais para geração de trabalho e renda nessa perspectiva.

5.2.1 Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)

A SENAES constitui-se em uma secretaria do Ministério do Trabalho e Emprego – MTe⁹⁸, criada através da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003. Surgiu como resultado da mobilização da sociedade civil e de decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu primeiro mandato presidencial.

A Secretaria tem como objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e

⁹⁸ O Ministério do Trabalho e Emprego passou a assumir, para além das iniciativas de emprego e de proteção dos trabalhadores assalariados, o desafio de implementar políticas que incluam as demais formas de organização do mundo do trabalho e proporcionem a extensão dos direitos ao conjunto dos trabalhadores. A SENAES colabora com a missão do Ministério do Trabalho e Emprego fomentando e apoiando os Empreendimentos Econômicos Solidários por meio de ações diretas ou por meio de cooperação e convênios com outros órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais) e com organizações da sociedade civil que atuam com a economia solidária. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_mte.asp> acesso em 22/01/2009.

solidário⁹⁹. Para tanto, suas competências foram estabelecidas através do Decreto nº 5.063, de 08 de maio de 2004, envolvendo funções de coordenação, articulação, planejamento, controle, avaliação, supervisão, apoio, dentre outras ações voltadas ao desenvolvimento e fortalecimento da política pública de Economia Solidária¹⁰⁰.

Nessa direção, em 2004, passou a ser implementado o “Programa Economia Solidária em Desenvolvimento”, com o objetivo de promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, visando ao alcance dos objetivos da SENAES¹⁰¹. O Programa tornou-se o marco introdutório de políticas públicas específicas para a ES em âmbito nacional. Neste mesmo ano, as ações de economia solidária sob responsabilidade da SENAES/MTe passaram a contar com orçamento próprio a partir da inclusão do Programa no Plano Pluri-Anual (PPA) 2004-2007 do Governo Federal, sendo que a proposta do PPA 2008-2011 buscou ampliar o escopo do referido Programa¹⁰².

Na perspectiva de a ES firmar-se cada vez mais como uma política pública de Estado, em junho de 2003, através do mesmo ato legal que instituiu a SENAES, foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Este órgão consultivo e propositivo age na interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária.

5.2.2 Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)

O CNES tem como atribuições principais: a proposição de diretrizes para as ações voltadas à economia solidária nos Ministérios que o integram e em

⁹⁹ Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_apresentacao.asp> acesso em 22/01/2009.

¹⁰⁰ A descrição completa das competências da SENAES encontra-se disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_atribuicoes.asp> acesso em 22/01/2009.

¹⁰¹ Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_objetivos.asp> acesso em 22/01/2009.

¹⁰² A ampliação do escopo do Programa deu-se através da delimitação de suas várias linhas de ação de modo mais definido e mais estruturado, com destaque para: a organização da comercialização dos produtos e serviços da economia solidária; a formação e assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação; o fomento às finanças solidárias, sob a forma de bancos comunitários e fundos rotativos solidários; e a elaboração de um marco jurídico diferenciado para a economia solidária, garantindo o direito ao trabalho associado. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_apresentacao.asp> acesso em 22/01/2009.

outros órgãos do Governo Federal e o acompanhamento da execução dessas ações no âmbito de uma política nacional de economia solidária. Cabe destacar que sua composição foi objeto de extensas negociações, visando a garantir a representação efetiva tanto da sociedade quanto do Estado – representatividade essencial para que a interlocução em seu seio resulte no aprimoramento permanente das políticas públicas para a economia solidária.

O Conselho deve ser composto por 56 entidades, divididas entre três setores: governo (19 representantes), empreendimentos de economia solidária (20 representantes) e entidades não-governamentais de fomento e assessoria à economia solidária (17 representantes), conforme Decreto nº 5811, de 21 de junho de 2006, que dispõe sobre sua composição, estruturação e funcionamento¹⁰³.

5.2.3 Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária foi criado em junho de 2003 durante a III Plenária Brasileira de Economia Solidária¹⁰⁴, porém, sua articulação remonta ao I Fórum Social Mundial, realizado em 2001¹⁰⁵. Inicialmente, seus objetivos eram articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo País em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas aprovadas na III Plenária¹⁰⁶. Paralelamente a isso, foi iniciado um processo de interlocução junto à SENAES com o papel de apresentar demandas, sugerir políticas e acompanhar a

¹⁰³ Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/cons_default.asp> acesso em 22/01/2009.

¹⁰⁴ A III Plenária Brasileira de Economia Solidária contou com um processo preparatório de mobilização em 17 Estados e teve a participação de 900 pessoas de diversas partes do País. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57> acesso em 22/01/2009.

¹⁰⁵ Dentre as diversas oficinas realizadas durante o I Fórum Social Mundial em Porto Alegre/RS – Brasil, 1.500 participantes acotovelam-se na oficina denominada “Economia Popular Solidária e Autogestão”, onde se tratava da auto-organização dos/as trabalhadores/as, políticas públicas e das perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57> acesso em 22/01/2009.

¹⁰⁶ Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57> acesso em 22/01/2009.

execução das políticas públicas de Economia Solidária¹⁰⁷. O FBES é constituído em sua organização e funcionamento por representantes dos três segmentos do campo da Economia Solidária: empreendimentos, entidades de assessoria e/ou de fomento e gestores públicos¹⁰⁸.

5.3 A PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM TORNO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A leitura e análise do “Documento Final” que compõe os Anais da I CONAES foram realizadas tendo-se em vista questões/reflexões recorrentes que acompanham o estudo da temática e que dizem respeito: à definição de ES; aos participantes, princípios/valores e ações que sustentam as ações dentro da ES; aos desafios, dificuldades/limites e potencialidades da ES; e à política pública de ES.

A análise do discurso da I CONAES possibilitou identificar quatro efeitos de sentido para a Economia Solidária, a saber: a ES como um modo de organizar a produção, distribuição e consumo; como um movimento social; como uma perspectiva de desenvolvimento social includente e como uma política pública. A partir da interlocução entre os quatro efeitos de sentido identificados, é possível compreender como a contradição entre a transformação e a reprodução das

¹⁰⁷ Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_histporico.asp> acesso em 22/01/2009.

¹⁰⁸ **Empreendimentos Econômicos Solidários** são organizações com as seguintes características: 1) Coletivas (organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, etc.); 2) Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; 3) São organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e os que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; 4) Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real; 5) Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário. **Entidades de assessoria e/ou fomento** são organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito, assistência técnica e organizativa. **Gestores públicos** são aqueles que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas de economia solidária de prefeituras e governos estaduais. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57> acesso em 22/01/2009.

relações sociais de produção constitui o discurso da I CONAES como uma *posição-sujeito* dentro da Formação Discursiva da Economia Solidária.

5.3.1 Economia Solidária: um modo de organizar a produção, a distribuição e o consumo

O discurso da I CONAES, ao buscar uma definição sobre o que é Economia Solidária, refere que:

A Economia Solidária é, pois, um **modo de organizar a produção, distribuição e consumo**, que tem por base a **igualdade de direitos e responsabilidades de todos os participantes** dos empreendimentos econômicos solidários. Os **meios de produção** de cada empreendimento e **os bens e/ou serviços** neles produzidos são de **controle, gestão e propriedade coletiva** dos participantes do empreendimento (EI, 3, p.57).¹⁰⁹

A Economia Solidária é **geradora de trabalho emancipado**¹¹⁰, operando como uma força de **transformação estrutural das relações socioeconômicas**, democratizando-as, **superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital** (EI, 7, p.58).

Ao compreendê-la como *“um modo de organizar a produção, distribuição e consumo, que tem por base a igualdade de direitos e responsabilidades de todos ...”*, em que *“os meios de produção ... os bens e/ou serviços ... são de controle, gestão e propriedade coletiva dos participantes...”*, sendo que a ES *“é geradora de trabalho emancipado, ... transformação estrutural das relações socioeconômicas... superando a subalternidade do trabalho em relação*

¹⁰⁹ Os blocos discursivos, com as respectivas sequências discursivas de referência, apresentados ao longo deste trabalho são identificados pelo Eixo do qual fazem parte, pelo número da deliberação e pela página em que se localizam no texto dos Anais da I CONAES. Os grifos são da autora.

¹¹⁰ Conforme Singer (In Anais da I CONAES, p.11), “a resolução 7 enumera diversos aspectos, sob os quais o trabalho emancipado difere do trabalho assalariado, típico do capitalismo: [...] é exercido por livre opção e não forçado pelo maior valor de mercado a ser obtido; [...] o produto da atividade é do trabalhador e não do capital; [...] desenvolve as capacidades do trabalhador e não o embrutece e nem o transforma em máquina; [...] o trabalhador emancipado se realiza pessoalmente pela satisfação do bom uso de seu produto, não sendo desvinculado do destino final deste, como o assalariado; [...] o trabalhador aproveita os ganhos de produtividade para reduzir a duração do trabalho necessário, aumentando o tempo disponível para desenvolver seu potencial; [...] gera conhecimento e acaba com a alienação do trabalho; [...] a economia solidária considera a esfera reprodutiva, valorizando o trabalho das mães de família, desprezado pelo capital por não produzir para o mercado”.

ao capital”, o discurso da I CONAES produz efeitos de sentido em torno da ES que atualizam formas de produção e organização do trabalho relativas ao período histórico de surgimento do próprio capital e com ele do movimento de enfrentamento e resistência de trabalhadores diante das condições de exploração das relações de trabalho/emprego. Considerando a disputa ideológica entre capital-trabalho, tendo por base o processo de reprodução e transformação das relações sociais de produção, os sentidos produzidos em torno do que é a ES apontam para outra forma de organização da produção das condições materiais de existência de uma sociedade, sustentada na igualdade de direitos e na democracia¹¹¹.

A forma de organização do trabalho proposta pela ES – *“um modo de organizar a produção, distribuição e consumo, que tem por base a igualdade de direitos e responsabilidades de todos ...”*, em que *“os meios de produção ... os bens e/ou serviços ... são de controle, gestão e propriedade coletiva dos participantes...”* – identifica-se com o regime cooperativista,¹¹² há muito tempo existente na formação social capitalista. Porém, na medida em que a ES é compreendida como *“geradora de trabalho emancipado, ...transformação estrutural das relações socioeconômicas... superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital”*, no cenário socioeconômico atual, não se trata apenas da organização de trabalhadores em cooperativas de produção, consumo ou comercialização. Trata-se, também, da possibilidade de alcançar através do trabalho, como processo de transformação da natureza e do próprio ser que trabalha, a emancipação humana, na perspectiva do desenvolvimento omnilateral do ser humano.

Como modo de organizar a produção, distribuição e o consumo, baseando-se na igualdade de direitos, na responsabilidade de todos, no controle e

¹¹¹ Igualdade de direitos e democracia são conceitos que passam a orientar e tensionar as relações econômicas e sociais que têm como centro o sujeito livre e de direitos instituído a partir da Revolução Francesa e dos ideários filosóficos do Iluminismo (séculos XVII e XVIII) e do Romantismo (séculos XVIII e XIX).

¹¹² Pode-se dizer que o cooperativismo de caráter revolucionário que inspira as ações de ES no Brasil, por ter se apresentado como estratégia de resistência e enfrentamento às mudanças econômicas e sociais introduzidas pelo capitalismo ao longo do século XIX, foi sendo capturado e cooptado pela ideologia capitalista para funcionar de acordo com seus interesses ou pelo menos sem ameaçá-los em um processo de embotamento de sua potencialidade macrorrevolucionária. Essa situação pode ser verificada a partir de uma análise junto à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), que reúnem Cooperativas Brasileiras e propõem difundir o trabalho dentro da perspectiva cooperativista. Informações podem ser obtidas em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br>

gestão coletiva dos bens e/ou serviços produzidos e na propriedade coletiva dos meios de produção, a I CONAES espera que a Economia Solidária opere uma mudança estrutural nas relações de trabalho. Isso significaria superar a existência das classes sociais constituintes do modo de produção capitalista, já que todos se tornam donos do negócio, ocupando funções diferenciadas, mas sendo igualmente responsáveis pelo sucesso ou pelo fracasso do empreendimento.

Esse efeito de sentido volta-se muito mais para a potencialidade de transformação das relações sociais de produção, pois, ao definir o que é Economia Solidária, ao mesmo tempo está definindo o que ela não é. Então, pode-se pensar em uma ES que não se pauta pela propriedade privada dos meios de produção, não sendo reprodutora das relações socioeconômicas contemporâneas, nem geradora de trabalho subordinado.

Dessa forma, apresentar-se como outro modo de organizar as condições necessárias para a reprodução material da existência humana, capaz de superar o modo de produção dominante, implica estar sustentado em um conjunto de princípios e valores diferentes dos que se encontram instituídos dentro da formação social capitalista.

5.3.2 Economia Solidária: um movimento social

De acordo com os discursos da I CONAES,

A Economia Solidária **compartilha valores, princípios e práticas de um conjunto de lutas históricas dos trabalhadores e de setores excluídos da sociedade** que tenham como foco principal a valorização do ser humano¹¹³ (EI, 13, p.59-60).

¹¹³ Dentre as lutas com que a ES compartilha princípios e valores, podem-se destacar: “[...] a luta da agricultura familiar e da reforma agrária e camponesa [...]; a luta das comunidades tradicionais [...]; a luta pela reforma urbana [...]; a luta pelo manejo sustentável dos resíduos sólidos [...]; a luta pela participação popular na definição e controle social das políticas públicas e dos orçamentos; a luta das mulheres pela igualdade de gênero, raça, etnia, classe e pelo reconhecimento do papel da mulher como sujeito do desenvolvimento econômico e social numa economia fundada na solidariedade; [...] a luta pela inclusão social das pessoas com deficiência [...]; a luta pela inclusão digital e software livre; a luta ambientalista pelo desenvolvimento sustentável, pela preservação dos recursos naturais e dos

A partir da sequência discursiva destacada, pode-se dizer que a ES se identifica com valores e princípios que (embora não explicitados) referenciam e sustentam um conjunto de ações colocadas em prática por diferentes movimentos sociais. O universo dos movimentos sociais pode ser considerado vasto, complexo e polêmico, sendo difícil teorizá-lo, em função dos diferentes paradigmas de análise existentes, assim como da diversidade interna quanto a estrutura, formas de organização, propostas, projetos políticos, articulações, tipos de lideranças, dentre outros elementos que os caracterizam. Além disso, as singularidades que constituem os movimentos situados em diferentes continentes implicam a necessidade de se considerarem as diferentes realidades sociais, históricas, culturais e econômicas quando se busca analisá-los (GOHN, 2004).

Ao discutir, por exemplo, uma proposta teórico-metodológica de análise dos movimentos sociais na América Latina, onde se encontra o Brasil, Gohn apresenta algumas deduções¹¹⁴:

[...] movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de idéias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma *práxis* portanto. Podemos ter duas acepções básicas de movimento: uma ampla, que independe do paradigma teórico adotado, sempre se refere às lutas sociais dos homens, para a defesa de interesses coletivos amplos ou de grupos minoritários; conservação de privilégios; obtenção ou extensão de benefícios e bens coletivos, etc. A outra acepção se refere a movimentos sociais específicos, concretos, datados no tempo e localizados num espaço determinado. Na primeira acepção, a categoria básica é a da luta social e tem um caráter cíclico. [...] Na segunda acepção a categoria fundamental é a da força social, traduzida em uma demanda e reivindicação concreta, ou numa idéia-chave que [...] se torna um eixo norteador e estruturador da luta social de um grupo [...] que se põe em movimento (2004, p.247-248).

Uma vez que, para a I CONAES, a ES compartilha dos “valores, princípios e práticas de um conjunto de lutas históricas dos trabalhadores e de setores excluídos da sociedade”, e considerando as ideias de Gohn, identifica-se outro efeito de sentido: a ES como movimento social cuja força social se volta para a

ecossistemas; a luta pela democratização da comunicação, pelo acesso e uso dos meios e contra o monopólio da mídia; a luta pela erradicação do trabalho infantil e escravo” (EI, 13, p.59-60).

¹¹⁴ Uma conceituação mais extensa sobre Movimento Social pode ser encontrada em Gohn (2004, p.251-252).

inclusão produtiva de uma série de pessoas através da geração de trabalho e renda por meio de empreendimentos econômicos solidários.

Talvez seja possível dizer que a força social em torno da inclusão produtiva através da criação de empreendimentos econômicos solidários, os quais devem se constituir por relações de trabalho distintas das que caracterizam as relações de emprego (in)formal, se torna o eixo estruturador da luta social pela efetivação do direito ao trabalho que foi negado em nome da liberdade ao trabalho¹¹⁵. Considerando-se a luta e força social que caracterizam a ES como um movimento social, aliadas às lutas e forças de outros movimentos sociais, identifica-se o potencial de transformação das relações sociais de produção no discurso da Conferência, na medida em que a ES busca operar na direção da inclusão produtiva.

Como um movimento social cuja força se estrutura em torno da geração de trabalho e renda, que “...tem por base a igualdade de direitos e responsabilidades de todos...”, sendo “... geradora de trabalho emancipado, ... operando como uma força de transformação estrutural das relações socioeconômicas...”, dentro de uma perspectiva social ampla de luta pelo direito ao trabalho, a ES tem reunido uma diversidade de experiências em seu escopo.

5.3.3 Economia Solidária: uma perspectiva de desenvolvimento social includente

Conforme o discurso da I CONAES,

As **manifestações** da Economia Solidária **são diversas** [...] coletivos informais, associações, cooperativas de produção, de trabalho, de consumo solidário ou de serviços; cooperativas sociais [...], organizações e grupo de crédito solidário, bancos comunitários e fundos rotativos e cooperativas de crédito; redes de empreendimentos, produtores e consumidores; grupos e clubes de trocas solidárias e mercados de trocas solidárias com ou sem uso de moeda social; empresas recuperadas pelos trabalhadores em autogestão; cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo; centrais de comercialização, iniciativas de comércio justo, organização econômica de comunidades tradicionais [...];

¹¹⁵ Jamur (1997), ao discorrer sobre a questão social como constituinte do social, faz referência aos ideais republicanos de liberdade e igualdade e às contradições e conflitos que obstaculizaram a efetivação de tais ideais, principalmente no campo do *direito ao trabalho*, promovendo o abandono deste em favor da *liberdade de trabalho*.

cooperativas habitacionais autogestionárias; grupos culturais; agroindústrias familiares, entre outras iniciativas [...] (EI, 6, p.57-58).

A diversidade de ações e empreendimentos referidos possibilita pensar em outro efeito de sentido: a ES como uma forma de desenvolvimento social incluyente que reúne empreendimentos econômicos de produção; empreendimentos para comercialização e consumo; empreendimentos para obtenção de créditos financeiros; redes e cadeias de empreendimentos solidários; empreendimentos habitacionais, culturais, dentre outros. Como uma forma de desenvolvimento incluyente, a ES leva a pensar que não basta criar empreendimentos que operem democraticamente e coletivamente somente para dentro. É necessário que esse operar democrático e coletivo adentre as relações de mercado, onde são estabelecidas trocas econômicas e sociais as mais diversas. E, para adentrar um mercado caracterizado, em sua maioria, por empreendimentos de propriedade privada que competem entre si, formando grandes conglomerados de empresas ou corporações, com o mínimo de intervenção estatal, visando à acumulação capitalista, os empreendimentos solidários necessitam fortalecer suas parcerias, apoios e a própria formação dos trabalhadores que os constituem, haja vista que, em sua maior parte, são pessoas com baixo nível de escolaridade (ICAZA, 2004) que não raro se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Na direção do fortalecimento da ES como uma perspectiva de desenvolvimento social incluyente, a I CONAES enuncia que

A Economia Solidária enquanto estratégia de desenvolvimento exige responsabilidade e cumprimento, por parte dos Estados Nacionais da garantia e defesa dos direitos universais dos cidadãos [...] preconiza um Estado democraticamente ativo, empoderado, a partir da própria sociedade e colocado ao serviço desta; transparente e fidedigno, **capaz de orquestrar a diversidade que a constitui** e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãs de cada um (EI, 22, p.61).

A exigência de *“...responsabilidade e cumprimento, por parte dos Estados Nacionais da garantia e defesa dos direitos universais dos cidadãos... um Estado democraticamente ativo, empoderado, a partir da própria sociedade e*

colocado a serviço desta... capaz de orquestrar a diversidade que a constitui...”, leva a pensar sobre a relação entre Estado, Mercado e Sociedade na direção de uma concepção de Estado ampliado. Tal noção remete ao pensamento de Gramsci quando este propõe como visão de Estado ampliado o conjunto formado pela sociedade civil, com sua função de hegemonia, e a sociedade política (o Estado), com sua função de coerção (PEREIRA, 2008).

Ao mesmo tempo, o discurso da I CONAES aponta para a existência de um Estado que não tem sido capaz de garantir de forma democraticamente ativa os direitos universais dos cidadãos. Isso porque o Estado não se encontra totalmente empoderado pela sociedade e a serviço desta, apresentando-se incapaz de administrar a diversidade que a constitui.

A proposição da ES como uma perspectiva de desenvolvimento social incluyente que exige outra postura do poder público pode ser considerada um discurso voltado para a transformação das relações sociais. Ao exigir a responsabilização do Estado pela garantia e defesa dos direitos universais dos cidadãos, uma vez que a ES pode ser compreendida como um movimento social que luta pelo direito ao trabalho, o discurso da I CONAES defende a necessidade de que a ES venha a se instituir como uma política pública de Estado. Isso leva a questionar a potencialidade da política pública em promover transformações nas estruturas burocráticas do poder estatal, considerando-se que este se apresenta como um espaço de disputa em torno de interesses diversos e, muitas vezes, contraditórios.

5.3.4 Economia Solidária: uma política pública

O discurso da I CONAES, no que tange à necessidade de instituição de uma política pública de ES, refere que:

É necessário que as políticas de Economia Solidária alcancem a dimensão de Política de Estado, [...], urge a constituição de um Sistema Nacional de ES que viabilize a criação de conselhos, fundos, conferências, órgãos executivos, comissões parlamentares,

entre outros, nos Municípios, Estados e na esfera Federal, criando também um programa nacional de incentivo e crédito para todos os empreendimentos econômico solidários, incluindo-se um programa de financiamento específico do BNDES para as empresas recuperadas e autogestionárias (EIII, 100, p.74).

Na construção e implementação de uma Política Pública Nacional de Economia Solidária, **deve-se buscar uma ação integrada e complementar entre os Entes da Federação** [...] Para além das estratégias e políticas implementadas¹¹⁶ é necessário: I) ampliar o espaço institucional da ES no Governo Federal [...] fortalecimento da SENAES; II) implantar **um Sistema Nacional de Economia Solidária** [...]; III) criação de uma **Lei Orgânica de Economia Solidária**, LOES, na qual destina-se a **Política Nacional de Economia Solidária, instituindo o regime jurídico, a forma de organização, objetivos, classificação, funcionamento, registro, órgãos da administração e gestão dos Empreendimentos** de ES (EIII, 102, p.74-75).

A necessidade expressa de que as políticas de ES *“...alcancem a dimensão de Política de Estado...”* através da criação de uma série de organizações burocráticas e administrativas, *“... a constituição de um Sistema Nacional de ES que viabilize a criação de conselhos, fundos, conferências, órgãos executivos, comissões parlamentares...”* dentro do aparelho estatal, considerando-se as diferentes esferas da Federação, parece apresentar-se como a principal estratégia para que a Economia Solidária tenha acesso a uma série de recursos financeiros que hoje se encontram disponíveis somente para empreendimentos na perspectiva capitalista.

A instituição de uma política pública estatal de ES passa pela criação de uma série de instâncias – *“um Sistema Nacional de Economia Solidária, instituindo o regime jurídico, a forma de organização, objetivos, classificação, funcionamento, registro, órgãos da administração e gestão dos Empreendimentos...”* – que caracterizam o processo de instituição e funcionamento de outras políticas públicas estatais existentes, tais como o Sistema Único de Saúde e o Sistema Único

¹¹⁶ Como algumas estratégias e políticas implementadas com relação à ES, cabe destacar: “[...] dão visibilidade e confirmam o avanço da Economia Solidária a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, no Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), em 2003, [...] políticas de apoio e fomento à Economia Solidária, como por exemplo: o apoio às Feiras de Economia Solidária, a ação de apoio às empresas recuperadas, a ação de apoio às redes e cadeias produtivas, o plano setorial de qualificação (PlanSeq) em Economia Solidária e o projeto e apoio ao desenvolvimento local e Economia Solidária. [...] essas ações apontam para um novo modelo de desenvolvimento, construído a partir da participação direta das próprias comunidades e segmentos na elaboração das suas estratégias de desenvolvimento” (fragmento de discurso retirado do Eixo II, n.34, p.63).

de Assistência Social, em que pesem suas diferenças com relação aos objetivos e princípios que orientam suas ações.

O discurso da I CONAES destaca os objetivos a serem perseguidos por uma política pública de ES, conforme segue:

Uma política pública de fomento à Economia Solidária, **enquanto estratégia de desenvolvimento sustentável, democrática, incluyente e socialmente justa**, deve perseguir os seguintes objetivos: 1. Contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais [...]; 3. Reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da Economia Solidária; 6. Democratizar e promover o acesso da Economia Solidária aos fundos públicos e aos instrumentos de fomento [...] aos meios de produção e às tecnologias sociais necessárias ao seu desenvolvimento; 7. Promover a integração, interação e a intersectorialidade das várias políticas públicas¹¹⁷ que possam fomentar a Economia Solidária [...]; 9. Promover programas de educação e formação de interesse geral e específico da Economia Solidária [...] (EIII, 53, p.66/67).¹¹⁸

Levando-se em conta a gama de objetivos a serem perseguidos pela política pública de ES *“enquanto estratégia de desenvolvimento sustentável, democrática, incluyente e socialmente justa”*, é interessante que ela se articule transversalmente com uma série de setores e segmentos sociais, buscando fortalecer e criar ações voltadas para a garantia e efetivação de direitos sociais que possibilitem condições de vida digna ao maior número de pessoas possível.

É de se observar que, ao mesmo tempo em que as políticas públicas têm sua origem na organização e pressão de determinados segmentos sociais pela efetivação de uma série de direitos, o seu operar se vincula a determinadas

¹¹⁷ Nesse sentido, vale destacar o discurso da I CONAES, que propõe: “[...] a articulação com as políticas de enfrentamento à pobreza; de transferência de renda; de segurança alimentar; de fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária; da agricultura urbana; da regularização fundiária das comunidades quilombolas, indígenas e camponesas; de qualificação social e profissional; de educação de jovens e adultos; de ciência e tecnologia; de desenvolvimento urbano e rural; de desenvolvimento territorial; de promoção da saúde mental, da saúde do trabalhador e da saúde da família; de meio-ambiente; de promoção de igualdade de gênero, raça e etnia, entre outras” (fragmento de discurso do Eixo II, n.36, p.64).

¹¹⁸ Demais objetivos apontados no texto dos Anais da I CONAES: “2. Fortalecer e estimular a organização e participação social e política da Economia Solidária com ações que ampliem sua visibilidade e legitimidade social [...]; 4. Contribuir para a geração de riqueza, melhoria na qualidade de vida e conseqüente erradicação da fome e das causas da pobreza; 5. Contribuir para a equidade de gênero, de raça, de etnia e de geração [...]; 8. Apoiar e fortalecer as iniciativas artísticas, artesanais e culturais [...] que valorizam a diversidade cultural e regional; 10. Apoiar ações que aproximem consumidores e produtores [...]; 11. Contribuir para a inclusão social e a participação das pessoas [...]; 12. Contribuir para a redução das desigualdades regionais [...]; 13. Promover práticas produtivas ambientalmente sustentáveis [...]” (EIII, 53, p.66-67).

instituições sociais que funcionam como aparelhos ideológicos do Estado. Assim, tais instituições podem ser caracterizadas como dispositivos que (re)produzem a luta ideológica da sociedade capitalista.

As políticas públicas existentes decorrem das relações superestruturais da formação social capitalista, as quais são diretamente relacionadas ao funcionamento da infraestrutura social, ou seja, ao modo de produção dominante. Dessa forma, tais políticas centram suas propostas em objetos específicos, a saber: saúde, educação, assistência social, direitos humanos, etc., sem, contudo, defender transformações radicais no modo de produção que domina a formação social. O que defendem é garantia de direitos, acesso a serviços e benefícios, melhorias na condição de vida dos sujeitos, distribuição de renda, geração de empregos e trabalho, dentre outros, sem atacarem a raiz das desigualdades que querem combater ou dirimir: a propriedade privada dos meios de produção, a acumulação e a divisão sociotécnica do trabalho.

É justamente neste ponto que se torna interessante problematizar a necessidade evocada no discurso da I CONAES de instituição de uma política pública de Economia Solidária. O Eixo III da I CONAES, referente à construção de políticas públicas da ES, foi o que reuniu o maior número de deliberações.¹¹⁹

Na direção de pensar a ES como uma política pública, destaca-se a reflexão de Pereira (2008) com relação à ideia corrente de que, para uma política pública ser duradoura, deve ser uma política de Estado. A autora entende que o termo *política social* tem identidade própria, referindo-se

[...] à política de ação que visa, mediante esforço organizado e pactuado, atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer deliberada decisão coletiva regida por princípios de justiça social que, por sua vez, devem ser amparados por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direitos (p.172).

A política social envolve a participação de diversos segmentos sociais (indivíduos, grupos, empresários, trabalhadores, profissionais, dentre outros) que,

¹¹⁹ Ver Apêndice A – Informações sobre o texto dos Anais da I CONAES.

por meio de relações de poder, tentam direcioná-la de acordo com seus interesses; com isso, nem sempre acaba constituindo-se como uma política pública. No entanto, na medida em que “contempla todas as forças e agentes sociais, comprometendo o Estado, a política social se afigura uma *política pública*, isto é, um tipo, dentre outros, de *política pública*” (p.173).

Porém, o fato de tornar-se uma política pública não significa que seja necessariamente uma política pública de Estado, uma vez que o termo *público*

Refere-se, antes, à *coisa pública*, do latim *res* (coisa), *publica* (de todos), ou seja, coisa de *todos*, para *todos*, que compromete todos – inclusive a lei que está acima do Estado – no atendimento de demandas e necessidades sociais, sob a égide de um mesmo direito e com o apoio de uma comunidade de interesses. [...] Por isso, o termo “público” que a qualifica como política tem um intrínseco sentido de *universalidade* e de *totalidade* (PEREIRA, 2008, p. 173-174).

A partir do exposto, pode-se pensar que não é o fato de uma política social tornar-se uma política pública de Estado que necessariamente seu caráter público estará garantido, haja vista o Estado apresentar-se ocupado por governos que representam diferentes interesses dentro do campo de luta contraditória intrínseco ao capital. De outro lado, uma política social que não comprometer o Estado também não estará garantindo a condição de política pública, uma vez que a sociedade se apresenta como um espaço heterogêneo de luta ideológica e política. Então, para que uma política social possa garantir a *coisa de todos*, é necessário comprometer o Estado, principalmente no que tange à garantia e efetivação de direitos, mas também a sociedade “na defesa da institucionalidade legal e integridade dessa política ante os seguintes eventos: assédio de interesses particulares e partidários; clientelismo; cálculos contábeis utilitaristas e azares da economia de mercado” (PEREIRA, 2008, p.174).

Pensando-se que as políticas públicas de modo geral dizem respeito à busca pela garantia e efetivação de direitos, constituindo-se em estratégias

adotadas pelo Estado contemporâneo no que tange à gestão *do social*¹²⁰, cabe refletir sobre como fazer a gestão social do direito ao trabalho como necessidade. É através dele que se garante a (re)produção das condições materiais e simbólicas de existência da humanidade em uma formação social capitalista que vem se sustentando na liberdade ao trabalho.

A problemática à que aqui se faz referência diz respeito à constituição da questão social que surge diante da impossibilidade de se cumprir o ideal republicano de garantir o direito ao trabalho. Garantir o referido direito “[...] implicava numa transformação radical das relações do Estado com a sociedade, para suprimir a separação radical entre capital e trabalho e promover a socialização da propriedade industrial” (JAMUR, 1997, p.23).

Diante da impossibilidade de tal feito, passa-se do direito ao trabalho para a liberdade ao trabalho, dentro de uma formação social dominada por uma ideologia e modo de produção capitalista. Nela, os indivíduos livres e de direitos são os responsáveis por garantir o próprio direito ao trabalho, sendo livres para decidir para quem querem trabalhar ou se preferem ser empregados ou donos do próprio negócio.

Assim, o *social* que aqui interessa é aquele que passa a ser construído a partir do desenvolvimento do capitalismo como modo de produção e formação social. Ao se fazer referência, então, à gestão social,¹²¹ se está fazendo referência à

¹²⁰ Quando se fala em gestão social, cabe esclarecer a que *social* se está fazendo referência, considerando-se que este pode ser compreendido como um objeto ou como um adjetivo. De acordo com Jamur (1997), como um objeto, pode-se dizer que o *social* torna-se alvo de estudos e pesquisas que visam a investigá-lo, analisá-lo, compreendê-lo e defini-lo na direção da produção de conceitos em torno do termo-objeto. Já como um adjetivo, *social* tem sido “largamente utilizado e das mais diversas formas, tornando-se mesmo uma espécie de ‘conceito-valise’ [...] onde podem se abrigar os mais variados conteúdos ideológicos, o que faz com que se perca a força discriminadora que os conceitos devem ter” (p.7). Nesse sentido, identifica-se uma série de metáforas em torno do *social*, que passa a ser compreendido como uma máquina, um corpo, um campo, um jogo, um tecido e, com a pós-modernidade, como: espaços, territórios, mapas, cartografias, polifonia, fazendo com que o *social* passe a ser percebido como atomizado, fragmentado, desagregado, disperso e polifônico. “O *social* se torna o resultado de uma construção quando, através de procedimentos, regras e instrumentos teóricos, são delimitados o seu conteúdo e as modalidades para sua apreensão; ou seja, quando se constitui uma problemática” (JAMUR, 1997, p.19).

¹²¹ A gestão social possui diferentes definições teórico-políticas, podendo ser compreendida, de acordo com Silva (2004, p.32), como: “[...] um conjunto de estratégias voltadas à reprodução da vida social no âmbito privilegiado dos serviços – embora não se limite a eles – na esfera do consumo social, não se submetendo à lógica mercantil. [...] ocupa-se, portanto, da ampliação do acesso à

“[...] gestão das demandas e necessidades dos cidadãos”, sendo que “a política social, os programas sociais, os projetos são canais e respostas a estas necessidades e demandas” (CARVALHO, 1999, p.19).

Na atual fase do processo de acumulação capitalista, marcada por um modelo de produção flexível, pela globalização econômica, política e cultural, pelo desemprego estrutural e necessidade de novas configurações das relações de trabalho, dentre outras características, os Estados de Bem-Estar Social vêm se retirando da função de principal responsável por promover e garantir uma série de direitos sociais¹²² aos cidadãos. Cada vez mais, a parceria público-privada entre primeiro, segundo e terceiro setor vem aumentando em torno da realização de ações que visam à promoção e garantia de direitos sociais, assim como o atendimento de necessidades. Essa é uma situação que tem contribuído para se pensar na configuração de uma gestão compartilhada ou em um novo *welfare mix* (CARVALHO, 1999).

Dentro desse contexto, considerando que a gestão social se volta para a ampliação do acesso à riqueza material e imaterial, sob valores democráticos como equidade, universalidade e justiça social, abre-se espaço para pensar sobre as possibilidades de a ES, como política pública, ser considerada como um modelo de gestão social.

riqueza social – material e imaterial – na forma de fruição de bens, recursos e serviços, entendida como direito social, sob valores democráticos como equidade, universalidade e justiça social”. Já, conforme Cabral (2007, p.134-135), a gestão social refere-se ao “[...] processo de organização, decisão e produção de bens públicos de proteção social, que se desenvolve perseguindo a missão institucional e articulando os públicos constituintes, envolvidos em uma organização que tende a incorporar atributos do espaço público não estatal, na abordagem que faz da questão social”.

¹²² De acordo com Couto (2006), “os direitos sociais são fundamentados pela idéia de igualdade, uma vez que decorrem do reconhecimento das desigualdades sociais gestadas na sociedade capitalista. [...] Expressam-se pelo direito à educação, saúde, trabalho, assistência e previdência. [...] possuem caráter redistributivo, buscam promover a igualdade de acesso a bens socialmente produzidos, a fim de restaurar o equilíbrio para a coesão social. [...] A concretização dos direitos sociais depende da intervenção do Estado, estando atrelados às condições econômicas e à base fiscal estatal para ser garantidos. Sua materialidade dá-se por meio de políticas sociais públicas, executadas na órbita do Estado. [...] Constituem-se em direitos de prestação de serviços ou de créditos, pois geram obrigações positivas por parte do Estado, que detém a responsabilidade de, por meio do planejamento e da consecução de políticas para o bem-estar do cidadão, atender às demandas por educação, trabalho, salário suficiente, acesso à cultura, moradia, seguridade social, proteção do meio ambiente, da infância e da adolescência, da família, da velhice, dentre outros. [...] Embora de titularidade individual, eles não se referem ao homem genérico, mas ao homem concreto, singular, que é membro de uma comunidade específica. [...] o fundamento central dos direitos sociais são as necessidades reais do homem, que se caracterizam por serem básicas, objetivas, universais e históricas” (p.48-49).

De acordo com Ronconi (2003), as organizações de ES são constituídas por laços culturais; relações de parentesco, de vizinhança e afetivas; participação dos trabalhadores nas discussões e decisões e pela presença de uma racionalidade substantiva, a qual se caracteriza pela liberdade de ação/expressão; respeito à individualidade/liberdade; acordos, consensos, entendimentos; comunicação livre; julgamento ético; autenticidade, honestidade, integridade e franqueza, na direção da emancipação e autorrealização. Assim, pode-se dizer que as características apontadas fazem parte do ideário e da realidade concreta das relações de trabalho dentro de muitos dos empreendimentos econômicos solidários. Porém, há que se ter o cuidado de não generalizar, pois se sabe que a realidade do dia-a-dia também é marcada por características das relações de trabalho pautadas por uma economia de mercado, a saber: competição, individualismo, exploração, assédio moral, racionalidade instrumental, dentre outras, uma vez que essa é a lógica econômica dominante na formação social capitalista.

Diante do exposto, pensar a possibilidade de a Economia Solidária constituir-se em um modelo de gestão social passa pela afirmação e reconhecimento dos valores que a sustentam, os quais talvez possam ser reunidos em um único termo: democracia participativa. Se a gestão social, de acordo com Ronconi (2003), envolve planejamento, organização, comando, coordenação e controle, faz-se necessário que tais ações sejam produzidas e operacionalizadas coletivamente, na perspectiva de atender às necessidades dos cidadãos, de garantir direitos sociais, de democratizar a disputa por projetos antagônicos de sociedade.

Na busca por instituir uma política pública estatal de ES e considerando-se que as políticas públicas existentes podem ser tidas como dispositivos de gestão do social de que o Estado lança mão para tentar cumprir seu papel de atender às necessidades dos cidadãos, cabe referir quais as mudanças que a I CONAES considera necessárias para que se tenha um Estado capaz de implementar uma política pública de ES :

O aparelho do Estado Brasileiro deve ser profundamente readequado para interagir, eficazmente, com os mecanismos democráticos de autogestão inerentes à Economia Solidária. [...]

destituir a cultura paternalista do Estado Brasileiro, na busca da construção de uma cultura de autogestão e solidariedade efetivas. [...] deve haver maior flexibilização das burocracias das instituições públicas e financeiras¹²³, sendo aplicada caso a caso (EIII, 46, p.65).

O discurso de que “*o aparelho do Estado Brasileiro deve ser profundamente readequado para interagir, eficazmente, com os mecanismos democráticos de autogestão inerentes à Economia Solidária...*” possibilita pensar que o processo de transformação estrutural das relações socioeconômicas que a ES pode potencializar passa por etapas. Em um primeiro momento, seria necessário preparar o Estado para interagir com forças políticas que têm na democracia e na autogestão seus pilares de sustentação.

No que tange ao discurso de “[...] *destituir a cultura paternalista do Estado Brasileiro, na busca da construção de uma cultura de autogestão e solidariedade efetivas*”, devendo haver “[...] *maior flexibilização das burocracias das instituições públicas e financeiras...*”, pode-se pensar que essas sejam formas de tensionar a organização e o funcionamento do Estado Brasileiro. Este, de um modo geral, historicamente sempre esteve muito mais a serviço dos interesses do capital e das relações de mercado do que dos interesses e necessidades da classe trabalhadora.

E é justamente dos interesses, necessidades, mobilização e articulação da classe trabalhadora que a ES vem buscando instituir-se como modo de organizar a produção, a distribuição e o consumo; como um movimento social; e como uma estratégia de desenvolvimento incluyente. Isso com vistas à instituição de uma política pública que possa ser compreendida como uma estratégia de enfrentamento e resistência às expressões da questão social vinculadas ao universo das relações de trabalho.

¹²³ Nessa direção, a I CONAES destaca: “faz-se necessário elaborar o marco jurídico da ES nas três esferas de governo, que facilite o registro dos empreendimentos econômicos solidários e de seus produtos e serviços [...] que normatize um sistema tributário e previdenciário diferenciado e simplificado para os empreendimentos solidários; [...] que reconheça suas formas específicas de organização social e econômica e do direito do trabalho associado, garantindo o acesso à seguridade social e à proteção social e que regule a lei de falência [...] que se elabore emendas à Constituição Federal, principalmente ao artigo 37, para que autorize ao Poder Público dar tratamento diferenciado ao conjunto da ES” (fragmento de discurso do Eixo III, n.61, p.68-69).

Nesse sentido, a I CONAES, ao fazer referência aos sujeitos políticos da ES, enuncia que:

[...] Dado o surgimento recente da ES na agenda pública do país, embora sejam muitos os atores sociais empenhados na sua construção, **os sujeitos políticos deste setor ainda estão emergindo, identificando-se, criando alteridades políticas, formando-se, ocupando seu lugar no cenário político.** Ainda estão em discussão os papéis dos diferentes atores, empreendimentos e organizações representativas destes, entidades de apoio e de fomento, Governos, Poderes Legislativos, etc. (EIII, 105, p.75).

[...] **O sujeito político que tem potencial de representação, formulação e legitimação social das demandas da Economia Solidária para a formulação de políticas públicas, em todas as esferas de governo, é composto pelos empreendimentos econômicos solidários e/ou suas representações.** As entidades de fomento, apoio e gestores públicos que fazem parte desse processo, por sua vez, têm um papel fundamental no seu fortalecimento e na sua afirmação, bem como na formulação de políticas públicas adequadas ao setor (EIII, 106, p.75).

O fato de que os *“sujeitos políticos deste setor ainda estão emergindo, identificando-se, criando alteridades políticas, formando-se, ocupando seu lugar no cenário político”* e de que *“o sujeito político que tem potencial de representação, formulação e legitimação... é composto pelos empreendimentos econômicos solidários e/ou suas representações”* faz pensar a ES como uma força instituinte dentro da sociedade brasileira capitalista contemporânea. Para instituir-se, depende de um conjunto de composições de forças que se encontram presentes nas diferentes instituições sociais, como aparelhos ideológicos do Estado, (re)produzindo diferentes formações ideológicas.

O processo de passagem da ES de uma força/movimento instituinte para instituído implica a produção de subjetividades singulares-coletivas que a reconheçam (consciente e mesmo inconscientemente, no sentido da interpelação ideológica) como uma estratégia viável de transformação ou mudança das/nas relações sociais de produção.

O processo de produção subjetiva no discurso da I CONAES encontra-se enunciado como necessidade de mudança de “mentalidade”, uma mudança

cultural, para se atingir o objetivo de superar a subalternidade do trabalho com relação ao capital e alcançar a transformação estrutural das relações socioeconômicas.

A Economia Solidária **exige** uma **educação solidária** que **transforme a mentalidade cultural dominante de competição para a construção do espírito de cooperação**, além do **desenvolvimento de uma matriz científica e tecnológica que esteja comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário** (EI, 2, p.57).

A sequência discursiva que faz referência à exigência de uma *“educação solidária que transforme a mentalidade cultural dominante de competição para a construção do espírito de cooperação”* parece atualizar sentidos produzidos a partir da década de 1970 sobre a educação como um instrumento ou “[...] uma força homogeneizadora que tem por função reforçar os laços sociais, promover a coesão e garantir a integração de todos os indivíduos no corpo social” (SAVIANI, 1995, p.16).

[...] a Economia Solidária **promove o resgate de saberes tradicionais e a construção e a difusão de novos saberes**, bem como o **fortalecimento e a prática do consumo consciente**, ético, solidário e justo. Leva a sociedade a **perceber que o ato de consumir não é apenas uma questão de “gosto”, mas, é, também, um ato ético e político**. [...] deve **buscar a articulação entre produtores e consumidores, potencializada por uma comunicação de base solidária, dialógica e educativa** (EI, 9, p.58).

Com relação ao discurso de que a ES *“promove o resgate dos saberes tradicionais e a difusão de novos saberes... o fortalecimento e a prática do consumo consciente... perceber que o ato de consumir... é um ato ético e político... buscar a articulação entre produtores e consumidores, potencializada por uma comunicação de base solidária, dialógica e educativa”*, pode-se pensar a própria ES como um processo educativo que busca a transformação social, trazendo à memória a

pedagogia dialógica de Paulo Freire, que, para Saviani (1995, p.23), se constituiu em uma modalidade de “Escola Nova Popular”¹²⁴.

A ES, ao mesmo tempo em que exige uma educação que transforme a mentalidade cultural dominante, apresenta-se como um modelo para esse processo educativo. É a partir da própria prática cotidiana das diferentes formas de relações e empreendimentos que configuram a ES que vai sendo construída uma educação para a ES.

De acordo com o discurso da I CONAES,

[...] a Economia Solidária **está desafiada a efetuar a fusão entre o saber popular e o produzido por escolas e universidades, apresentando soluções** sócio-econômicas, culturais e ambientais **na direção de uma nova sociedade e para além dos problemas imediatos que o capitalismo não conseguiu resolver** (EI, 21, p.61).

A ES deverá “...*efetuar a fusão entre o saber popular e o produzido por escolas e universidades...*”, ou seja, integrar os conhecimentos oriundos da prática cotidiana de trabalho com os conhecimentos científicos (re)produzidos nos espaços formais de educação, na perspectiva de apresentar “*soluções... na direção de uma nova sociedade e para além dos problemas imediatos que o capitalismo não conseguiu resolver*”. Para tanto,

A **Educação para a Economia Solidária** [...] deverá valorizar as **pedagogias populares e suas metodologias participativas** e os conteúdos apropriados à organização, **na perspectiva da autogestão**, tendo como princípio a **autonomia**. Deve **viabilizar tecnicamente as suas atividades sociais e econômicas e despertar a consciência crítica dos trabalhadores**. A complexidade desta formação inclui tanto estes princípios, enquanto ferramentas para o **empoderamento** dos sujeitos, como a **capacitação técnica**, a **inclusão digital** e a própria prática da autogestão (EIII, 81, p.71-72).

¹²⁴ De acordo com Saviani (1995), a Escola Nova é decorrente da Pedagogia Nova, que surge como crítica à Pedagogia Tradicional, porém ambas inscritas no que o autor denomina como teorias não-críticas da educação.

O discurso da I CONAES explicita as referências político-ideológicas que deverão orientar os processos educativos voltados para a ES, *“pedagogias populares e suas metodologias participativas... na perspectiva da autogestão... autonomia... viabilizar tecnicamente as suas atividades sociais e econômicas e despertar a consciência crítica dos trabalhadores... o empoderamento... capacitação técnica... inclusão digital”*.

A partir das sequências discursivas destacadas, pode-se dizer que a educação se apresenta como um dispositivo privilegiado para o desenvolvimento do processo de institucionalização da Economia Solidária como uma estratégia de transformação social. Isso torna interessante pensar quais as composições de forças necessárias para que a educação se volte para a (re)produção da ES, na medida em que se apresenta como uma instituição social ou um aparelho ideológico do Estado que contempla interesses diversos e divergentes, estando a serviço tanto da reprodução quanto da transformação das relações sociais de produção.

Cabe questionar através de quais meios a ES conseguirá instituir-se dentro dos espaços formais de educação a partir da perspectiva de uma pedagogia revolucionária crítica que chama a atenção para o caráter limitado da educação como um dispositivo de transformação social

Longe de entender a educação como determinante principal das transformações sociais, reconhece ser ela elemento secundário e determinado. [...] entende que a educação se relaciona dialeticamente com a sociedade. Nesse sentido, ainda que um elemento determinado, não deixa de influenciar o elemento determinante. Ainda que secundário, nem por isso deixa de ser instrumento importante e por vezes decisivo no processo de transformação da sociedade. [...] O cerne dessa novidade radical consiste na superação da crença seja na autonomia, seja na dependência absoluta da educação em face das condições sociais vigentes (SAVIANI, 1995, p.75-76).

Algumas estratégias pensadas na direção de instituir a ES nos espaços formais de educação enunciadas pela I CONAES são:

[...] inserir essas práticas e valores da Economia Solidária nos currículos e projetos pedagógicos, de forma transversal e interdisciplinar, nos vários níveis de ensino [...], com crianças, jovens

e adultos [...] a ampliação da inserção da Economia Solidária nos programas existentes, voltados para a elevação de escolaridade e qualificação social e profissional (EIII, 82, p.72).

[...] a **formação de educadores do sistema público de ensino**, valendo-se, inclusive, do material produzido no mapeamento da Economia Solidária. [...] deve-se **construir material didático e o novo referencial teórico-pedagógico que contemple a dimensão da Economia Solidária** (EIII, 83, p.72).

Propor a inserção “...de práticas e valores da Economia Solidária nos currículos e projetos pedagógicos, de forma transversal e interdisciplinar, nos vários níveis de ensino...”, assim como “a formação de educadores do sistema público de ensino” e “construir material didático e novo referencial teórico-pedagógico...”, implica que o Estado se responsabilize por introduzir, em um dos seus aparelhos ideológicos, conhecimentos, princípios e valores que vão de encontro aos princípios e valores da ideologia capitalista dominante.

Junto a isso, cabe destacar que inserir práticas e valores da ES nos currículos e projetos político-pedagógicos dos vários níveis de ensino, assim como formar educadores e construir material didático e novo referencial teórico-pedagógico, não garante por si só o alcance de uma educação solidária que transforme a mentalidade cultural dominante. Haja vista que a educação, como um aparelho ideológico do Estado ou uma instituição social, se encontra em relação de poder desigual com os demais aparelhos ideológicos ou instituições sociais que caracterizam a formação social capitalista contemporânea.

A relação entre modo de produção e educação vem de longa data, mesmo antes da sociedade capitalista. Cada modo de produção, para que possa ser reproduzido, sustenta-se em processos de ensino e aprendizagem em sentido amplo. Dessa forma, ao se investigar a relação entre educação e trabalho ao longo da sociedade capitalista, observa-se que esta vai passando por transformações que podem ser vinculadas às mutações da relação capital-trabalho.

De acordo com as necessidades de conhecimentos e habilidades, aliadas ao desenvolvimento de novas tecnologias nos locais de trabalho, diferentes teorias e metodologias dentro e fora dos espaços formais de educação passam

também a ser desenvolvidas com vistas a atender às demandas produzidas coletivamente. As ideias de Enguita (1989), ao abordar o papel da escola na sociedade industrial, e de Freire (1980b), com sua crítica à educação bancária, são ilustrativas dessa relação.

Embora a ES já seja uma realidade, ela não se encontra instituída na sociedade brasileira, apresentando-se como um caleidoscópio¹²⁵ de experiências e ideias que produzem sentidos na direção de pensá-la como um dispositivo com potencialidade para a transformação social.

À medida que se organiza e se integra, a Economia Solidária **contribui para construir uma sociedade sem classes**, cujo desenvolvimento é, necessariamente, includente [...]. Entende-se como uma sociedade sem classes **a sociedade socialista**. Para se chegar a esta sociedade é imprescindível: 1. superar a sociedade capitalista; 2. unir, na luta político econômica, aqueles que vivem do trabalho (proletários, desempregados, camponeses cooperados, setores médios), aqueles que não são capitalistas; 3. **a superação da antiga sociedade para a nova é essencialmente uma luta política, uma disputa de projetos antagônicos** (EI, 12, p.59).

A I CONAES, ao enunciar que a ES *“...contribui para construir uma sociedade sem classes, cujo desenvolvimento é, necessariamente, includente... é imprescindível... unir, na luta político econômica, aqueles que vivem do trabalho... uma disputa de projetos antagônicos”*, indica que, para se alcançar a mudança social almejada, é necessário o envolvimento e a participação da classe trabalhadora e dos que não são capitalistas em um processo de disputa política e ideológica. Esse discurso parece dizer: “Trabalhadores, uni-vos!” – parafraseando a convocação de Marx enunciada no Manifesto Comunista (1848): “Proletários de todos os países, uni-vos!” – dentro de um período socio-histórico em que a própria classe trabalhadora já não se enxerga como tal, apresentando-se fragmentada, heterogênea, complexificada, desorganizada e enfraquecida politicamente.

¹²⁵ O caleidoscópio foi criado por Sir David Brewster, na Inglaterra, no início do século XX. De origem grega: *kalos* (belo), *eidos* (imagem) e *scopéo* (veja), *caleidoscópio* quer dizer “vejo belas imagens”. “As belas imagens do caleidoscópio se fazem com caquinhos de vidro, cliques, tachinhas, pedrinhas” (ALVES, 2008, p.12-13). No caso da Economia Solidária, trata-se das “belas imagens” produzidas diariamente pelos trabalhadores que se encontram organizados dentro dessa perspectiva em torno de atividades que lhes têm possibilitado a garantia de sobrevivência material e simbólica.

Entretanto, é justamente nessa classe-que-vive-do-trabalho (assalariados, desempregados, subempregados e trabalhadores diretamente produtivos) que Antunes identifica a maior potencialidade anticapitalista na direção da abolição do trabalho abstrato e instauração de uma sociedade “fundada na auto-atividade humana, no trabalho concreto que gera coisas socialmente úteis, no trabalho social emancipado” (1995, p.88). O presente discurso remete a sentidos característicos do período socio-histórico em que projetos de sociedades socialistas serviam de contraponto para o projeto capitalista. Com o fim da Guerra Fria, a queda do muro de Berlim e o desmoronamento do Leste Europeu, assistiu-se ao esgotamento de uma proposta, mas não ao fim do socialismo (ANTUNES, 1995; NETTO, 2001).

O efeito de sentido em torno da Economia Solidária como uma política pública parece apresentar-se como o mais complexo dos quatro sentidos identificados através dos discursos da I CONAES, inclusive podendo ser compreendido como o sentido que reúne os anteriores. Ao se pensar a ES como um modo de organizar a produção, a distribuição e o consumo; como um movimento social e uma perspectiva de desenvolvimento social incluyente, compreendê-la como uma política pública de Estado parece ser o caminho “natural” na luta pela transformação das relações sociais de produção.

A instituição de uma política pública¹²⁶ estatal de ES parece ser a estratégia que o movimento da Economia Solidária vem encontrando para “ocupar” o Estado e, a partir disso, quem sabe, fortalecer o projeto de construção de uma sociedade socialista. Para tanto, preconiza que os sujeitos políticos com legitimidade para formular políticas públicas para o setor são os próprios trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários e/ou seus representantes. Junto a isso, salienta a necessidade da intersectorialidade entre as políticas públicas existentes, com destaque especial à educação como um dispositivo através do qual é possível o

¹²⁶ Barbosa (2006) apresenta quadros sintéticos interessantes sobre o histórico da economia solidária no Brasil; a instituição da ES no Governo Federal; a transversalidade da ES junto a outros Ministérios do Governo Federal; a questão do Marco Legal, as Redes de produção, comercialização e consumo e as Finanças, destacando os problemas referentes a cada um e as respectivas propostas de políticas públicas.

desenvolvimento de uma nova mentalidade, que se apresente permeável aos princípios e valores do trabalho dentro da perspectiva da ES.

Pode-se dizer que se está diante de um discurso em torno da ES como política pública que visa a apontar para as necessidades e possibilidades de transformação social, sem fazer referência explícita às possibilidades de contradição que o próprio campo das políticas públicas apresenta. Isso porque se encontra dentro de uma formação social capitalista dominada por um modo de produção e ideologia capitalista.

Na medida, então, em que os discursos da I CONAES vão produzindo sentidos na direção de possibilidades de transformação social que possam levar a uma sociedade socialista, cabe fazer referência às possibilidades de composições subjetivas decorrentes de tais discursos que sejam capazes de garantir a (re)produção de uma Economia Solidária na perspectiva da transformação social com superação do capitalismo.

5.4 OS SUJEITOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Abordando-se as possibilidades de agenciamentos subjetivos decorrentes dos discursos em torno da ES, está-se fazendo referência à produção dos sujeitos (des)necessários, ou seja, à produção de subjetividades que já não são necessárias para a (re)produção das relações de emprego formal, apresentando-se necessárias para a criação de alternativas de geração de trabalho e renda que não se pautem pela relação de emprego. Dentro desse processo, a I CONAES enuncia que:

A educação e qualificação para a Economia Solidária deve contribuir para o desenvolvimento de uma nova subjetividade, enraizada na contribuição de uma liberdade compartilhada, na construção de projetos comuns que respeitem a diversidade dos

atores, que promova a paz através do diálogo como meio para a solução de conflitos e que **universalize a irmandade e a solidariedade nas relações interpessoais e sociais** (EIII, 84, p.72).

Embora não haja referência explícita sobre qual o conceito de subjetividade adotado pela I CONAES, partindo-se da perspectiva de uma psicologia socio-histórica, considera-se que o desenvolvimento de *“uma nova subjetividade”* se refere à produção de um “sistema complexo produzido de forma simultânea no nível social e individual” (GONZÁLEZ REY, 2005, p.202).

O discurso da I CONAES sobre uma nova subjetividade, sustentada em valores como *“...liberdade compartilhada...”* e em ações de *“... construção de projetos comuns que respeitem a diversidade dos atores... que promova a paz através do diálogo... e que universalize a irmandade e a solidariedade nas relações interpessoais e sociais”*, faz com que se pense sobre o processo de produção dos sujeitos (des)necessários, isto é, a produção de modos de ser singulares e coletivos que possam servir de sustentação para a Economia Solidária a partir dos diferentes sentidos que a ela foram atribuídos.

A ES, como um modo de organizar a produção, distribuição e o consumo, a partir da propriedade e gestão coletiva dos meios de produção e dos bens e/ou serviços produzidos, por meio de relações baseadas na democracia, solidariedade, cooperação e autogestão, implica o engajamento de sujeitos singulares (pessoas) e coletivos (grupos ou empreendimentos econômicos solidários). Esses sujeitos devem ser capazes de significar os princípios referidos de forma distinta daquela em que são significados dentro de uma Economia de Mercado. Pode-se dizer que democracia, solidariedade, cooperação e autogestão são conceitos que também permeiam as relações de trabalho sustentadas na propriedade privada dos meios de produção, na extração da mais-valia e na divisão sociotécnica das tarefas. Porém, nesse contexto, os referidos conceitos são operacionalizados na direção de garantir maior engajamento dos trabalhadores junto às organizações a que se encontram vinculados (formal ou informalmente), com vistas a melhorar o desempenho da própria organização no que tange à sua

capacidade de lucratividade, sem alterar a relação de classe que subjaz o sistema capitalista.

Como um movimento social, pode-se dizer que a força da ES se organiza em torno da inclusão de pessoas e/ou grupos em diferentes redes de trocas sociais e econômicas, por meio de atividades de geração de trabalho e renda que não se encontrem sustentadas na relação de emprego formal. Sua luta volta-se para a questão do direito ao trabalho, em detrimento da liberdade ao trabalho. Essa é uma situação que se apresenta como um grande desafio, pois, por não se encontrarem amparados pelas Leis que regulamentam as relações de trabalho formais, os trabalhadores da ES situam-se à margem de uma série de benefícios sociais garantidos por meio da proteção social. Além disso, há a necessidade de eles atribuírem novos significados para o trabalho, na medida em que não se encontram inseridos em uma relação de emprego que foi a forma instituída de trabalho ao longo da sociedade industrial capitalista e que habita boa parte do imaginário individual e coletivo como sendo a melhor, senão, muitas vezes, a única forma de relação de trabalho valorizada socialmente.

A ES, como uma perspectiva de desenvolvimento social incluyente, faz com que os trabalhadores que a constituem devam operacionalizar ações que estejam comprometidas e articuladas com uma visão de desenvolvimento ambientalmente sustentável, voltadas não somente para a realidade e as necessidades imediatas dos empreendimentos econômicos solidários, mas também para as gerações futuras. Isso implica grande habilidade por parte dos trabalhadores e das organizações fomentadoras e apoiadoras da ES em conciliar o atendimento de uma série de urgências, sem comprometer possibilidades futuras. Implica, ainda, enfrentar os desafios do momento presente com olhos voltados para o futuro.

O que vai garantir a permanência da ES ao longo do tempo é a força de articulação de diferentes segmentos sociais em torno de suas propostas e ideais. A ES, como uma política pública de Estado, faz com que os trabalhadores comprometidos com seus princípios e valores reconheçam a importância de adentrar um espaço público, que é de todos, na perspectiva de tensionar as relações de poder instituídas na máquina estatal, buscando articular composições de forças em

projetos societários antagônicos, voltados para a (re)produção da sociedade capitalista na direção de sua transformação e/ou superação.

Ao se buscar compreender, por meio da Formação Discursiva da Economia Solidária, como ocorre o agenciamento de subjetividades singulares-coletivas na perspectiva da transformação das relações sociais de produção, é possível pensar que a articulação entre os quatro efeitos de sentido identificados através do discurso da I CONAES pode apontar para a possibilidade de encontros inusitados. Dependendo das composições de força do contexto socio-histórico e econômico, tais encontros poderão possibilitar a emergência em maior ou menor grau de modos de ser, pensar, relacionar-se, viver, com potencialidade para instituírem-se na formação social capitalista.

Seja como um modo de organizar a produção, a distribuição e o consumo; um movimento social; uma perspectiva de desenvolvimento social incluído ou uma política pública, a ES é constituída por uma diversidade de práticas que geram efeitos na/para a vida das pessoas que as desenvolvem. Práticas traduzem-se em discursos, os quais materializam as diferentes formações ideológicas decorrentes dos lugares sociais ocupados pelos sujeitos no contexto atual de predomínio da ideologia capitalista.

Dessa forma, falar da produção de subjetividades singulares-coletivas voltadas para a reprodução da ES é falar da produção de modos de ser, pensar, viver, relacionar-se, que vão adquirindo sentidos de dentro da própria formação social capitalista na direção de pensar outra possibilidade de formação social. Sujeitos e coletivos vão criando novos sentidos para formas de organização em torno da produção das condições materiais de existência.

Trata-se da produção dos sujeitos (des)necessários ao capital, uma vez que não são mais necessários como empregados, devendo encontrar outras formas de relação de trabalho que possam garantir a sua própria reprodução como trabalhadores. Isso faz com que muitos procurem como alternativa o trabalho dentro da ES, inserindo-se, assim, na lógica contemporânea de (re)produção do capital pela via do trabalho auto-organizado.

Porém, à medida que os trabalhadores passam a configurar as relações de trabalho dentro da ES, tornam-se necessários para a (re)produção desta a partir dos princípios e valores que a sustentam, criando outras formas de relação de trabalho com potencialidade de tensionar as relações capitalistas. Os trabalhadores organizam-se através da propriedade e gestão coletiva dos meios de produção e dos serviços e/ou bens produzidos, com vistas à inclusão social por meio da garantia do direito ao trabalho e objetivando instituir-se socialmente pela ocupação/criação de espaços dentro do aparelho público estatal. Pode-se dizer, então, que o próprio processo de mutação da relação capital-trabalho vai abrindo espaço para o surgimento de formas de organização e de relações de trabalho que possam, dependendo da composição de forças sociais, econômicas, culturais e simbólicas existentes, transformar ou não as relações sociais de produção na direção da instituição de outra formação social, que se configure pelo predomínio de outra ideologia.

Os sentidos identificados em torno da Economia Solidária, a partir dos discursos da I CONAES, permitem apontar para a possibilidade/necessidade de agenciamento de outras composições subjetivas. As condições de emergência para tais composições decorrem justamente da contradição entre a reprodução e a transformação das relações sociais de produção.

Uma vez que a ES se apresenta como uma realidade, é possível dizer que as condições de emergência de composições subjetivas que operem na direção da (re)produção da própria ES já existem. No entanto, o que está em jogo é a potencialidade de tais composições virem a instituir-se com força suficiente para se contraporem aos valores que sustentam as subjetividades capitalísticas na direção da instituição de outra ordem social.

Talvez se possa dizer que a possibilidade de instituição de composições subjetivas voltadas para a (re)produção da ES em detrimento do capital se encontra vinculada à capacidade de as relações sociais e econômicas pautadas pelos princípios e valores da ES mobilizarem as forças inconscientes que constituem os seres humanos e as relações interpessoais – nas palavras de

Baremlitt (1992), o desejo¹²⁷ na direção da criação do novo, da invenção, da transformação. O desejo, como uma força inconsciente, aparece no discurso sobre a ES enunciado pela I CONAES por meio dos quatro sentidos identificados, já que a Conferência acredita, ou quer fazer crer, na possibilidade de construção de condições de vida mais justas que permitam conciliar, sem sobreposição, os interesses individuais e coletivos.

¹²⁷ “O desejo no institucionalismo [...] é imanente à produção, é [...] o aspecto psíquico [...] da mesma força que no social é o instituinte. É uma força que tende a criar o novo, como o imprevisível, é uma força de conexão, é uma força de invenção e não é uma força restauradora de estados antigos. Mas é inconsciente. Só que este inconsciente não se entende exclusivamente como inconsciente edipiano, familiarista, repetitivo, senão também como um inconsciente pré-pessoal e natural que compreende todos os saberes, todas as matérias não-formadas e energias não-vetorizadas que são capazes de gerar transformação. Este inconsciente não está submetido apenas por um recalque psíquico, mas está submetido por um recalque complexo que é simultaneamente político, libidinal, semiótico, etc.” (BAREMLITT, 1992, p.49-50).

CERTEZAS PROVISÓRIAS DIANTE DE DÚVIDAS PERMANENTES

A partir da análise dos discursos enunciados nas deliberações da I CONAES, foi possível identificar quatro efeitos de sentido sobre a Economia Solidária decorrentes da posição-sujeito assumida pela I CONAES dentro da Formação Discursiva da Economia Solidária.

Os sentidos em torno da ES como um modo de organizar a produção, a distribuição e o consumo, a partir da propriedade e gestão coletiva dos meios de produção e dos produtos e/ou serviços produzidos; um movimento social; uma perspectiva de desenvolvimento social includente e uma política pública, permitem dizer que a I CONAES ocupa uma modalidade de *posição-sujeito* no discurso plenamente identificada com a forma-sujeito *indivíduo livre, de direitos e coletivo-solidário* que organiza os saberes da Formação Discursiva da Economia Solidária. Trata-se de uma forma-sujeito que se constitui a partir de formações ideológicas capitalistas e socialistas, sustentada no *indivíduo livre e de direitos*, que veio se instituindo ao longo da formação social capitalista, porém *coletivo-solidário*, que aponta para uma perspectiva socialista na direção de mediar os interesses e necessidades individuais e coletivos, colocando a economia a serviço da sociedade, e não o contrário.

Desse modo, a FDES apresenta-se heterogênea e dividida. Ela é constituída por discursos que produzem efeitos de sentido para se pensar a ES como uma possibilidade de superação do sistema capitalista, com vistas à construção de uma sociedade socialista, e/ou como uma alternativa de sustentabilidade dentro do capitalismo, sem a pretensão de superá-lo.

Os discursos da I CONAES, como uma posição-sujeito identificada com a forma-sujeito da FDES, são caracterizados pela contradição entre a transformação e a reprodução das relações sociais de produção. Tais discursos

apontam para a potencialidade de transformação das relações sociais que a ES carrega em si, ao mesmo tempo em que tal potencialidade corre o tempo todo o risco de ser capturada por formações ideológicas dominantes, caracterizadas pela ideologia capitalista; dessa forma, pode ser operacionalizada na direção da reprodução das relações instituídas.

A ES, como um modo de organizar a produção, a distribuição e o consumo, calcado na propriedade e gestão coletiva dos meios de produção e dos serviços e/ou bens produzidos, sustenta-se em princípios/valores como: participação democrática, cooperação para emancipação, solidariedade de classe e autogestão. Ela apresenta potencialidade para construir formas de relação econômica e social diferentes das instituídas na sociedade capitalista.

Porém, pensar que tais relações possam levar à superação do capitalismo, não no sentido de eliminar totalmente as relações capitalistas de produção e comercialização, mas de que estas deixem de ser as relações dominantes, implica articulação. Trata-se de articular toda uma rede de instituições sociais, como aparelhos ideológicos do Estado, com seus dispositivos materiais, técnicos e tecnológicos, e os agentes que operacionalizam uma série de práticas, na direção da produção de outros modos de ser, pensar, viver e relacionar-se que materializem, em suas práticas e discursos, formações ideológicas fundamentadas nos valores que sustentam as relações de trabalho dentro da ES.

Isso significa fortalecer as composições de forças instituintes na direção da produção do novo, do diferente, da transformação. Transformação que parte daquilo que se encontra instituído e que, como tal, opera na direção de garantir a sua reprodução, buscando capturar os movimentos de mudança. Desse modo, ao se analisarem as relações de trabalho dentro da perspectiva da ES, tem que se estar atento o tempo todo aos movimentos de captura de tais relações na direção da cristalização de suas potencialidades de transformação.

Do mesmo modo, a ES, como um movimento social que visa à inclusão de pessoas nas relações de trocas econômicas e sociais por meio de ações de geração de trabalho e renda, na perspectiva da garantia do direito ao trabalho, deve

estar atenta para que sua força e luta social não se restrinjam apenas às pessoas que se encontram em situação de desemprego ou na iminência da perda do emprego, nem àquelas que buscam uma complementação da renda familiar. É importante que ela se mantenha articulada com a luta de outros movimentos sociais na perspectiva do desenvolvimento de uma consciência de classe, da *classe-que-vive-do-trabalho*, cuja luta deve voltar-se não somente para o acesso e garantia do direito ao trabalho, mas para uma série de outros direitos sociais. Assim, as demandas da ES podem tornar-se o eixo articulador em torno do qual os diferentes movimentos sociais existentes no cenário brasileiro organizem suas forças e lutas a partir de uma perspectiva ampliada de projeto societário a ser desenvolvido/construído/alcançado.

Atualmente, em nome da “inclusão social”, os movimentos sociais brasileiros parecem ter se transformado em grupos de segmentos sociais com interesses diversos, lutando pela garantia e efetivação dos direitos sociais que julgam estar diretamente ligados a suas pautas e disputando entre si o encaminhamento de decisões políticas, o acesso a recursos econômicos, a visibilidade social, dentre outras questões. Essa situação leva a pensar na captura da força instituinte de tais movimentos diante de um contexto social, econômico, político e cultural caracterizado pela organização flexível da produção e das relações de trabalho; pela aceleração têmporo-espacial diante da velocidade de comunicação e troca de informações proporcionadas por uma série de tecnologias; pelo consumo do descartável e por relações interpessoais muitas vezes superficiais e fugazes.

A ES, como um movimento social, encontra-se no “olho do furacão”, na medida em que, afastando-se do conjunto dos movimentos sociais existentes na sociedade brasileira, vai perdendo sua força com relação à possibilidade de transformar as relações sociais de produção na direção de outra formação social. Ao mesmo tempo, porém, pertencendo ao conjunto dos movimentos sociais, tem que enfrentar o desafio de não se deixar desarticular, buscando potencializar forças que possam contribuir para a instituição dos valores e princípios que a sustentam.

Talvez se possa dizer que é a partir da articulação da ES com os demais movimentos sociais existentes que se amplia a possibilidade de ela ser

compreendida como uma perspectiva de desenvolvimento social includente. Isso se ela se voltar não somente para a inclusão de pessoas nas relações de trabalho, mas para a efetivação de uma série de direitos sociais decorrentes de lutas diversas.

Como reúne empreendimentos econômicos sob as mais variadas formas de constituição, cuja produção se apresenta diversificada a partir de vários ramos do setor produtivo, a ES não pode se preocupar somente com as relações de trabalho dentro dos empreendimentos. Ela também deve ocupar-se de estabelecer redes e cadeias produtivas através das quais os valores e princípios que sustentam as ações dentro dessa perspectiva possam ser espalhados na direção da construção de “*outro mundo possível*”.

O último efeito de sentido identificado, a ES como uma política pública, pode ser considerado o resultado da articulação dos sentidos anteriores. A criação de empreendimentos econômicos solidários, operacionalizados por outras formas de organização da produção, distribuição e consumo, tendo por ideário político de luta o direito ao trabalho, articulado com outras tantas lutas sociais, na perspectiva de a ES constituir-se em uma forma de desenvolvimento econômico e social includente, faz com que a busca pela instituição como uma política pública de Estado se apresente como uma estratégia de articular, por meio do aparato estatal, as possibilidades de transformação nas relações sociais de produção. A I CONAES assume no discurso a defesa da ES como uma possibilidade de transformação das relações sociais de produção, na medida em que esta se pautar por relações de produção, sociais e econômicas calcadas na democracia, cooperação, autogestão e solidariedade e adquirir o *status* de uma política pública de Estado.

A busca por vir a ocupar lugar de visibilidade na estrutura estatal ocorre pelo interesse em ter acesso a uma série de recursos financeiros fundamentais para o desenvolvimento dos empreendimentos solidários e das redes e cadeias produtivas solidárias, considerando que o Estado ainda se apresenta como uma das principais fontes de recursos econômicos e políticos para fomentar a economia de modo geral. Porém, o fato de o Estado promover o desenvolvimento de uma política pública de ES não o transforma no principal responsável pela garantia da (re)produção da própria política. Como bem apontado em um fragmento de discurso

da I CONAES: “o sujeito político que tem potencial de representação, formulação e legitimação social das demandas... para a formulação de políticas públicas... é composto pelos empreendimentos solidários e/ou suas representações”, sendo o Estado mais um importante parceiro dentro do processo.

As políticas públicas são reconhecidas estratégias de resistência e enfrentamento dentro da sociedade capitalista com relação a expressões da questão social. Elas visam à garantia e efetivação de uma série de direitos sociais a partir do tensionamento da relação capital-trabalho; assim, podem ser concebidas como arenas “[...] de confronto de interesses contraditórios em torno do acesso à riqueza social, na forma da parcela do excedente econômico apropriada pelo Estado”, encontrando-se em “[...] permanente contradição com a política econômica” (SILVA, 2004, p.32).

As políticas públicas, então, como processos instituintes, carregam em si a potencialidade da transformação pela via do novo; porém, a partir do momento em que se encontram instituídas, tendem a trabalhar na direção da manutenção do que se encontra estabelecido. Nesse sentido, há que se atentar para a potencialidade da ES como processo que visa à instituição de uma política pública e, posteriormente, como dispositivo instituído no sentido de se avaliarem os avanços introduzidos por ela na direção da transformação das relações sociais de produção.

Uma vez que a ES venha a se instituir como uma política pública dentro de uma formação social capitalista, caracterizada pela hegemonia do modo de produção e ideologia capitalista, a probabilidade de alcançar os objetivos que se propõe será atravessada pelos desafios cotidianos enfrentados pelas políticas públicas já existentes. A aposta de que, pela via da política pública, a ES conseguirá articular uma composição de forças necessárias para operar na direção da transformação das relações sociais de produção configura-se em um ideário, em um projeto de uma sociedade melhor para todos, que não depende só do Estado, nem só da sociedade civil organizada, muito menos só da iniciativa privada.

Talvez a possibilidade se apresente na medida em que a política pública de ES conseguir articular-se de maneira tal na direção de congregar os

interesses/necessidades dos trabalhadores da ES, do Estado, da sociedade civil organizada, da iniciativa privada e da *classe-que-vive-do-trabalho*. Se assim for, talvez a ES se apresente como muito mais do que uma política pública, pelo menos em comparação aos moldes das políticas atualmente existentes. Quem sabe se não se estará de fato diante de outro modelo de gestão do social a partir da criação de outro pacto social.

Considerando o exposto, pode-se dizer que os discursos da I CONAES sobre a Economia Solidária decorrem da modalidade de posição-sujeito identificada com a forma-sujeito da FDES, que se constitui a partir de uma relação imaginária com a realidade, voltada para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, na perspectiva de superação da ideologia capitalista. Também se pode afirmar que o processo de identificação da Conferência com o *indivíduo livre, de direitos e coletivo-solidário* é fruto da interpelação ideológica à qual a I CONAES se encontra assujeitada, fazendo com que os seus discursos sejam *o que pode e deve ser dito* por uma Conferência Nacional de Economia Solidária.

Os discursos da I CONAES sobre a ES, a partir dos quatro sentidos identificados, surgem como efeitos do interdiscurso, ou seja, de tudo aquilo que se encontra pré-construído, *“já-dito”* e *“já-ouvido”* em torno da ES, assim como com relação ao regime de trabalho dentro do cooperativismo, aos movimentos sociais, à perspectiva de um desenvolvimento incluyente e às políticas públicas. É possível dizer que são discursos que se encontram marcados pela zona de esquecimento n.1 (caracterizada por um funcionamento inconsciente), uma vez que decorrem da interpelação ideológica da Conferência em sujeito do discurso dentro da FDES, dando-lhe o caráter de autonomia diante do que diz. Também se encontram marcados pela zona de esquecimento n.2 (caracterizada por um funcionamento pré-consciente/consciente), já que os diferentes efeitos de sentido identificados em torno da ES podem ser compreendidos como efeitos do retorno do intradiscurso sobre si mesmo, isto é, da possibilidade que o sujeito do discurso, no caso, a I CONAES, tem de (re)pensar sobre o *“seu já-dito e já-pensado”*.

Os discursos enunciados pela I CONAES decorrem de um conjunto de práticas. Estas, ao serem discursivizadas, passam a adquirir outros significados em

função da relação imaginária inconsciente que estabelecem com o próprio objeto de seu discurso, buscando defini-lo, caracterizá-lo, idealizá-lo; e com a sociedade, no sentido de imaginar o que essa espera/deseja/deve ouvir de uma Conferência Nacional, o que, no presente caso, parece ser a operacionalização e colaboração para a instituição de uma política pública de ES.

A partir da sua interpelação ideológica, materializada na posição-sujeito que assume com relação à FDES, a I CONAES enuncia discursos que remetem para a contradição entre a reprodução e a transformação das relações sociais de produção. Entretanto, tal contradição não aparece de forma expressa, dita, no discurso. É possível dizer que ela aparece mascarada, ou seja, aquilo que foi dito pela Conferência por meio dos quatro efeitos de sentido identificados aponta para possibilidades/necessidades de transformação do sistema capitalista. Já a reprodução não aparece no discurso explícito, mas se pode dizer que se encontra justamente naquilo que não foi dito nem pensado pela I CONAES com relação à ES como uma forma de organizar a produção, a distribuição e o consumo; um movimento social; uma perspectiva de desenvolvimento includente e uma política pública, considerando-se o contexto de uma formação social e ideologia capitalista dominantes.

Na medida em que os sentidos em torno da ES remetem para ideários do cooperativismo; para valores compartilhados por diferentes movimentos sociais; para a luta pela inclusão social, e para a necessidade de a ES tornar-se uma política pública de Estado, pode-se dizer que os discursos da Conferência (re)afirmam dispositivos já existentes na sociedade capitalista contemporânea. Esses dispositivos, ao mesmo tempo em que buscam fazer frente às desigualdades decorrentes do sistema, são capturados por este na direção de sua (re)produção, isto é, na direção de mudanças sociais, desde que estas não comprometam a estrutura que sustenta o modo de produção dominante.

Dessa forma, a ênfase no processo de transformação das relações sociais de produção que aparece de forma explícita no discurso da I CONAES não significa a ausência da contradição entre a reprodução e a transformação das relações sociais de produção. Tal situação pode ser compreendida justamente como

funcionamento da interpelação ideológica sofrida pela I CONAES diante de uma FDES que se encontra dividida em função de uma *forma-sujeito* que se constitui por formações ideológicas capitalistas e socialistas¹²⁸.

Nesse sentido, como a I CONAES, através do discurso explícito, se limita a destacar elementos que apontem para a transformação das relações sociais de produção, sem a explicitação das contradições a serem enfrentadas diante desse ideário, talvez se possa dizer que se está diante de uma das expressões do assujeitamento ideológico que faz com que o sujeito se julgue livre, autônomo, senhor das próprias ideias e realizações, sem se dar conta dos condicionantes sociais que o constituem. Essa compreensão permite dizer que a I CONAES assume uma modalidade de *posição-sujeito* no discurso que não apresenta potencialidade para romper com a FDES na qual se encontra inserida. Isto é, os discursos enunciados pela I CONAES encontram-se identificados com formações ideológicas capitalistas e socialistas e, embora façam referência explícita às possibilidades de transformação social advindas da ES na direção de uma sociedade socialista, apresentam limitada potencialidade para tal, pois não (re)conhecem o caráter de reprodução das relações sociais que também constitui a ES.

O reconhecimento pela via discursiva das potencialidades da ES em promover a transformação das relações sociais de produção, assim como em operar para a (re)produção destas, uma vez que surge de dentro de um sistema marcado pela luta contraditória entre classes sociais distintas, parece ser o movimento capaz de contribuir para a instauração de outra formação discursiva, representativa de outra ideologia, com potencialidade para superar, quem sabe, a capitalista.

¹²⁸ Dizer que a forma-sujeito é constituída por formações ideológicas capitalistas e socialistas significa compreendê-la como sendo atravessada pela ideologia capitalista, uma vez que é de dentro da formação social capitalista que surge a FDES; e, também, por uma ideologia socialista, na medida em que no discurso da FDES aparece o desejo de superação da sociedade capitalista na direção da construção de uma sociedade socialista. A partir de um jogo de composição de forças pode-se dizer que o discurso da I CONAES denota uma modalidade de posição-sujeito identificada com a forma-sujeito da FDES diante do desejo de construção de uma sociedade socialista, utilizando como estratégias para tal dispositivos já existentes dentro da formação social capitalista e que, como tais, caracterizam-se pela contradição entre a reprodução e a transformação das relações sociais de produção.

Com relação à questão problema da presente pesquisa, que visava a compreender como a FDES participa do agenciamento de subjetividades capazes de romper ou não com a própria Formação Discursiva em questão, é possível dizer que os efeitos de sentido sobre a ES enunciados pela I CONAES contribuem para o processo de agenciamento de composições subjetivas, ou seja, para a produção dos sujeitos (des)necessários, que ofereçam sustentação para a própria Economia Solidária.

No entanto, a potencialidade dos agenciamentos subjetivos na direção da produção de modos de ser, pensar, viver, relacionar-se, que ofereçam sustentação para práticas de geração de trabalho e renda fundamentadas nos valores da ES, distanciadas das relações de emprego formal, na perspectiva da transformação estrutural das relações sociais de produção, dependerá do movimento de passagem dos discursos para o campo das práticas sociais. Em outras palavras, dependerá do modo como os diferentes segmentos que compõem as relações dentro da ES – trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários, apoiadores e poder público – conseguirão produzir, a partir do seu cotidiano de trabalho, novos sentidos e significados decorrentes da própria *práxis* para o trabalho como transformação do homem e da natureza e para as relações sociais, econômicas, culturais e políticas que passam a se organizar a partir de outras formas de organização da produção, distribuição e consumo.

Finalizando, cabe fazer referência à importância da Teoria da Análise do Discurso de Michel Pêcheux para os estudos desenvolvidos no campo do Serviço Social, assim como da Psicologia. Trata-se de uma Teoria constituída por três domínios de saber: a Linguística, a Psicanálise e o Marxismo.

Considerando que a formação em Serviço Social se apresenta, no Brasil, fundamentada no materialismo histórico-dialético e que se situa dentro das Ciências Sociais Aplicadas, o que lhe confere um caráter profissional voltado para a operacionalização prática dos conhecimentos produzidos, os saberes articulados pela via da AD podem contribuir para a complexificação das intervenções a serem realizadas pelo assistente social.

A AD pode contribuir para a integração dos referenciais ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo que orientam os processos de trabalho do assistente social na direção de compreendê-los como dispositivos decorrentes de formações ideológicas existentes na formação social capitalista contemporânea e de como operam diante da contradição entre a reprodução e a transformação das relações sociais de produção.

Uma vez que a AD se centra na análise de como os sentidos são produzidos, em detrimento apenas do que eles significam, ela pode auxiliar o assistente social a compreender como, através de seu exercício profissional, que também é operacionalizado pela via discursiva, vão sendo produzidos sentidos em torno da própria profissão, assim como em torno do campo das Políticas Públicas em geral e, mais especificamente, da Política Pública de Assistência Social, que se apresentam como objetos caros de estudos e pesquisas para a área em questão.

Com relação à Psicologia, a Teoria da AD contribui para o estudo do processo de produção de subjetividades que se expressa pela via do discurso, vinculado com a *práxis* social, na direção de compreender o agenciamento de composições subjetivas como um efeito ao mesmo tempo singular e coletivo, marcado pela interpelação ideológica de indivíduos em sujeitos.

Considerando-se o exposto, chega-se ao fim de um estudo desenvolvido por uma psicóloga (social) dentro da área do Serviço Social, por meio da Teoria da Análise do Discurso. Dessa forma, as ideias aqui apresentadas decorrem do caminho percorrido na seara da produção de conhecimento que transita por diferentes áreas do saber. Ideias que poderiam ser outras, se outro fosse o contexto social, histórico, econômico e cultural, se outra fosse a pesquisadora, se outras fossem as áreas de conhecimento tangenciadas e mesmo se outro fosse o momento de produção da escrita da própria Tese. Isso faz com que *as certezas provisórias diante de dúvidas permanentes* possam ser (re)pensadas, na medida em que o conhecimento produzido for compartilhado e (re)apropriado pelo maior número de pessoas possível na direção da construção de um mundo melhor para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, Maurício. **O princípio da cooperação em busca de uma nova racionalidade**. São Paulo: Paulus, 2002.

ABDALLA, Maurício; BARROS, Maria E. B. de (orgs.). **Mundo e sujeito – aspectos subjetivos da globalização**. São Paulo: Paulus, 2004.

ALBUQUERQUE, Paulo P. de. Autogestão. In: CATTANI, Antonio D. (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p.20-26.

ALENCAR, Mônica M. T. de. **O apoio aos pequenos empreendimentos econômicos no âmbito das políticas públicas de emprego e renda: alternativa ao desemprego ou subordinação e desregulação do trabalho assalariado no Brasil?** Rio de Janeiro: UFRJ. Tese (Doutorado em Serviço Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

ALVES, Rubem. **Ostra feliz não faz pérola**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AMARAL, Maria V. B. **Discurso e relações de trabalho**. Maceió/AL: EDUFAL, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 3.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1995.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol.25, n.87, p.335-351, maio/ago.2004.

BARBOSA, Rosângela N. de C. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. IN: SILVA, Maria O. da S. e; YAZBEK, Maria C. (orgs.) **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís/MA: FAPEMA, 2006, p.90-129.

BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

BARFKNECHT, Kátia S. **Economia Solidária, saúde mental e trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

BEATRIZ, Marilene Z. **Os sentidos da economia solidária: os caminhos da construção da autonomia coletiva e organizativa**. São Paulo: PUCRS. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

BENTO, Maria Aparecida S., CASTELAR, Marilda. **Inclusão no trabalho: desafios e perspectivas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

BOCK, Ana M. B. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: BOCK, Ana M. B.; GONÇALVES, Maria G. M.; FURTADO, Odair (orgs.). **Psicologia sócio-histórica – uma perspectiva crítica em psicologia**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007, p.15-35.

BONAMIGO, Carlos Antônio. **Pra mim foi uma escola... o princípio educativo do trabalho cooperativo**. Passo Fundo/RS: UPF, 2002.

BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 2004

BRASIL. **Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_anais.pdf> Acesso em: mar. 2008.

CABRAL, Eloisa H. de S. **Terceiro Setor – gestão e controle social**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CARVALHO, Maria do C. B. de. Gestão social: alguns apontamentos para o debate. In: RICO, Elizabeth de M.; RAICHELIS, Raquel (orgs.). **Gestão Social – uma questão em debate**. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da PUCSP, 1999, p.19-29.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, vol.1.

CATTANI, Antonio D. **Utopia**. In: In: CATTANI, Antonio D. (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p.269-273.

CAZARIN, Ercília A. **Identificação e Representação Política – uma análise do discurso de Lula**. Ijuí/RS: Ed. UNIJUÍ, 2005.

CODO, Wanderley. **Indivíduo, trabalho e sofrimento - uma abordagem interdisciplinar**. Petrópolis/RJ:Vozes, 1993.

_____. **Sofrimento psíquico nas organizações - saúde mental e trabalho**. Petrópolis/RJ:Vozes, 1995.

COUTINHO, Maurício C. **Marx: notas sobre a teoria do capital**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

COUTO, Berenice R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2006.

CRUZ, Antônio Carlos M. da. **A Diferença da Igualdade - A Dinâmica da Economia Solidária em Quatro Cidades do MERCOSUL**. Campinas: UNICAMP. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

_____. **Uma contribuição crítica às políticas de apoio à economia solidária**. Disponível em: <
http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc4.doc >. Acesso em: 27 set. 2006.

CUNHA, Gabriela C. **Economia Solidária e Políticas Públicas: reflexões a partir do caso do programa Incubadora de Cooperativas da Prefeitura Municipal de Santo André, SP**. São Paulo: USP. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2002.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. **A loucura do trabalho, estudo de psicopatologia do trabalho**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

DEL ROIO, Marcos. **O capital além do imperialismo**. Disponível em: <
http://www.mhd.org/artigos/delroio_imperialismo.html > Acesso em: 31 out. 2007.

DILL, Irmã Lourdes. Os desafios atuais no mundo do trabalho IN: BENTO, M. A. S., CASTELAR, M. **Inclusão no trabalho: desafios e perspectivas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001, p.105-114.

EIDELWEIN, Karen. Psicologia Social e Serviço Social: uma relação interdisciplinar na direção da produção de conhecimento. **Textos & Contextos** (Online). , v.N.8, p.01 - 16, 2007a.

_____. Participação democrática na construção de políticas sociais públicas de trabalho. **Cadernos de Serviço Social**, ano XV, Campinas, n.30/31, p.7-22, jan-dez., 2007b.

_____. A psicologia em projetos sociais de educação e trabalho. **Psicologia & Sociedade**. , v.17, p.62 - 66, 2005.

_____. **CIBERIDÉIAS construindo modos de conhecer-trabalhar**. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

EIDELWEIN, Karen; MARASCHIN, Cleci. O operar de um coletivo na WEB. **Psicologia Ciência e Profissão**. , v.2003, p.48 - 55, 2004.

ENQUITA, Mariano F. **A face oculta da escola - educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FAVERO, Eveline; EIDELWEIN, Karen. Psicologia e Cooperativismo Solidário: Possíveis (Des) Encontros. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v.16, n.3, p. 35-40, set./dez. 2004.

_____. Repensando saberes e construindo intervenções em psicologia social comunitária: a feira de produtores enquanto espaço de encontro e reflexão. **Revista Temas Sociais em Expressão**, n.VI, p.75 - 97, 2007.

FERREIRA, Maria C. L. (coord.). **Glossário de Termos do Discurso**. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, 2001.

FIGUEIREDO, Luís C.M.; SANTI, Pedro L. de. **Psicologia uma (nova) introdução**. São Paulo: EDUC, 1999.

FIGUEIREDO, Luís C. **A invenção do psicológico** – quatro séculos de subjetivação 1500-1900. 4.ed. São Paulo: Educ: Escuta, 1999.

FILHO, Genauto C. de F. A economia popular e solidária no Brasil. In: FILHO, Genauto de F.; LAVILLE, Jean-Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean-Philippe (orgs.). **Ação pública e economia solidária uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006, p.57-71.

FILHO, Genauto C. de F.; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária** – uma abordagem internacional. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2004.

FIORI, José L. Neoliberalismo e políticas públicas. IN: FIORI, José L. **Os Moedeiros Falsos**. 4. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998, p. 211-223.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES <http://www.fbes.org.br>

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 9.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

_____. **Vigiar e punir** – nascimento da prisão. 21.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980a.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980b.

FREITAS, Maria de F. Q. de. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, Regina H. de F. (org.) **Psicologia Social Comunitária – da solidariedade à autonomia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998, p.54-80.

GAIGER, Luiz I. (org.) **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004a.

_____. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **Dados**, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.47, n.4, p.799-834, 2004b.

GOERCK, Caroline. **Processos de trabalho na economia popular solidária: uma forma diferenciada de organização do trabalho coletivo no Rio Pardo**. Porto Alegre: PUCRS. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

GOHN, Maria da G. **Teoria dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GOMES, Laurentino. **1808** – como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GONÇALVES, Maria da G. M. A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. In: BOCK, Ana M. B.; GONÇALVES, Maria G. M.; FURTADO, Odair (orgs.). **Psicologia sócio-histórica – uma perspectiva crítica em psicologia**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007, p.37-52.

GONZÁLEZ REY, Fernando L. **Sujeito e Subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria C. L. (orgs.) **Análise do discurso no Brasil – mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007, p.123-134.

GUATTARI, Félix., ROLNIK, Suely. **Micropolítica cartografias do desejo**. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

GUATTARI, Félix. **Caosmose** – um novo paradigma estético. São Paulo: Ed. 34, 1992.

_____. **As três ecologias**. 8.ed. Campinas, SP: Papirus, 1990.

GUIMARÃES, Gleny, MACIEL, Cleverton C., EIDELWEIN, Karen. Transformações no mundo do trabalho, economia solidária e sua relação com incubadoras sociais. **Textos & Contextos** (Online), Revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, Porto Alegre, v.7, n.7, 2007.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna** – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: CIA das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ICAZA, Ana M. S.; FREITAS, Marcelo R. de (orgs.) **O projeto esperança/cooesperança e a construção da economia solidária no Brasil** – relato de uma experiência. Porto Alegre: Cáritas Brasileira, 2006.

ICAZA, Ana M. S. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, Luiz I. (org.) **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 17-53.

ICAZA, Ana M. S. ; TIRIBA, Lia. Economia popular. In: CATTANI, Antonio D. (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p.101-109.

ILHA DAS FLORES. Direção: Jorge Furtado. Produção: Mônica Schmiedt, Giba Assis Braisl e Nora Gulart. Porto Alegre: Casa de Cinema, 1989, 13min, Documentário.

INDURSKY, Freda. Formação discursiva: essa noção ainda merece que lutemos por ela? In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria C. L. (orgs.) **Análise do discurso no Brasil – mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007, p.163-172.

JACQUES, Maria da G.; CODO, Wanderley. (orgs.) **Saúde Mental & Trabalho Leituras**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

JAMUR, Marilena. Reflexões sobre uma esfera construída e conflitual: “o social”. **O Social em Questão**, Revista do Programa de Mestrado em Serviço Social da PUCRJ. Rio de Janeiro, v.1, n.1, ano 1, p.07-38, jan.-jun. 1997.

JESUS, Paulo de; TIRIBA, Lia. Cooperação. In: CATTANI, Antonio D. (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p.49-54.

JURBERG, Marise B. Individualismo e coletivismo na psicologia social: uma questão paradigmática. In: CAMPOS, Regina H. de F.; GUARESCHI, Pedrinho A. (orgs.). **Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p.118-166.

LAVILLE, Jean-Louis. **Economía solidaria, economía social, tercer sector: las apuestas europeas**. s/d. Disponível em: Biblioteca Virtual TOP sobre Gestión Pública <<http://www.top.org.ar/pucliac.htm>> Acesso em: 15 set. 2006.

LECHAT, NÖELLE M.P. “**As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil**”. 2002, Palestra Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc2.doc> Acesso em: 21 set. 2006.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social** – elementos para uma análise marxista. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1989.

MANCE, Euclides. A. **A revolução das redes - a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização mundial**. Petrópolis/RJ:Vozes, 1999.

MARQUES, Paulo L.A. **Trabalho emancipado – empresas recuperadas pelos trabalhadores: a experiência autogestionária de metalúrgicos gaúchos**. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

MARX, Karl. **O Capital** – crítica da economia política. Livro I. vol. 2. (o processo de produção do capital) 20. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. file:///C:/site/livros_gratis/manifesto_comunista.htm (1 of 21) [01/07/2001 23:31:58] Versão digital

MINAYO, Maria C. de S. **O desafio do conhecimento** – pesquisa qualitativa em saúde. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) – Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/SENAES – Relatório do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) 2005-2007. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorios/EmpreendimentoResumoNacional.asp?Numero=>> acesso em 14 de ago. 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, v.20)

OLIVEIRA, Adriana L. **O processo de empoderamento de mulheres trabalhadores em empreendimentos de economia solidária**. Florianópolis: UFSC. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

OLIVEIRA, Benedito A. M. de. “Há muito mais de Economia Solidária no Brasil do que possamos observar” In: **IHUON-LINE Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 30 de julho de 2007, edição 229, ano VII, p.06-11. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/ihu>>

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso** – princípios & procedimentos. 5.ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2003.

_____. **O que é lingüística**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PATTO, Maria Helena S. **A produção do fracasso escolar** – histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.

PECHÊUX, Michel. **Semântica e Discurso** – uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PECHÊUX, Michel e FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) **Por uma análise automática do discurso** – uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 163-252.

PEDÓ, Jane C. J. **Economia popular solidária: rumos de uma alternativa às transformações do mundo do trabalho e da questão social**. Porto Alegre: PUCRS. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social** – temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.

PINTO, Geraldo A. **A organização do trabalho no século 20** – Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PINTO, João R. L. **Economia Solidária** – de volta à arte da associação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

POLANYI, Karl. **A grande transformação – as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RIBEIRO, Marlene. Formação cooperativa e educação escolar: realidades que se complementam ou se contrapõem? In: VENDRAMINI, Célia R. (org.) **Educação em movimento na luta pela terra**. Florianópolis: NUP/CED, 2002, p.91-110. (Série Pesquisas 2).

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos** - o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.

RONCONI, Luciana F. de A. **Gestão Social e Economia Solidária: desafios para o Serviço Social**. Florianópolis: UFSC, 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia** – polêmicas do nosso tempo. 30.ed. Campinas,SP: Autores Associados, 1995.

SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão** – análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

SELIGMANN-SILVA, Edith. Saúde mental e trabalho IN: TUNDIS, Silvério T. e COSTA, Nilson do R. (orgs.) **Cidadania e loucura – políticas de saúde mental no Brasil**. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000, p.217-288.

SILVA, Ademir A. **A Gestão da Seguridade Social Brasileira – entre a política pública e o mercado**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Roberto M. A. da. A Economia Solidária no Brasil está avançando na sua organização política. **IHUON-LINE** Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São

Leopoldo, ed. 229, ano VII, p.13-18, 30 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/ihu>>

SILVA, Rosane N. da. **A Invenção da Psicologia Social**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

SINGER, Paul, SOUZA, André R. de. (orgs.) **A economia solidária no Brasil, a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Uma utopia militante - repensando o socialismo**. Petrópolis/RJ:Vozes, 1999.

SOARES, Suely. A G. **Políticas públicas, qualificação profissional e educação do trabalhador no final da década de 90 no Brasil: empregabilidade ou inserção social?** Campinas: UNICAMP. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1998.

SPIES, Roque. Alcançar a autogestão é um dos maiores desafios dos grupos de reciclagem. **IHUON-LINE** Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, ed.229, ano VII, p.24-26, 30 jul. 2007. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu>

VASAPOLLO, Luciano. **Por uma política de classe** – uma interpretação marxista do mundo globalizado. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VÁZQUEZ, Adolfo S. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VERONESE, Marília V. **A psicologia na transição paradigmática: um estudo sobre o trabalho na economia solidária**. Porto Alegre: PUCRS. Tese (Doutorado em Psicologia), Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente** – o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

YAZBEK, Carmelita M. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis** Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABPESS, ano II, n.23, p. 33-40, jan.-jul. 2001.

APÊNDICE A

Informações sobre o texto dos Anais da I CONAES

O tema da Conferência – “Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento” – foi discutido a partir de três eixos, a saber: I – Os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo; II – O balanço do acúmulo da Economia Solidária e das políticas públicas implementadas; e III – Os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas da Economia Solidária e mecanismos de participação e controle social.

A título de informação, o texto dos Anais da I CONAES¹²⁹ encontra-se subdividido em:

- *Apresentação* – discurso do Ministro do Trabalho e Emprego e presidente da I CONAES, Luiz Marinho.
- *Introdução* – apresentação de um resumo de todo o processo de realização da I CONAES: antecedentes, realização da conferência, resoluções da I CONAES e perspectivas da economia solidária a partir da I conferência nacional. O texto é de Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária e Coordenador Geral da I CONAES. Os textos da Introdução e da Apresentação foram produzidos com o objetivo de facilitar a leitura dos Anais, conforme referência da Comissão Organizadora no item “Ao Leitor”, uma vez que contextualizam e sintetizam as discussões desenvolvidas ao longo da conferência;
- *Abertura Oficial* – discurso de Niro Barrios, Presidente da Cooperativa GERALCOOP e Diretor da UNISOL Brasil, representando o segmento dos empreendimentos econômico-solidários na organização da I CONAES; Paul Singer (SENAES), Luiz Marinho (MTe) e Luiz Inácio Lula da Silva (Presidente da República), representando o governo que ocupa o poder público estatal;

¹²⁹ Texto na íntegra disponível em: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_anais.pdf>

- *Mensagens de Boas-Vindas aos participantes da I CONAES* – discursos de: Paul Singer (SENAES), Márcia Lopes (Secretária executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), Humberto Oliveira (Secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário), Joana Motta (Representante dos empreendimentos econômico-solidários e suas organizações), Shirley Silva (Representante das entidades de apoio, organizações e movimentos sociais) e Adauto Marconsin (Representante dos Gestores Públicos);
- *Painel* – intitulado: “*Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento*”, tema desenvolvido por Paul Singer (SENAES), Tânia Bacelar de Araújo (Docente da Universidade Federal de Pernambuco) e Márcio Pochmann (Docente do Instituto de Economia e Pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas);
- *Plenária*: Informes e encaminhamentos para os GT’s sobre o Eixo III – discursos de: Valmor Schiochet (Representante da SENAES), Paulo Lacerda (Representante dos empreendimentos), Ângela M. Schwengber (Representante da rede de gestores de políticas públicas de economia solidária) e Ademar Bertucci (Representante das entidades de apoio e organizações da sociedade civil);
- *Documento Final* – composto pelo total de cento e doze (112) Resoluções referentes aos três eixos temáticos, assim distribuídas: Eixo I – 23 resoluções, Eixo II – 18 resoluções e Eixo III – 71 resoluções; pelo texto com as “prioridades aprovadas pelos GT’s dos eixos temáticos” e por treze (13) Moções, a saber: Moção 1 – Repúdio ao Governo do Estado da Paraíba; Moção 2 – Solicita a criação de Grupos de Trabalho para aprofundamento do tema “Desenvolvimento”; Moção 3 – Repúdio ao Projeto de Lei 171/1999; Moção 4 – Apoio ao Projeto de Lei 7009/2006; Moção 5 – Repúdio à Faculdade Sumaré/SP; Moção 6 – Apoio à carta aberta aos candidatos à eleição 2006; Moção 7 – Apoio às ações realizadas pelos voluntários da Pastoral da Criança e Cáritas do Estado de São Paulo; Moção 8 – Repúdio ao Decreto N° 50.810, de 18 de maio de 2006, do Governador do Estado de São Paulo; Moção 9 – Apoio a emendas parlamentares destinadas a projetos em Volta Pinheiro; Moção 10 – Apoio à proposição de que ao glaucoma seja

dispensado o tratamento de “necessidade especial”; Moção 11 – Reivindica a inclusão das pessoas com deficiências nas políticas de Economia Solidária; Moção 12 – Solicita ao Superior Tribunal de Justiça que agilize a homologação das terras de Cachoeirinha; e Moção 13 – Solicita esclarecimentos a respeito do Conselho Nacional de Economia Solidária.

- *Anexos* – Ato de Convocação: Portaria Interministerial N°2, de 06 de abril de 2006, que dispõe sobre a convocação da I CONAES e dá outras providências; Regulamento Geral; Anexo I: Composição dos participantes na condição de delegados na CONAES por Unidade da Federação e por segmento; Anexo II: Cronograma; Regimento: define as regras de funcionamento da I CONAES; Comissão Organizadora; Quantidade de Participantes; Delegados(as) presentes na CONAES; Fotos.